

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ALLYNE DE ALMEIDA FERREIRA

ENSAIOS SOBRE A MIGRAÇÃO DE RETORNO INTERESTADUAL NO BRASIL

**JOÃO PESSOA - PB
2012**

ALLYNE DE ALMEIDA FERREIRA

ENSAIOS SOBRE A MIGRAÇÃO DE RETORNO INTERESTADUAL NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências do Curso de Mestrado em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Hilton Martins de Brito Ramalho

**JOÃO PESSOA - PB
2012**

ALLYNE DE ALMEIDA FERREIRA

ENSAIOS SOBRE A MIGRAÇÃO DE RETORNO INTERESTADUAL NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Economia.

Submetida à apreciação de banca examinadora, sendo aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. Hilton Martins de Brito Ramalho
Departamento de Economia/PPGE – UFPB
Orientador

Prof^o. Dr. José Luís da Silva Netto Júnior
Departamento de Economia/PPGE – UFPB
Examinador interno

Prof^o. Dr. Luiz Honorato da Silva Júnior
Departamento de Economia/PIMES – UFPE
Examinador externo

*A Deus, aos meus pais Milton e Aparecida, meu esposo Aaron,
por todo o amor, carinho e fé depositados em mim;
e a minha filha Arielle, meu principal estímulo para
buscar sempre o melhor para nossas vidas.*

DEDICO.

“Feliz o homem que encontrou a sabedoria e alcançou o entendimento, porque a sabedoria vale mais do que prata, e dá mais lucro que o ouro. Ela é mais valiosa do que as pérolas e não existe objeto precioso que iguale a ela. Na mão direita ela tem vida longa, e na sua esquerda, riqueza e honra. Seus caminhos são deliciosos e suas trilhas conduzem ao bem-estar. Ela é árvore da vida para os que a adquirem e são felizes aqueles que conservam”.

(Provérbios: 3, 13-18)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças e saúde nesta caminhada. Pois, sem ti, Senhor, nada conseguirei.

Agradeço infinitamente ao Professor Dr. Hilton Martins pela constante dedicação, paciência nas orientações, transmissão de seus ensinamentos e por toda a sua competência e extrema organização no qual levarei sempre comigo. Sem dúvidas, merece meus eternos agradecimentos.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Economia que contribuíram diretamente para esta minha formação, pela capacidade de transmissão de conhecimento da Ciência Econômica de forma clara. Ao Coordenador Professor Dr. Paulo Amilton e às funcionárias, Terezinha, Risomar e Carol, que de alguma forma, contribuíram para este trabalho.

A toda minha turma 2010, especialmente para Fernanda Braga, Juliana Patrícia, Emanuelle Alícia, Ramailda Batista, Fernanda Leite, Sabrina Martins e Danilo Régis pelos momentos de grande valor de estudos e também pelos momentos de descontração.

A todos meus familiares, meu pai Milton Ferreira e a minha mãe Maria Aparecida por todo ensinamento, amor e ajuda que dão sempre em minha vida. Ao meu esposo Aaron Ramos por todo amor, confiança e compreensão pela minha ausência durante todo o curso de mestrado. Aos meus irmãos, Charlys e Charmeny, pela verdadeira força e torcida.

E aos familiares do meu esposo, principalmente meu sogro Herinaldo Ramos e minha sogra Erivalda Ramos, por todo apoio e carinho que tenho recebido.

RESUMO

O principal objetivo desse estudo é analisar o efeito da experiência de migração interestadual no Brasil sobre a reinserção produtiva e os rendimentos do trabalhador retornado à região de origem. Os dados utilizados neste estudo foram provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNADs) de 1999 e de 2009. Esse estudo está dividido em três ensaios. O primeiro é reservado à investigação do padrão migratório dentro do território brasileiro e à comparação dos atributos socioeconômicos dos migrantes de retorno com aqueles observados para os não migrantes e migrantes não retornados. Na década de 2000, as evidências mostram que a maioria dos migrantes de retorno voltou para a região Nordeste e também que a região Sudeste emitiu mais pessoas que recebeu, indicando perda de capacidade de atração. O trabalhador remigrado pode ser caracterizado como um indivíduo do sexo masculino, de cor não branca, residente em área urbana e chefe de família; sendo, em média, mais jovem, mais escolarizado e melhor remunerado que o não migrante. Por outro lado, o remigrado é mais velho, menos escolarizado e auferiu menor rendimento que o migrante não retornado. No segundo ensaio se analisam a determinação da condição de migração e os diferenciais de salários entre as categorias: migrante interestadual de retorno, migrante interestadual não retornado e não migrante. A metodologia utilizada consistiu na estimativa de um modelo estrutural de determinação conjunta de migração, remigração e salários, com a aplicação do método de Lee (1978) para a correção do possível viés de seleção amostral. Ademais, os diferenciais de salários foram calculados a partir da técnica de Oaxaca-Ramson e Oaxaca-Blinder. Os achados empíricos apontam que trabalhadores homens, mais escolarizados, ocupados como autônomos e empreendedores, foram mais propensos à migração interestadual e à remigração ao estado de nascimento. Ademais, em relação aos rendimentos, mostram que os trabalhadores homens, mais escolarizados, ocupados como funcionários públicos e empreendedores, auferiram maiores valores. Porém, os migrantes não retornados e os migrantes de retorno receberam maiores rendimentos do que os não migrantes, sendo estas diferenças explicadas principalmente pelas características não observadas, indicando uma seleção positiva dos migrantes em atributos não observados em relação aos não migrantes. Por último, o objetivo do terceiro ensaio foi investigar o impacto da acumulação de poupança e/ou riqueza na decisão de ocupação do migrante interestadual de retorno. A metodologia usada na referida averiguação foi a estimação de um modelo *probit* com regressor endógeno, corrigindo o viés de endogeneidade presente na acumulação de riqueza. As evidências empíricas permitiram observar que a acumulação de riqueza impactou positivamente na escolha por empregar-se como autônomo e empreendedor. Ademais, também foi constatado que os trabalhadores migrantes mais prováveis de se empregar como autônomo ou empreendedor são os homens, de cor branca, mais velhos, com baixa escolaridade e que residem nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Em relação à acumulação de riqueza, também foram constatados que os trabalhadores que retornaram antes do ano 2000 foram os que acumularam mais riqueza do que os trabalhadores da década recente e os acúmulos de riqueza foram gerados no período de juventude dos trabalhadores.

Palavras Chave: Migração de Retorno. Rendimentos. Ocupação.

ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the effect of experience of interstate migration in Brazil on the productive reinsertion and on the income of the employee that returned to the region of origin. The data used in this study were derived from the National Household Sample Survey (PNAD) of 1999 and 2009. This study is divided into three sections. The first is reserved for the investigation of the migratory pattern inside the Brazilian territory and for the comparison of the socioeconomic attributes of return migrants with those observed for non-migrants and non-returned migrants. In the 2000s, the evidences show that most migrants of return comes back to the Northeast and, also, that Southeast has sent more people who received, indicating a loss of attractiveness. The again migrated worker can be characterized as an individual male, nonwhite race, urban person and head of family, being, on average, younger, more educated and better paid than non-migrant. On the other hand, the migrated worker again is older, less educated and receives lower income than non-returned migrant. In the second part are analyzed the determination of the condition of migration and salary differentials between categories: interstate migrants of return, interstate non-returned migrant and non-migrant. The methodology consisted in estimating a structural model of joint determination of migration, remigration and wages, with the application of the method of Lee (1978) for the correction of possible sample selection bias. Moreover, wage differentials were calculated using the technique of Oaxaca-Blinder-Oaxaca and Ramson. The empirical findings show that male workers, more educated, employed as self-employed and entrepreneurs were more inclined to interstate migration and remigration to the state of birth. And, in relation to profits, show that male workers, more educated, employed as civil servants and entrepreneurs, profited higher values. But, the non-returned migrants and the migrants of return received higher incomes than non-migrants. These differences are mainly explained by unobserved characteristics, indicating a positive selection of migrants on attributes not observed in relation to non-migrants. Finally, the objective of the third part was to investigate the impact of the accumulation of savings and/or wealth in the decision to occupation of interstate migrants of return. The methodology used in that investigation was to estimate a probit model with endogenous regressor, correcting the bias this endogeneity in wealth accumulation. Empirical evidences enabled to identify that accumulation of wealth had a positive impact on the choice to employ themselves as self-employed and entrepreneur. Furthermore, the return migrants more favorable to self-employment or entrepreneur are men, white, aged older, with low schooling and that living in the North, Northeast and Midwest regions. In relation to the accumulation of wealth, were also verified that workers who returned before 2000 have accumulated more wealth than workers of recent decade and the accumulation of wealth was generated during the period of youth of the workers.

Key Word: Return migration. Wage Differential. Occupation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Brasil - Proporção dos migrantes de retorno na população do estado de residência anterior - %	25
Figura 2: Brasil - Proporção dos migrantes de retorno na população do estado de nascimento - %	26
Figura 3: Brasil - Proporção dos retornados em relação ao total de imigrantes por estado de residência - %.....	28
Figura 4: Brasil – Distribuição dos migrantes de retorno segundo o tempo de residência - %	29
Figura 5: Brasil - Pirâmide etária dos trabalhadores por condição de migração: não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno - %	33
Figura A.1: Brasil - Proporção dos migrantes de retorno urbano-urbana na população do estado de residência anterior - %.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Migração interestadual no Brasil: Emigrantes, Imigrantes, Saldo migratório, Taxa líquida de migração e Migrantes Retornados – até 9 anos morando na unidade de federação na data da pesquisa - 2009	21
Tabela 2: Rota regional dos migrantes retornados segundo a região de origem e por região de nascimento no Brasil – 2009	23
Tabela 3: Brasil - Características socioeconômicas do não migrante, migrante interestadual de retorno e migrante interestadual não retornado - 2009	31
Tabela 4: Brasil - Características de emprego, pobreza e renda dos não migrantes, migrantes não retornados e migrantes retornados	34
Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nas regressões	50
Tabela 6: Brasil – Determinantes da migração interestadual: <i>Logit multinomial</i> – Coorte 2000	51
Tabela 7: Brasil – Regressões de salários por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra – Coorte 2000-2009	54
Tabela 8: Brasil – Decomposição de Oaxaca-Ramson para as equações de salários corrigidas	56
Tabela 9: Brasil – Decomposição de Oaxaca e de Oaxaca e Ramson para as equações de salários corrigidas para diferentes coortes	57
Tabela 10: Brasil - Distribuição dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes interestaduais de retorno segundo o gênero e por ocupação – 2009 - %	81
Tabela 11: Brasil - Distribuição dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a instrução e por categorias de ocupação – 2009 - %	81
Tabela 12: Brasil - Distribuição dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a região de residência e por categoria de ocupação – 2009 - %	82
Tabela 13: Brasil - Média do rendimento do trabalho principal por hora (em reais) dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a região de residência e por categoria de ocupação – 2009	83
Tabela 14: Brasil - Distribuição do estoque de riqueza (posse de veículos, imóvel e/ou terreno) dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a região de residência e por categoria de ocupação – 2009 - %	84
Tabela 15: Estatística descritiva das variáveis utilizadas nas regressões	88
Tabela 16: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno – regressões <i>probit</i>	89
Tabela 17: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno – regressões <i>probit</i> – modelo com ciclo de vida	92
Tabela A.1: Descrição das variáveis utilizadas nas regressões	62
Tabela A.2: Brasil – Determinantes da migração interestadual: <i>Logit multinomial</i> – Coorte 1990	63

Tabela A.3: Brasil – Determinantes da migração interestadual: <i>Logit multinomial</i> – Coorte 1999 e 2009	64
Tabela A.4: Brasil – Regressões de salários por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra – Coorte 1990	65
Tabela A.5: Brasil – Regressões de salários por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra – Coorte de 1990 e 2000.....	66
Tabela A.6: Brasil – Decomposição de Oaxaca para as equações de salários corrigidas	68
Tabela B.1: Descrição das variáveis utilizadas nas regressões.....	100
Tabela B.2: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno pelo <i>método de dois estágios</i> e determinantes da acumulação de riqueza (regressões de primeiro estágio) linear e não linear.....	100

Sumário

1. Introdução	14
1.1. Objetivos	16
2. Migração interestadual de retorno: Fatos observados no Brasil.....	18
2.1. Introdução	18
2.2. O padrão e as rotas da migração interestadual	19
2.3. O perfil do migrante de retorno	30
2.4. Considerações finais	35
3. Migração de retorno, autosseleção e diferenciais de salários	37
3.1. Introdução	37
3.2. A Migração de Retorno na Abordagem do Capital Humano	39
3.2.1. Modelo de Migração e Autosseleção	41
3.3. Estratégia empírica	43
3.3.1. Modelo de determinação conjunta de migração, remigração e salários	43
3.3.2. Decomposição dos diferenciais de salários	46
3.4. Base de dados e tratamentos	48
3.5. Resultados empíricos	51
3.5.1. Determinação da migração e dos salários.....	51
3.5.2. Diferenciais de salários	56
3.6. Considerações finais	58
3.7. Apêndice	60
3.7.1. Parte I.....	60
3.7.2. Parte II.....	62
4. Migração de retorno e escolha ocupacional no Brasil.....	69
4.1. Introdução	69
4.2. Remigração e escolha ocupacional na Teoria Econômica	71
4.2.1. Modelo de determinação conjunta do tempo de duração de migração e da escolha ocupacional do remigrado	72
4.2.1.1. Duração ótima da migração para o remigrado ocupado como assalariado	74
4.2.1.2. Duração ótima da migração para o remigrado ocupado como autônomo	76
4.2.1.3. A escolha ocupacional do remigrado	77

4.3. Revisão da Literatura Empírica	78
4.4. A escolha ocupacional e o perfil dos remigrados no Brasil: Fatos observados	80
4.5. Estratégia empírica	84
4.5.1. Modelo de determinação de escolha ocupacional dos migrantes de retorno.....	84
4.6. Base de dados e tratamentos	86
4.7. Resultados	89
4.8. Considerações finais	95
4.9. Apêndice	96
4.9.1. Parte I.....	96
4.9.2. Parte II.....	100
5. Conclusão	102
6. Referências Bibliográficas	106

1. Introdução

No Brasil, a partir da década de 90, o fluxo migratório de pessoas em direção aos grandes centros urbanos vem se reduzindo, ao passo que a migração de retorno ganha força, principalmente, aquela direcionada à região Nordeste e ao estado de Minas Gerais, conforme destacam Muniz (2002) e Siqueira (2006).

De acordo com Ramalho e Silveira Neto (2009), os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007 mostram que mais de 5 milhões de pessoas registraram histórico de retorno ao seu estado de origem, quantidade equivalente a 3% da população brasileira em 2007 e a 19% dos migrantes interestaduais por naturalidade. Ainda segundo os autores, a região Sudeste foi a que acumulou o maior estoque de retornados (pouco mais de 2 milhões de pessoas), seguida pelo Nordeste (1,8 milhões) e Sul (1 milhão). Entretanto, o Nordeste teve a maior parcela dos regressos que veio de fora da região.

Da mesma forma, o estudo de Queiroz (2010), também pelos dados da PNAD 2007, indica que o Nordeste, por um lado, respondeu por 40% do total de emigrantes do país, e, por outro, recebeu o segundo maior percentual de migrantes de retorno do Brasil, isto é, 34,6%, ficando apenas atrás da região Sudeste, que possui maior percentual dos remigrados (36,3%).

Esse movimento de retorno é explicado por duas principais teorias econômicas. De um lado, há autores que defendem a migração de retorno enquanto um comportamento ótimo e planejado na vida do indivíduo, visando o aproveitamento de oportunidades temporárias na região de acolhimento (acumulação de capital humano e/ou riqueza), as quais seriam melhores utilizadas na região de origem (COHEN e HABERFIELD, 2001; DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001; MESNARD, 2004), e, de outro, aqueles que explicam o retorno dos migrantes como uma falha de expectativas em termos de rendimento e/ou emprego, ou seja, o retorno seria uma forma de correção do movimento inicial (DA VANZO, 1983; SHUMWAY e HALL, 1996).

Ainda no contexto teórico, cabe ressaltar o potencial papel das redes sociais, ou seja, os laços familiares e amigos podem ajudar a diminuir os custos de migração, como por exemplo, custos de moradia, alimentação, procura por emprego, etc (MASSEY et al., 1987; SALLES, 1999). De acordo com Fazito (2005), em um estudo sobre a migração internacional dos brasileiros fundamentada pela Teoria dos Grafos e Análise das Redes Sociais (ARS), revela que as redes sociais impactam positivamente nos processos de migração, tanto no primeiro deslocamento como no retorno ao local de origem. O estudo de Fusco (2001) é feito

sobre os trabalhadores nascidos em Governador Valadares que emigram para os Estados Unidos, onde é o principal destino desses trabalhadores, representando 85% do total de emigrantes desse município. Portanto, as evidências desse último estudo revelam que as redes sociais atraem vários outros migrantes para um local específico, nesse caso, Massachusetts, por causa da ajuda de parentes e amigos. Além disso, quanto mais tempo passa, mais migrantes são atraídos para esse local, no qual o autor passa a denominar de “amadurecimento” das redes sociais.

Ademais, a maioria das pesquisas da temática em foco analisa a amostra da população como sendo autosselecionada, pois o fato de o trabalhador ter migrado pode indicar que o mesmo possui características diferenciadas dos demais indivíduos que não migraram, sendo, portanto, distribuídos de forma não aleatória. Nesse contexto, o migrante típico pode ser, relativamente, mais habilidoso, motivado, favorável ao risco, etc. (BORJAS, 1987; BORJAS e BRATSBERG, 1996; CHISWICK, 1999).

Cohen e Haberfeld (2001), por exemplo, em estudo para a Israel, constataram que dentre os migrantes dirigidos aos Estados Unidos, àqueles que obtiveram renda acima do esperado (em relação à renda dos nativos) permaneceram no último país, enquanto aqueles que obtiveram renda abaixo do esperado, retornaram ao seu país de origem. Sendo assim, por esse indicador, os migrantes de retorno foram negativamente selecionados, ao contrário do indicador de educação, que teve um efeito positivo na seletividade da migração de retorno. Ou seja, os repatriados israelenses são mais bem educados e qualificados do que os que tendem a permanecer nos Estados Unidos.

No Brasil, o estudo de Santos Júnior et al. (2005) testou a seletividade dos migrantes brasileiros a partir dos dados da PNAD de 1999. Os autores mostraram que os migrantes interestaduais são positivamente selecionados, ou seja, auferem maiores salários, em média, tanto em relação aos não migrantes como aos indivíduos que moram nos estados onde foram acolhidos. Já Ramalho e Queiroz (2011), em estudo para a migração interestadual no mesmo país, mostraram que os migrantes não retornados recebem, em média, rendimentos superiores aos migrantes retornados, ou seja, os últimos seriam os piores dentro do grupo dos migrantes, levando a crer que a migração foi mal sucedida.

Nesse contexto, é importante ressaltar que mesmo devido a um erro ou falha das expectativas, o migrante pode se beneficiar de acordo com o tempo de permanência na região de acolhimento, como, por exemplo, ao aprimorar habilidades, absorver experiência, etc. Esses benefícios são, portanto, levados em consideração quando os migrantes retornados voltam à sua região de origem, contribuindo de alguma forma para sua produtividade

individual e/ou para o desenvolvimento da região (SIQUEIRA, 2006; QUEIROZ, 2010; RAMALHO e SILVEIRA NETO, 2009).

Conforme sugerem Dustmann e Kirchkamp (2001), quando as migrações são temporárias, os trabalhadores retornados podem trazer competências e capital para a economia doméstica, além de contribuir para a prosperidade econômica no país de origem a partir de suas atividades econômicas após o retorno. Tanto capital físico quanto o humano, podem ser importantes para promover o crescimento econômico do país de origem. Por outro lado, Dustmann e Glitz (2011) afirmam que o sucesso econômico do imigrante no país de destino é, em grande medida, determinada pelo seu *background* educacional, isto é, pelo modo como estas habilidades são utilizadas no país anfitrião e o quanto o trabalhador investe em educação durante a migração.

Apesar das evidências acima apresentadas, vale ressaltar que na literatura brasileira a questão da reinserção do migrante retornado no mercado de trabalho local tem sido pouco explorada, dados seus potenciais impactos sobre a distribuição de renda e crescimento econômico. Ramalho e Silveira Neto (2009), por exemplo, usando dados da PNAD de 2007, sugerem que os migrantes retornados do sexo feminino, de baixa escolaridade ou que não chefiam a família têm maiores chances de empregar-se nos setores informais da economia, e que a experiência de migração aumenta a probabilidade de o migrante retornado trabalhar como autônomo e/ou empregador.

1.1. Objetivos

Diante do exposto, a presente dissertação tem como objetivo principal:

(i) Investigar o efeito da experiência de migração interestadual no Brasil sobre a reinserção produtiva e rendimentos do trabalhador retornado à região de origem;

E como objetivos específicos:

(i) Analisar e comparar os atributos socioeconômicos (gênero, idade, instrução, ocupação e renda) dos migrantes de retorno e suas diferenças em relação aos migrantes não retornados e aos não migrantes da região de origem;

(ii) Avaliar o efeito da condição de migração e da seletividade sobre os diferenciais de salários;

(iii) Investigar o impacto da acumulação de riqueza durante a migração sobre a ocupação do remigrado na região de nascimento.

Para tanto, afora essa introdução, a dissertação encontra-se organizada em quatro capítulos. O primeiro ensaio situa-se no segundo capítulo, onde se investiga o padrão migratório interestadual no Brasil e o perfil dos migrantes retornados. O terceiro capítulo explora as evidências acerca da autosseleção dos migrantes e dos diferenciais de salários a partir de um modelo de determinação da migração, remigração e salários. O quarto capítulo é reservado ao terceiro ensaio, onde é feita análise empírica dos determinantes da escolha ocupacional dos remigrados à região de nascimento mediante a acumulação de riquezas e/ou experiência adquirida durante a migração. Por fim, o último capítulo trata das conclusões gerais.

2. Migração interestadual de retorno: Fatos observados no Brasil

2.1. Introdução

Os movimentos populacionais estão relacionados com o desenvolvimento das nações ao longo da história da humanidade (LALL et al., 2006). Um dos primeiros autores a teorizar os movimentos populacionais foi Ravenstein em 1885, que identificou leis importantes para a migração da força de trabalho, como a lei da distância, gênero, tecnologia, condição econômica e de outras variáveis que afetam o processo migratório. Além disso, Ravenstein (1885) mostrou que os movimentos populacionais poderiam ser de ida e volta de uma região para outra.

Atualmente, sabe-se que os movimentos da população podem ser ocasionados por diversos interesses políticos, religiosos, culturais, etc. Entretanto, a motivação mais comum da migração é de ordem econômica, isto é, ao migrar, em geral, as pessoas buscam melhorias salariais e de bem estar.

Por outro lado, há peculiaridades importantes na migração do trabalho. De acordo com Da Vanzo (1983), a migração parte de movimentos de repetição, podendo o indivíduo escolher mover para frente, ou seja, para outro local diferente da sua localidade de origem, chamado de migração progressiva ou circular. Por outro lado, o trabalhador pode escolher mover-se para trás, retornando ao primeiro local de onde saiu, geralmente, o seu lugar de nascimento, caracterizando a migração de retorno.

Da Vanzo (1983) explica que, a migração de retorno está relacionada ao capital humano adquirido no exterior e à demanda por habilidades no local de origem. Também destaca que os custos de retornar ao ponto inicial, geralmente, são menores que os custos associados à progressão para outro local. Além disso, o retorno às origens também é motivado por laços afetivos com familiares e amigos, pela cultura, religião e pelo sentimento de que o indivíduo pertence aquele lugar onde nasceu.

Nesse contexto, a migração de retorno no Brasil ainda é um fenômeno recente, que teve forte impulso na década de 90 do século passado. Nas décadas anteriores predominavam os movimentos populacionais que tinham como destino principal a Região Sudeste, especificamente em direção aos estados do Rio de Janeiro e à Região metropolitana de São Paulo (BAENINGER, 1999). Por conseguinte, as pessoas que migraram para a Região Sudeste por volta da década de 80, retornaram recentemente às suas regiões de nascimento, principalmente à Região Nordeste e ao estado de Minas Gerais, que são os locais

historicamente conhecidos como emissores populacionais dentro do território brasileiro (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2011).

Diante do exposto, esse primeiro ensaio investiga os movimentos dos migrantes interestaduais, principalmente dos migrantes que retornaram à sua unidade federativa de nascimento. Também analisa o perfil do migrante interestadual de retorno comparado com o migrante não retornado e o não migrante.

Portanto, este capítulo está organizado da seguinte maneira: a próxima seção aborda as tendências recentes dos movimentos migratórios interestaduais; a seção 2.3 examina as características dos indivíduos envolvidos nesta questão; e, por último, a seção 2.4 é reservada às considerações finais deste capítulo.

2.2. O padrão e as rotas da migração interestadual

Desde a década de 30 do século passado, o fenômeno migratório está presente no território brasileiro. Entre as décadas de 30 e de 70, a tendência geral da migração era em torno da mobilidade rural-urbana. A partir dos anos 70, destacou-se a migração urbana-urbana para os grandes centros onde havia maior concentração de atividade industrial, principalmente para a Região Metropolitana de São Paulo. Nos anos 80 e início da década de 90, a rota migratória passou por profundas transformações, diminuindo o estoque de migrantes e a migração foi sendo direcionada agora para locais de curta distância e às cidades médias (BAENINGER, 2000).

Os fluxos migratórios dirigidos às grandes metrópoles vêm se alterando profundamente desde a década de 80. Já no primeiro decênio desse século, grande parte dos migrantes que não foram absorvidos pelas grandes metrópoles remigraram para a terra natal, onde se localizam as periferias mais distantes dessas metrópoles (BRITO, 2009).

Oliveira e Oliveira (2011) destacam que a nova mobilidade populacional do século XXI é caracterizada por uma redução dos fluxos de deslocamentos em todos os estados brasileiros. Os autores também apontam uma redução, praticamente, de todos os movimentos entre as regiões, embora ainda se mantenha a principal rota Nordeste-Sudeste. Entretanto, ainda não se pode dizer que a região Sudeste está sofrendo uma perda de população, mesmo com a diminuição considerável de capacidade atrativa. Por outro lado, o Nordeste continua emitindo pessoas, embora o fluxo migratório seja bem menor do que nas décadas passadas e com um expressivo aumento de fluxo populacional dentro da mesma região.

De acordo com Domenach e Picouet (1990 apud BAENINGER, 2008), o processo de migração a partir da década de 90 tornou-se mais complexo. Os fluxos remigratórios estão mais volumosos e bastante evidentes, com destaque para a migração de retorno, que vem ganhando destaque dentro das rotas migratórias no século XXI. Conforme Brito (2009), observa-se atualmente no Brasil, uma diminuição de crescimento das grandes cidades metropolitanas e uma parte do redirecionamento de fluxo migratório para as cidades de médio porte não metropolitanas. Nesse sentido, uma das explicações para os fluxos remigratórios é o grau de saturamento das grandes cidades, ou seja, pela incapacidade das mesmas absorverem mão de obra proveniente de outras regiões.

Nesse contexto, o processo migratório do Brasil foi seguindo a tendência do desenvolvimento e crescimento das regiões do país, devido às dimensões continentais e grandes disparidades regionais. Esses deslocamentos serviram para a redistribuição populacional no espaço como também a redirecionar as localidades com intensa atividade econômica dentro do território nacional (BAENINGER, 2008).

Para analisar a nova tendência do padrão de migração no Brasil, essa seção busca identificar as rotas migratórias entre as grandes regiões a partir dos dados das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs) de 1999 e 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas bases de dados, considerando diferentes coortes de migrantes segundo o tempo de residência na unidade federativa de residência e/ou de nascimento, é possível identificar padrões recentes de migração e remigração. Mais especificamente, será adotado o conceito de migrante de curto prazo, isto é, o indivíduo que na data da entrevista afirmou residir em um estado diferente daquele de sua naturalidade, com até nove anos ininterruptos. No caso do migrante retornado, o estado de residência na data da pesquisa deve ser o de nascimento e o indivíduo deve ter mantido residência em outra unidade federativa do Brasil. Por fim, o não migrante é denominado aquele indivíduo que sempre permaneceu no estado em que nasceu.

A seguir, a Tabela 1 apresenta os estoques de emigrantes, imigrantes, saldo migratório, população, taxa líquida de migração (TLM)¹ e retornados em 2009, ou seja, considera apenas as pessoas que migraram durante os últimos 10 anos (migrantes de curto prazo) conforme os dados da PNAD de 2009². Destarte, observam-se nos dados da Tabela 1 que dentro território

¹ O saldo migratório se refere à diferença entre os estoques de imigrantes e emigrantes. A taxa líquida de migração é a proporção do saldo migratório pela população, enquanto o percentual dos remigrados é a proporção dos migrantes de retorno por imigrantes.

² Excluem-se os indivíduos que vieram do estrangeiro ou que não especificaram o estado brasileiro de residência anterior.

brasileiro há 1.743.378 migrantes de retorno de curto prazo, ou seja, equivalente a quase 1% da população total do país. Os dados do saldo migratório mostram que as regiões Norte, Nordeste e Sudeste são os emissores líquidos populacionais, enquanto as regiões Sul e Centro-Oeste possuem poder de atração de trabalhadores.

Tabela 1: Migração interestadual no Brasil: Emigrantes, Imigrantes, Saldo migratório, Taxa líquida de migração e Migrantes Retornados – até 9 anos morando na unidade de federação na data da pesquisa - 2009

Região	Emigrantes	Imigrantes	Saldo migratório	População	TLM %	Retornados	Retornados/Imigrantes %
Norte	1.187.400	1.101.467	-85.933	15.555.306	-0,6	109.873	10,0
	10,2%	9,5%		8,1%		6,3%	
Nordeste	3.276.769	3.183.761	-93.008	54.019.878	-0,2	627.493	19,7
	28,2%	27,4%		28,0%		36,0%	
Sudeste	4.207.812	3.968.883	-238.929	81.007.228	-0,3	521.303	13,1
	36,2%	34,2%		42,0%		29,9%	
Sul	1.494.616	1.664.383	169.767	28.208.734	0,6	347.573	20,9
	12,9%	14,3%		14,6%		19,9%	
Centro-Oeste	1.454.752	1.702.855	248.103	14.184.494	1,7	137.136	8,1
	12,5%	14,7%		7,4%		7,9%	
Total	11.621.349	11.621.349	0	192.975.640	0,0	1.743.378	15,0
	100%	100%		100%		100%	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: Resultados expandidos para população.

Note-se que a região Sudeste se destaca na emigração, enviando maior número de pessoas, 4.207.812, ou seja, 36,2% do total de emigrantes do país durante a década de 2000 saíram do Sudeste. Além disso, a região Sudeste atrai o maior número de pessoas, com 3.968.883, ou seja, 34,2% do total de imigrantes do país foram para essa região.

Destarte, a região Sudeste ainda tem maior poder de atração seguida da região Nordeste, que absorveu 27,4% dos imigrantes. Porém, quando se observa o saldo líquido migratório, o Sudeste é a região que possui o maior saldo migratório negativo, somando 238.929 pessoas. Ademais, considerando a população em 2009, a última região registrou a segunda taxa líquida de migração mais negativa (-0,3%), apenas aquém da região Norte (-0,6%).

Tais resultados corroboram aqueles achados por Oliveira e Oliveira (2011), que usaram dados das PNADs (2004 e 2009) e o critério de migrante por data fixa (o indivíduo que afirmou morar no lugar de residência a cinco anos da data de referência de cada pesquisa). Em linhas gerais, os autores constataram que houve uma redução considerável da capacidade de atração da Região Sudeste.

O percentual de migrantes retornados para a região Sudeste foi de 13,1% do total de imigrantes. No entanto, possivelmente, esse percentual deve-se principalmente aos trabalhadores que retornaram ao estado de Minas Gerais, estado de grande evasão populacional nas décadas anteriores, conforme Siqueira et al. (2007).

Por sua vez, a região Nordeste é também conhecida por grandes emissões populacionais. Os dados da PNAD de 2009 mostram que a região Nordeste é a segunda região que mais possui emigrações, emitindo 3.276.769, ou o equivalente a 28,2% do total de emigrantes do país na década de 2000. A região Nordeste também se destaca por absorver 3.183.761 imigrantes, ou seja, 27,4% do total, estoque composto por 19,7% de retornados. Desse modo, a região Nordeste se destaca por obter o maior número de migrantes de retorno, representando 36% do total do país, seguido da região Sudeste com participação de 29,9% do total de retornados. Tais dados também são consistentes com aqueles observados no estudo de Ramalho e Queiroz (2011), realizado a partir da PNAD de 2007, onde mostraram que o percentual de migrantes de retorno foi maior para as regiões Nordeste e Sudeste, 37,7% e 29%, respectivamente.

Nesse contexto, Baeninger (2008) acredita que as tendências atuais de migrações da região Nordeste são necessárias para entender o novo padrão migratório do país. Essa tendência migratória ao longo dos anos traça um perfil de contínuos decréscimos nos saldos migratórios negativos, indicando a força da migração de retorno que compõe a sua imigração. Pois, o saldo migratório negativo entre 1995-2000 era de 763 mil pessoas, em 1999-2004, para 86 mil pessoas e obtendo 53 mil entre os anos de 2001-2006.

A região Sul emitiu 1.494.616 pessoas ou o equivalente a 12,9% do total de emigrantes no Brasil. Porém, recebeu 1.664.383 de imigrantes, correspondendo a 14,3% do total de imigrantes do país. Com esses números, o saldo líquido migratório positivo dessa região alcança 169.767 de pessoas, onde 20,9% do total dos imigrantes são retornados, ou seja, o maior percentual de migrantes de retorno comparado às outras regiões. Também é importante ressaltar que essa região absorveu 19,9% do total de migrantes de retorno do país, sendo a terceira região que mais recebe seus naturais, confirmando novamente os resultados de Ramalho e Queiroz (2011). Esse fato se deve, de acordo com Baeninger (2008),

possivelmente pelos fluxos migratórios de retorno vindos principalmente da região Sudeste. A autora ainda ressalta a importância das migrações intrarregionais como mecanismo retentor de sua população.

A região Centro-Oeste tem uma participação de 12,5% e 14,7% dos totais de emigrantes e imigrantes no país, respectivamente. O que se destaca nessa região é a taxa líquida de migração, com 1,7%, ou seja, que tem maior saldo migratório positivo em relação à população. Porém, essa região apresenta o menor estoque de migrantes retornados, com participação de apenas 8,1% do total de imigrantes. Tal fato também foi observado em Ramalho e Queiroz (2011) usando dados da PNAD de 2007.

Já a região Norte respondeu por 10,2% dos emigrantes brasileiros, 9,5% dos imigrantes e registrou um saldo líquido negativo de 85.933 de migrantes, isto é, é também uma região que mais envia pessoas do que recebe. Cabe ainda ressaltar que essa região tem participação de 10% dos migrantes retornados em relação ao total de imigrantes. Além disso, o percentual de retornados alcança 6,3% do total de migrantes de retorno do país, mostrando o menor número de retornados em relação às demais regiões. Nesse contexto, Baeninger (2008), a partir do Censo de 2000 e a da PNAD de 2006, encontra evidência de que a região Norte encerra a migração de fronteira agrícola, em que a maioria dos emigrantes se dirigiu para a região Centro-Oeste e Sudeste. Entretanto, o destino escolhido passou a ser agora a região Nordeste.

Em geral, os dados da Tabela 1 sugerem que a região Sudeste está perdendo seu poder de atração, com parte de seus imigrantes retornando ao local de origem. Já a região Nordeste, continua emitindo pessoas para a região Sudeste, porém, em menor intensidade e atraindo os seus indivíduos de origem. A região Centro-Oeste recebe mais pessoas que envia e a região Norte, passa a enviar mais pessoas do que recebe.

A seguir, a Tabela 2 mostra a rota regional dos migrantes retornados no Brasil de acordo com o critério de até nove anos de residência no estado na data da pesquisa (migrante de curto prazo), a partir dos dados da PNAD de 2009 do IBGE.

Tabela 2: Rota regional dos migrantes retornados segundo a região de origem e por região de nascimento no Brasil – 2009

Origem/destino	Região de residência (nascimento) na data da pesquisa					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Norte	49.973	74.784	21.454	13.746	29.860	189.817
% por origem	26,3%	39,4%	11,3%	7,2%	15,7%	100%
% por destino	45,5%	11,9%	4,1%	4,0%	21,8%	10,9%
Nordeste	21.667	150.125	82.934	9.535	7.960	272.059

% por origem	8,0%	55,0%	30,7%	3,5%	2,9%	100,0%
% por destino	19,7%	23,9%	16,1%	2,7%	5,8%	15,7%
Sudeste	9.943	315.287	279.783	106.252	38.247	749.512
% por origem	1,3%	42,1%	37,3%	14,2%	5,1%	100,0%
% por destino	9,1%	50,3%	53,7%	30,6%	27,9%	43,0%
Sul	4.543	15.348	70.034	168.339	12.601	270.865
% por origem	1,7%	5,7%	25,9%	62,1%	4,7%	100,0%
% por destino	4,1%	2,5%	13,4%	48,4%	9,2%	15,5%
Centro-Oeste	23.747	71.949	66.098	49.701	46.798	253.369
% por origem	9,1%	27,7%	25,4%	19,1%	18,6%	100,0%
% por destino	21,6%	11,5%	12,7%	14,3%	34,3%	14,9%
Total	109.873	627.493	521.303	347.573	137.136	1.743.378
% por origem	6,4%	36,4%	30,2%	19,2%	7,8%	100,0%
% por destino	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: Resultados expandidos para população.

Observa-se que a Região Nordeste possui o maior percentual de retornados, com 36,4%, correspondendo a 627.493 pessoas que resolveram voltar à sua terra. Porém, a maioria dos retornados nordestinos inter-regionais veio da Região Sudeste, ou seja, 315.287 pessoas, equivalente 50,3%. De acordo com Queiroz (2010), a região Nordeste vem adquirindo importância devido ao desenvolvimento de algumas áreas como o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás (Maranhão), o polo têxtil e de confecções de Fortaleza (Ceará), o polo agroindustrial de Petrolina e Juazeiro e o complexo petroquímico de Camaçari (Bahia). Por outro lado, os números apresentados na Tabela 2 também são consistentes com os achados por Ramalho e Silveira Neto (2009), que enfatizam a importância da rota migratória Nordeste-Sudeste-Nordeste no contexto das migrações inter-regionais.

Outra observação sobre os migrantes retornados do Nordeste são indivíduos que voltaram de outro estado nordestino, com 150.125 pessoas que retornaram ao seu estado de nascimento depois de residirem em outro estado da região, correspondendo a 23,9% do total que retornaram à região Nordeste. Esse fato pode ser caracterizado como migração de curta distância, devido à ocorrência de menor custo e risco por causa da existência da incerteza. Além do mais, esse fato também é observado para as demais regiões, todos os números maiores de migrantes retornados das regiões recebem de outras unidades de federação de sua própria região. Note-se que, observando o percentual de migrantes por origem, a região Nordeste e Sul enviaram mais pessoas para a própria região, com 55,0% e 62,1% do total de emigrantes nordestinos e sulistas, respectivamente. Assim, a nova rota de migração do século XXI se configura como deslocamentos populacionais intrarregionais, onde essas correntes

têm ganhado força, ao passo que a tendência de movimentos entre as regiões vem se reduzindo (BAENINGER, 2008; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2011).

Em suma, os dados da Tabela 2 indicam que a região Nordeste foi a que mais recebeu seus conterrâneos durante a década de 2000, possivelmente, devido à grande emissão populacional durante a década de 70, onde a maioria dos nordestinos rumou para região metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro (BAENINGER, 2008). Além da migração de retorno, a migração intrarregional tem recebido destaque dentro do padrão de migração brasileiro, como também a migração para as cidades médias e de curta distância (DORNELLAS, 1995; OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2011).

A Figura 1, abaixo, permite comparar a distribuição dos migrantes interestaduais de retorno segundo a população de cada unidade de federação de residência anterior. Para tanto, a figura considera duas coortes de pessoas que emigraram entre 1990 a 1999 e entre 2000 e 2009, a partir dos cruzamentos entre informações do estado de residência anterior, estado de residência atual, estado de nascimento e tempo de residência no estado de residência atual (até nove anos) nas datas das PNADs de 1999 e de 2009 (remigrados de curto prazo).

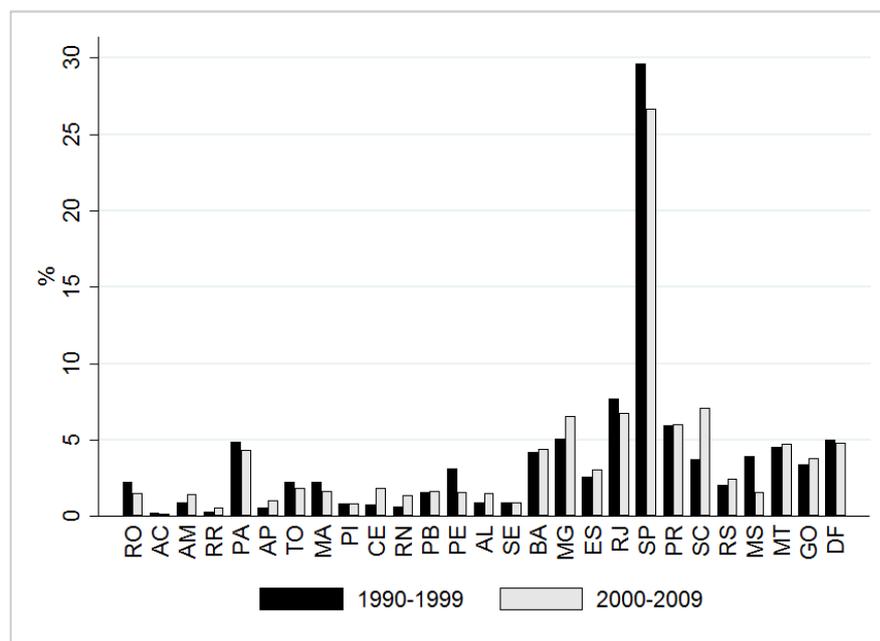


Figura 1: Brasil - Proporção dos migrantes de retorno na população do estado de residência anterior - %.

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1999 e 2009.

Nota: Resultados expandidos para a população. Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência.

Nota-se que o estado com maior propensão a enviar migrantes retornados em termos de sua população é São Paulo, com pouco mais de 25%. Porém, também é observado que essa

proporção se reduziu entre as décadas de 90 e de 2000, ao se comparar os dados das duas coortes por tempo de residência 1990-1999 e 2000-2009. Cabe ressaltar ainda os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, que registram, em termos de sua população, mais de 5% de emigração de pessoas que retornam ao estado de origem. Contudo, enquanto Minas Gerais aumenta um pouco a tendência de emissão de migrantes nas décadas em foco, o Rio de Janeiro diminui.

Na região Nordeste, destaca-se o estado da Bahia, com um pequeno crescimento da taxa de emissão de remigrados entre as décadas de 90 e de 2000. Já na região Norte, o estado do Pará desponta com quase 5% de emigração dos retornados ao local de origem, e também ocorre uma redução entre as duas décadas.³ Na região Sul, o patamar do estado do Paraná permanece mais de 5% durante as duas coortes, já em Santa Catarina houve um aumento expressivo de menos de 5% para mais de 5% na segunda década comparada com a primeira década.

A seguir, a Figura 2 mostra a distribuição dos migrantes de retorno interestaduais de curto prazo considerando a população de cada unidade da federação de nascimento e coortes migratórios segundo o tempo de residência de 1990 a 1999 e de 2000 a 2009.

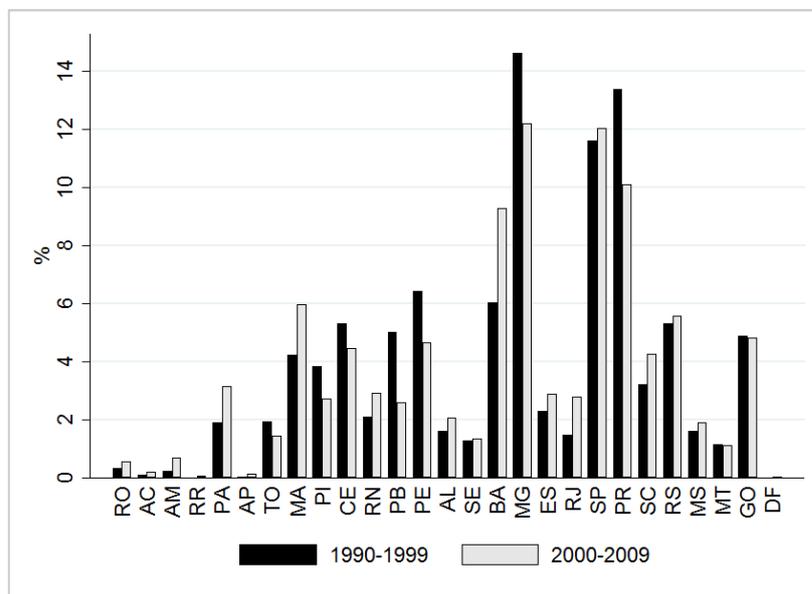


Figura 2: Brasil - Proporção dos migrantes de retorno na população do estado de nascimento - %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1999 e 2009.

Nota: Resultados expandidos para a população. Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência.

³ As populações dos estados da região Norte da PNAD de 1999 são subestimadas, pois antes de 2004 só foram entrevistadas as pessoas que moravam em áreas urbanas. Portanto, para essa região os resultados devem ser observados com cautela. Contudo, no apêndice, a Figura A.1 inclui apenas dados da população urbana dos estados e como pode ser observado os dados são bastantes semelhantes.

Observa-se que, a maioria dos estados da região Nordeste registra expressivos percentuais de recepção de seus naturais, destacando-se o estado da Bahia com quase 6% de retornados na sua população entre os anos de 1990 e 1999 e cerca de 9% entre 2000 e 2009. Além da Bahia, os outros estados nordestinos aumentaram a participação do fluxo de retornados entre as décadas de 90 e de 2000, são eles: Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe. Já os estados que reduziram a proporção de migrantes retornados na população foram: Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco.

Como exposto anteriormente, o estado de Minas Gerais foi um dos estados de maior expulsão populacional a partir da década de 70. Os dados das PNADs de 1999 e 2009 mostram que Minas Gerais registra o maior percentual de recepção de seus naturais comparado aos demais estados, chegando mais de 14% na primeira coorte e mais de 12% na segunda. Também no Sudeste, outra unidade federativa que merece destaque na região Sudeste é São Paulo, que registra a segunda maior participação de migrantes de retorno na população em torno de 12% nos dois períodos analisados.

Na região Sul, o Paraná apresentou uma taxa de participação mais de 12% de migrantes retornados na sua população na primeira década e de 10% na segunda década. Já na região Centro-Oeste, o estado de Goiás foi o estado mais expressivo, e entre os estados da Região Norte, o Pará.

A Figura 3, a seguir, apresenta a distribuição dos migrantes retornados em relação ao total de imigrantes por estado de residência atual, considerando duas coortes migratórias (1990-1999 e 2000-2009) por tempo de moradia a partir dos dados das PNAD de 1999 e 2009.

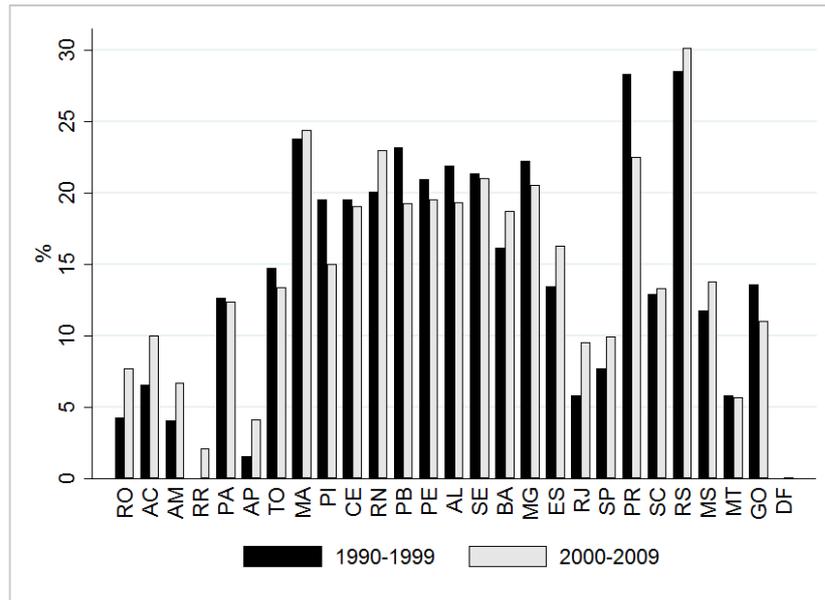


Figura 3: Brasil - Proporção dos retornados em relação ao total de imigrantes por estado de residência - %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1999 e 2009.

Nota: Resultados expandidos para a população. Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência.

Na Figura em destaque, os estados nordestinos se sobressaem e respondem em torno de 20% de retornados em relação ao total de imigrantes. Porém, os estados da região Nordeste que mais receberam seus conterrâneos foram: Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Paraíba, passando de 20% em relação ao total de imigrantes. Por outro lado, os que menos receberam foram os estados do Piauí e Bahia. No tocante à tendência entre as décadas, os estados em que houve um aumento no seu estoque de migrantes de retorno foram Maranhão, Rio Grande do Norte e Bahia, enquanto os que diminuíram foram Piauí, Ceará, Paraíba Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Já na Região Sul, os estados do Paraná e Rio Grande do Sul se destacam como os estados que têm maior proporção de migrantes de retorno, alcançando em torno de 25%. Mas, enquanto o Paraná diminui seu estoque de retornado em torno de 10 p.p de um período a outro, o Rio Grande do Sul aumenta em torno de 3 p.p. Por sua vez, na região Sudeste, é destacado o estado de Minas Gerais, onde seu estoque de migrantes de retorno também atinge mais de 20% do total de pessoas que imigram para esse estado. Tais fatos corroboram os estudos de Muniz (2002) e Siqueira (2006). Porém, percebe-se que o estado de São Paulo e Rio de Janeiro não são importantes quando se consideram o peso da migração de retorno no total das imigrações nesses estados.

Conforme o estudo recente de Oliveira e Oliveira (2011), os estados das regiões Nordeste e Sul foram que apresentaram as maiores proporções de migrantes de retorno no total de imigração para os seus estados no quinquênio de 1999-2004, destacando-se os estados de Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul, alcançando mais de 20% de retornados do total de imigrantes. Já na meia década mais recente, os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul se sobressaíram com mais estoque de migrantes de retorno⁴.

A Figura 4, a seguir, apresenta a distribuição dos migrantes retornados segundo o tempo de residência na unidade de federação de nascimento e por coortes, conforme dados das PNADs de 1999 e de 2009.

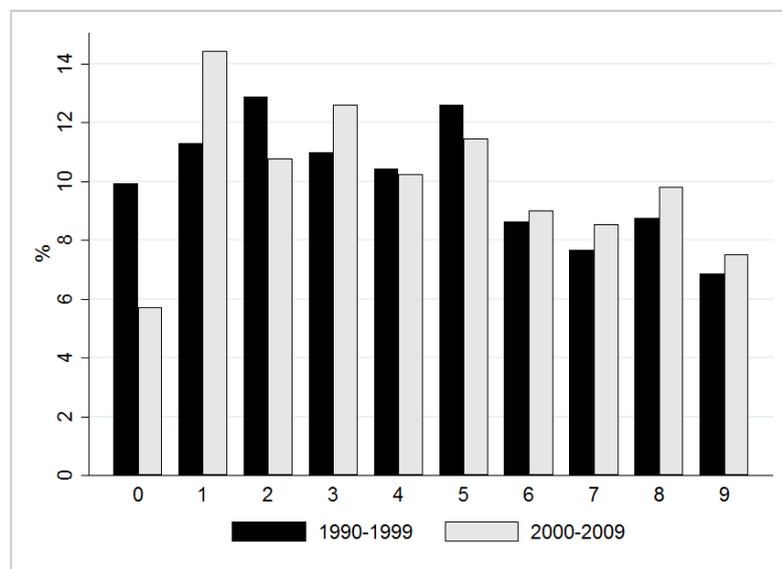


Figura 4: Brasil – Distribuição dos migrantes de retorno segundo o tempo de residência - %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1999 e 2009.

Nota: Resultados expandidos para a população. Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência.

A figura acima mostra que a maior parte dos migrantes retornados, mais de 50% em relação ao total de retornados, têm entre um e cinco anos de residência no seu estado de naturalidade, conforme as duas coortes em destaque. Ou seja, a maioria retornou entre 1994 e 1998 na primeira coorte e entre 2004 e 2008, na segunda.

A menor proporção de migrantes de retorno se encontrava residindo durante nove anos no seu estado natural, com menos de 8% do total de retornados, isto é, são os que retornaram ao seu estado natural em 1990 e em 2000 durante a primeira e segunda coorte,

⁴ Os autores Oliveira e Oliveira (2011) realizaram seu estudo com base nas PNADs de 2004 e 2009 considerando o migrante de retorno pelo critério por data fixa.

respectivamente. Além disso, os migrantes que retornaram no ano de 2009, com menos de um ano de residência, representam apenas menos de 6% da população dos retornados. Porém, os migrantes de retorno do primeiro período que possuem também apenas um ano de residência têm quase 10% do total dos remigrados de acordo com o tempo de residência.

2.3. O perfil do migrante de retorno

O perfil do migrante de retorno presente na literatura internacional descreve-o geralmente como um indivíduo mais velho, menos escolarizado do que o migrante não retornado e ocupado por conta própria no mercado de trabalho na região de nascimento (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001; KAUKANEN e TERVO, 2002). Já no Brasil, os retornados são mais jovens e mais educados do que os migrantes não retornados conforme Siqueira (2006) e do que os não migrantes de acordo com Ramalho e Silveira Neto (2009), levando a crer que a migração de retorno foi em decorrência da frustração de expectativas encontradas no local de destino.

Destarte, nessa seção pretende-se traçar e comparar o perfil socioeconômico (gênero, raça, escolaridade, ocupação e renda) dos migrantes retornados, não migrantes e migrantes não retornados, com intuito de se encontrar diferenças importantes entre esses grupos. Para tanto, os migrantes retornados em análise são aqueles indivíduos que afirmaram residir no estado de nascimento até 9 anos ininterruptos e que já mantiveram residência permanente em outro estado. Por sua vez, os não migrantes são os indivíduos que afirmaram nunca ter morado em outro estado diferente do seu de nascimento, enquanto os migrantes não retornados são aqueles que residem por até 9 anos em um estado diferente daquele de nascimento (migrantes de curto prazo)⁵. Para tanto, foram utilizados os dados mais recentes da PNAD de 2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), onde após a identificação da condição de migração, conforme os critérios supracitados, a amostra foi condicionada aos trabalhadores com idade entre 18 e 70 anos e que se achavam economicamente ativos na semana da entrevista (FIESS e VERNER, 2003; SANTOS JÚNIOR et al., 2005; RAMALHO e SILVEIRA NETO, 2009).

A seguir, a Tabela 3 apresenta evidências sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes interestaduais de retorno de curto prazo. Os atributos considerados foram: gênero, raça,

⁵ Tal procedimento também foi utilizado por Ramalho e Queiroz (2011).

situação censitária, posição na unidade familiar, situação conjugal, idade e anos de estudos. Adicionalmente, foram feitos testes de médias e de proporções entre os migrantes de retorno e não migrantes, e migrantes de retorno e migrantes não retornados.

Tabela 3: Brasil - Características socioeconômicas do não migrante, migrante interestadual de retorno e migrante interestadual não retornado - 2009

	(1) Não migrante	(2) Migrante não retornado	(3) Migrante de retorno
Gênero			
Feminino	55,0%	50,2%	49,0%
Masculino	45,0%	49,8%	51,0%***
Raça			
Não branca	53,2%	56,0%	55,2%
Branca	46,8%	44,1%	44,8%**
Situação Censitária			
Rural	12,0%	12,2%	10,9%
Urbana	88,0%	87,8%	89,1%*(**)
Posição na unidade familiar			
Chefe	46,5%	42,0%	48,2%*(***)
Cônjuge	33,3%	29,1%	28,5%***(***)
Filho	12,8%	16,1%	14,0%**(***)
Outro parente	7,5%	12,8%	9,4%***(***)
Casado			
Não	24,8%	27,5%	29,3%
Sim	75,2%	72,5%	70,7%***(**)
Idade			
(média)	41,5	33,7	36,6***(***)
Anos de estudo			
(média)	7,4	8,7	8,4***(***)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 2009.

Notas: Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência. Os asteriscos sem parênteses mostram a diferença estatística entre (1) e (3), enquanto os asteriscos dentro dos parênteses mostram a diferença estatística entre (2) e (3). ***Diferença estatisticamente significativa a 1%. **Diferença estatisticamente significativa a 5%. *Diferença estatisticamente significativa a 10%.

Percebe-se que, o percentual de homens é maior que o de mulheres para o grupo dos remigrados. Já para os grupos dos não migrantes e migrantes não retornados, a participação feminina é maior do que a masculina em 2009. Porém, a participação feminina é maior no primeiro grupo que no segundo. É importante enfatizar que, de acordo com Scorzafave e Menezes-Filho (2001), as mulheres estão participando mais no mercado de trabalho brasileiro pelo aumento do grau de instrução e pela escolha de se casar com mais idade.

Em relação à raça declarada, verifica-se que em todos os grupos (os não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno) compõem-se, em maioria, de raça não

branca. Quanto à situação censitária, também em ambos os grupos predominam os indivíduos que residem em áreas urbanas. Segundo Ramalho e Silveira Neto (2009), a predominância da área urbana é decorrente da concentração de atividades econômicas, oferta de serviços e maiores oportunidades de emprego.

No que se refere à posição na unidade familiar, os chefes de família são a maioria em ambos os grupos, seguido dos cônjuges, filhos e por último, os outros parentes. Analisando o estado civil dos indivíduos nos três grupos, percebe-se que a maioria dos indivíduos vive com o cônjuge, entretanto, é mais expressivo no grupo dos não migrantes, seguido dos migrantes não retornados e por último, nos migrantes retornados.

Com referência à média de idade, os dados revelam que os retornados são mais jovens do que os não migrantes, com 36,6 anos de idade, em média, contra 41,5 anos de idade dos últimos. Porém, são mais velhos que os migrantes não retornados que têm 33,7 anos de idade. Quanto à média de estudos, os retornados possuem maior grau de instrução dos não migrantes, ou seja, os remigrados com 8,4 anos de educação contra 7,5 anos dos não migrantes. Já em relação aos migrantes não retornados que possuem 8,7 anos de escolaridade, os migrantes de retorno são menos escolarizados. O estudo realizado por Siqueira et al. (2007) constatou que os migrantes de retorno são jovens e possuem, em média, seis anos de estudos, sinalizando que esses indivíduos se depararam com dificuldades na região de migração e voltaram mais cedo para casa. Também o estudo de Ramalho e Silveira Neto (2009) mostra que o remigrado às origens é mais jovem e mais escolarizado do que o não migrante.

A Figura 5 apresenta as faixas etárias dos não migrantes, remigrados e migrantes não retornados distribuídos segundo o gênero.

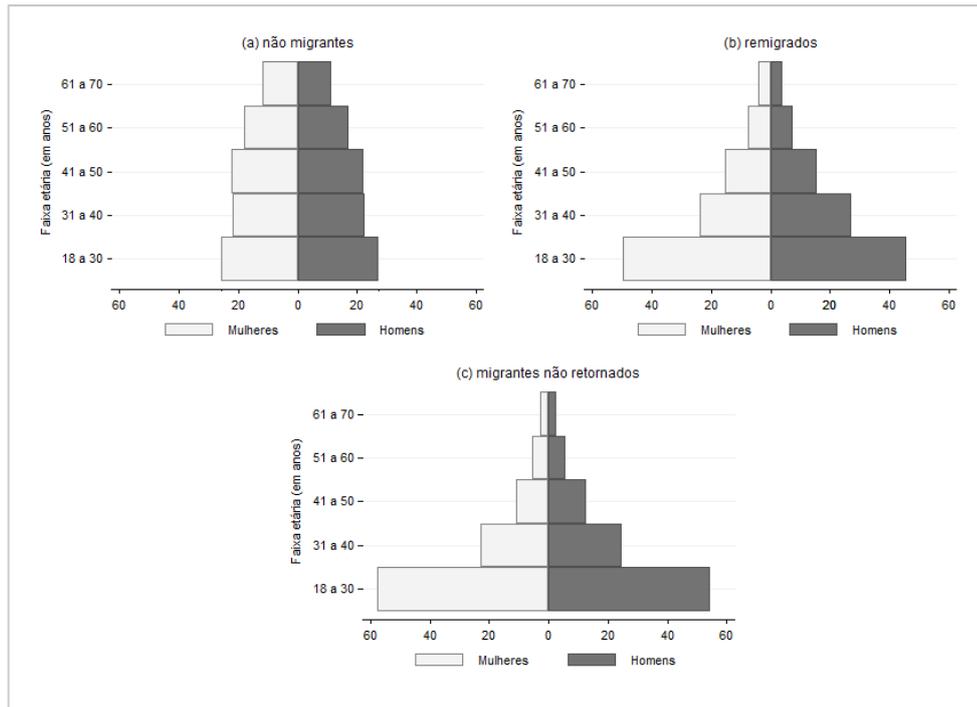


Figura 5: Brasil - Pirâmide etária dos trabalhadores por condição de migração: não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno - %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 2009.

Nota: Resultados expandidos para a população. Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência.

Primeiro, nota-se que a proporção do gênero masculino e feminino é muito parecida quando comparados por faixa etária dos grupos dos não migrantes, migrantes não retornados e migrantes retornados. Observa-se a pirâmide referente aos não migrantes é a mais homogênea do que as demais. As pirâmides (b) e (c) apresentam base larga e com o topo estreito, significando que os migrantes tanto os não retornados quanto os retornados são jovens, com idade de 18 a 30 anos. Porém, essa observação é mais acentuada na pirâmide que representa o migrante não retornado, comparando a base e o topo entre as duas.

A Tabela 4, a seguir, apresenta as características de atividade econômica, emprego, pobreza e rendimento para não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno a partir dos dados da PNAD de 2009. Nessa tabela também foram feitos testes *t-student* para as diferenças de médias e proporções.

Tabela 4: Brasil - Características de emprego, pobreza e renda dos não migrantes, migrantes não retornados e migrantes retornados

	(1) Não migrante	(2) Migrante não retornado	(3) Migrante de retorno
Ativo			
Não	26,9%	21,0%	21,6%
Sim	73,1%	79,0%	78,4%***
Aposentado			
Não	88,5%	96,2%	94,5%
Sim	11,5%	3,8%	5,5%***(**)
Empregado			
Não	7,0%	9,3%	9,5%
Sim	93,0%	90,7%	90,5%***(*)
Pobre			
Não	75,6%	76,6%	74,5%
Sim	24,4%	23,4%	25,5%(**)
Salário			
(média)	931,1	1.254,8	1.148,2***(**)
Horas de trabalho			
(média)	40,2	41,4	41,3***
Renda domiciliar per capita			
(média)	665,4	890,6	792,9***(**)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 2009.

Nota: Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência. Os asteriscos sem parênteses mostram a diferença estatística entre (1) e (3). E os asteriscos dentro dos parênteses mostram a diferença estatística entre (2) e (3). ***Diferença estatisticamente significante **Diferença estatisticamente significante a 5%. *Diferença estatisticamente significante a 10%.

Verifica-se que a maioria dos indivíduos dos grupos dos não migrantes, migrantes não retornados e migrantes retornados apresenta-se como economicamente ativos, embora o percentual dos economicamente ativos dos migrantes não retornados seja pouco maior do que os migrantes de retorno e os não migrantes, ou seja, 79% contra 78,4% e 73,1%, respectivamente. Já o percentual de aposentados é maior no grupo dos não migrantes com 11,5%, do que no dos migrantes de retorno com 5,5% e no dos migrantes não retornados com 3,8%.

Em relação ao emprego, a maioria dos indivíduos nos três grupos se encontra ocupados no mercado de trabalho, porém, os remigrados possuem uma proporção menor do que os não migrantes e migrantes não retornados, com 90,5% contra 93% e 90,7%, respectivamente. Nos três grupos, a maioria é considerada não pobre, com 75,6% dos não migrantes, com 76,6% dos migrantes não retornados e 74,5% dos migrantes de retorno.

Entretanto, a diferença entre os grupos de retornados e não migrantes em relação à pobreza foi estatisticamente insignificante⁶.

Quanto à análise da média salarial entre os grupos, verifica-se que os remigrados às origens recebem mais do que os não migrantes. No entanto, recebem menos que os migrantes não retornados. Em relação às horas trabalhadas, em média, também os remigrados passam mais horas trabalhando do que os não migrantes e menos horas do que os migrantes não retornados. Por sua vez, a renda domiciliar per capita, em média, também se apresenta maior no grupo dos migrantes retornados do que os não migrantes, com R\$ 792,9 contra R\$ 665,4, respectivamente. Contudo, se mostra menor que a renda domiciliar per capita dos migrantes não retornados com R\$ 890,6.

2.4. Considerações finais

O primeiro ensaio dessa dissertação buscou analisar fatos observados sobre o padrão dos fluxos migratórios recentes no território brasileiro e o perfil dos migrantes retornados comparados com os não migrantes e migrantes não retornados.

A análise estatística dos dados permitiu observar que a maioria dos migrantes de retorno é natural da região Nordeste e proveniente da região Sudeste. Nesse contexto, a região Sudeste vem perdendo seu poder atrativo, pois apresenta o maior saldo migratório negativo, ou seja, emitindo mais pessoas do que recebendo. Os estados nordestinos que mais receberam seus conterrâneos nas décadas de 90 e de 2000 foram Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia, enquanto os estados da região Sudeste foram os que mais emitiram migrantes retornados, principalmente o estado de São Paulo. Também foi observada que a migração de retorno do tipo intrarregional é a mais predominante em todas as regiões, ou seja, a migração de retorno é mais comum entre unidades federativas da mesma região.

No que se referem às características do migrante de retorno, os resultados mostram que a maioria é jovem, declarado não branco, residente em área urbana, casado, chefe de família, mais escolarizado, economicamente ativo, se encontra empregado e auferir salários maiores (em média) comparado com o não migrante. Tais evidências corroboram o estudo de Queiroz (2010) e Ramalho e Queiroz (2011). Cabe ressaltar que, o fato do migrante de retorno ser ainda jovem pode estar relacionado com a frustração de expectativas encontradas no

⁶ A proporção de pobres foi calculada a partir do salário mínimo da data da entrevista, que é exatamente 465 reais. Os indivíduos que declararam receber menos da metade do salário mínimo foram considerados pobres, caso contrário, não pobres.

destino da migração (DA VANZO, 1983; SHUMWAY e HALL, 1996; SIQUEIRA, 2006). Porém, em comparação com os migrantes não retornados, os migrantes de retorno são mais velhos, porém menos escolarizados e auferem menores rendimentos. Já os estudos internacionais indicam que os migrantes de retorno são mais velhos, com menos escolaridade e se ocupam por conta própria (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001; KAUANEN e TERVO; 2002; MESNARD, 2004).

2.5. Apêndice

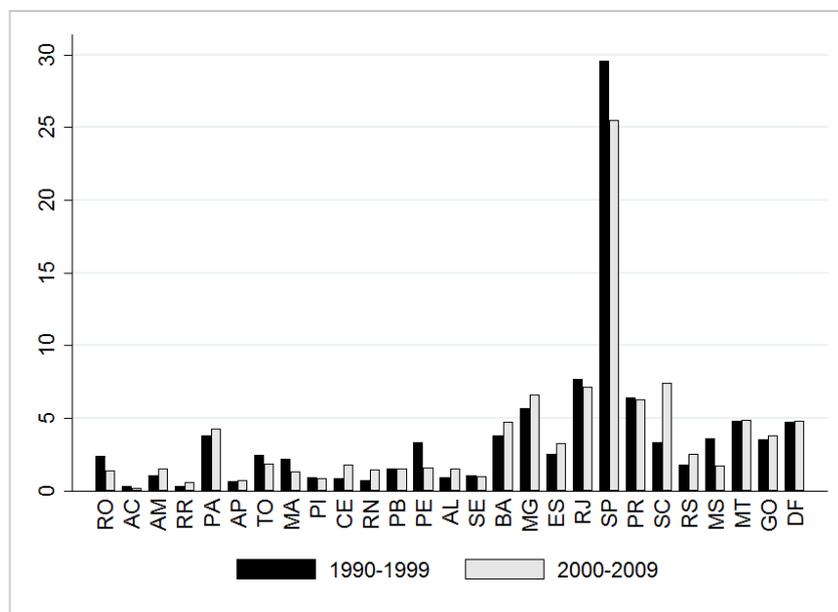


Figura A.1: Brasil - Proporção dos migrantes de retorno urbano-urbana na população do estado de residência anterior - %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados das PNADs de 1999 e 2009.

Nota: Resultados expandidos para a população. Migrantes de retorno com até 9 anos ininterruptos de residência.

3. Migração de retorno, autoseleção e diferenciais de salários

3.1. Introdução

A migração de retorno tem sido alvo de investigação crescente durante as últimas décadas no Brasil. Oliveira e Oliveira (2011), por exemplo, destacam que o novo padrão de mobilidade no país é caracterizado por uma redução dos fluxos de deslocamentos em todos os estados brasileiros e aumento da migração de retorno para a região Nordeste. Segundo esses autores, no quinquênio 1995-2000, todos os estados nordestinos apresentaram percentuais maiores de 40% de migrantes retornados dentre os imigrantes em seus estados, apenas com exceção do Rio Grande do Norte e de Sergipe. Ademais, os estados nordestinos que mais receberam seus naturais foram Ceará e Paraíba, sobretudo, dos fluxos populacionais provenientes de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, a migração pode permitir ao trabalhador adquirir novos conhecimentos e experiência, aproveitando melhor as habilidades e/ou auferindo maior salário, até mesmo, após sua volta para a região de nascimento (DUSTMANN et al., 2010a). Por outro lado, vários estudos na literatura sugerem que os migrantes apresentam características não observadas diferentes dos não migrantes, a saber: maior motivação, menor aversão ao risco, dentre outras, ou seja, são indivíduos não estocásticos na população (BORJAS, 1987; CHISWICK, 1999).

Iara (2006), em um estudo sobre os migrantes de retorno da Europa Oriental, mostra que a experiência da migração em países da Europa Ocidental acrescenta em cerca de um terço nos salários no mercado de trabalho do país de origem após o retorno. Reinhold e Thom (2009), por sua vez, realizaram um estudo sobre os migrantes mexicanos que retornaram dos Estados Unidos e também encontraram evidências acerca de uma vantagem salarial pela experiência vivida no exterior. Ainda sugerem que essa vantagem salarial não está relacionada com o aumento do empreendedorismo ou mudança de ocupação no mercado de trabalho local. Desse modo, os migrantes de retorno são interpretados como uma amostra autoselecionada em relação à população de migrantes não retornados quando a migração fez parte do planejamento ótimo de vida. Porém, quando a volta é ocasionada pela frustrações de expectativas, geralmente, o indivíduo retorna ao mercado de trabalho de sua região de nascimento recebendo baixos salários (SIQUEIRA, 2006; RAMALHO e QUEIROZ, 2011). Além do mais, também pode ainda acontecer que o mercado de trabalho na região de origem não consiga absorver essas novas habilidades e experiência, e desse modo, os migrantes

retornados continuem recebendo baixas remunerações (KIRDAR, 2005; SHIMA, 2011). Portanto, essas dotações não observadas e a aquisição de capital humano dos trabalhadores podem, possivelmente, explicar a diferença salarial entre os não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno.

No Brasil, o estudo de Santos Júnior et al. (2005), realizado a partir dos dados da PNAD de 1999, utilizou uma simples análise de regressão com a presença de uma variável *dummy* para identificar o efeito da migração sobre os rendimentos. Destarte, as evidências encontradas mostraram que os migrantes interestaduais recebem maiores salários, em média, do que os não migrantes, ou seja, o primeiro grupo é positivamente selecionado em atributos não observados. Ramalho e Queiroz (2011), por sua vez, através dos dados da PNAD de 2007, utilizaram um modelo estrutural de determinação conjunta de migração e salários, corrigindo o problema de viés de seleção amostral pelo método proposto por Lee (1983). Ademais, também foi empregada a técnica de Oaxaca (1973) para os determinantes dos diferenciais de salários. Todavia, esses autores consideraram apenas uma corte de migrantes, ou seja, os trabalhadores que retornaram entre o ano de 1997 e de 2007. Portanto, os resultados factuais mostraram que os migrantes interestaduais de retorno no Brasil auferem menores rendimentos do que os trabalhadores não retornados e os não migrantes, ou seja, os primeiros são negativamente selecionados em atributos não observados quando comparados com os dois últimos grupos, sugerindo que a migração de retorno foi devida às dificuldades e desapontamentos encontradas na região de destino. Ou seja, a decisão de retornar à região de origem aconteceu antes do planejado, indicando uma forma de corrigir o primeiro movimento.

Porém, mesmo assim ainda há poucas evidências encontradas na literatura nacional sobre a seletividade dos trabalhadores remigrados e as diferenças de salários condicionadas à posição de migrante, sobretudo, para os indivíduos que remigraram aos seus estados de nascimento. Portanto, o presente capítulo pretende avançar neste sentido, com o objetivo de analisar a relação entre a migração, autosseleção e os determinantes de rendimentos, considerando fluxos migratórios das duas últimas décadas, isto é, nos períodos de 1990 a 1999 e de 2000 a 2009.

Para tanto, a organização deste capítulo está dividido em seis seções, dada esta breve introdução. A seguir, a seção 3.2 aborda a fundamentação teórica da migração de retorno. Na seção 3.3 é apresentada a estratégia empírica utilizada para a determinação de migração e salários. Por sua vez, a seção 3.4 é dedicada à base de dados e tratamentos utilizada na estratégia empírica. Na seção 3.5 é feita as análises empíricas. Por último, a seção 3.6 é reservada para as considerações finais.

3.2. A Migração de Retorno na Abordagem do Capital Humano

Na abordagem recente da teoria do capital humano (TCH), a migração do trabalho é vista como um investimento no capital humano, ou seja, o trabalhador migra, em geral, se espera maiores rendimentos, levando em conta a possível aquisição de habilidades e experiência na região de acolhimento (SCHULTZ, 1961; SJAASTAD, 1962). No entanto, antes do surgimento da TCH, as explicações sobre a diferença salarial dos indivíduos era atribuída somente pelas diferenças de capital físico, ou seja, as pessoas eram mais ricas do que outras porque possuíam mais capital físico. Todavia, a teoria do capital humano surge na tentativa de explicar as diferenças de rendimentos através também do investimento em capital humano (BECKER, 1962).

Sjaastad (1962) foi um dos primeiros a formalizar essa teoria, onde afirma que o investimento adicional de capital humano durante a migração é mais importante do que o próprio processo migratório, já que as diferenças de rendimentos podem ser explicadas por esses investimentos, ou seja, pelo aumento de dotações não observadas. Além disso, diversos autores indicam que o ato de migrar do indivíduo está relacionado com a decisão de investir em capital humano. Conforme Dustmann e Glitz (2011), o indivíduo que decide migrar é mais provável em investir em educação antes e posterior à migração. Esses autores também afirmam que a migração também interfere na vida dos não migrantes, pois pode servir para enviar remessas que financiam estudos para os filhos ou para outros parentes que permaneceram na região de origem.

No caso específico da remigração, a abordagem do capital humano fornece duas explicações principais para esse fenômeno. O primeiro enfoque sugere que a migração de retorno consiste em um planejamento ótimo do trabalhador ao longo do ciclo de vida, isto é, o trabalhador calcula o tempo que permanecerá na região/país de acolhimento com intuito de enviar remessas aos familiares que permaneceram na região, acumular riquezas e conhecimentos para, então, depois voltar às suas raízes (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001; COHEN e HABERFIELD, 2001; MESNARD, 2004).

Conforme Dustmann e Kirchkamp (2001), a poupança e as remessas dos migrantes podem ser meios importantes para o rompimento de restrições financeiras e ainda servir como suporte ao desenvolvimento econômico da região de origem. Nas palavras desses autores: *“migration is then part of a life cycle plan to accumulate capital for self-employment activities, or for pure leisure activities after returning”* (DUSTMANN e KIRCHKAMP,

2001; p. 3). No entanto, cabe ressaltar a possibilidade de os remigrantes serem velhos e desmotivados, contribuindo para o desemprego na região de nascimento (SIQUEIRA, 2006).

A segunda argumentação que explica a volta dos migrantes é baseada na hipótese da frustração de expectativas de trabalho e/ou de rendimentos na região de acolhimento. O retorno do migrante à região de origem seria, portanto, um mecanismo para a correção das expectativas iniciais (BORJAS e BRATSBERG, 1996; DA VANZO, 1983; SHUMWAY e HALL, 1996). Da Vanzo (1983), por exemplo, pressupõe que o migrante potencial investe em pesquisa apenas quando ele percebe que o benefício de obter mais informações supera os custos, pois a informação é imperfeita. Destarte, existe a possibilidade de os rendimentos e a oferta de emprego, na região de destino, não atenderem às expectativas dos migrantes.

Nesse contexto, outros autores procuram entender como há migração de retorno mesmo com a persistência de salários mais altos no país de destino do que no país de origem. As explicações acerca dessa questão são atribuídas à valorização do consumo doméstico e ao maior retorno do capital humano acumulado no estrangeiro, no país de origem (DJAJIC e MILBOURNE, 1988; DA VANZO, 1983; DUSTMANN, 1995). Já Dustmann (1996), argumenta que a decisão de remigração dos trabalhadores é ótima se o salário esperado, no país de origem, superar o salário no país estrangeiro. Além disso, os motivos familiares, afinidades culturais e também o desejo de contribuir com o progresso do país de origem, podem estimular o regresso dos migrantes (WORLD BANK, 2008).

Outra questão importante dentro do arcabouço da teoria econômica sobre a migração do trabalho trata-se da hipótese da autosseleção dos migrantes. Borjas (1987) e Borjas e Brastberg (1996), por exemplo, analisam a força de trabalho no processo de migração como uma amostra autosselecionada, ou seja, não aleatória. Os referidos autores partem da hipótese que os migrantes são positivamente selecionados, isto é, possuem, em média, características não observáveis que os diferenciam dos que permaneceram na região de origem, a saber: aversão ao risco, maior empreendedorismo, etc (CHISWICK, 1999). Nesse contexto, Borjas (1987), por exemplo, demonstra que os imigrantes dos Estados Unidos fazem parte de um grupo autosselecionado dentro da população da região de origem, onde são os mais habilidosos e ambiciosos do que os indivíduos que permanecem na sua região. Borjas e Brastberg (1996), por sua vez, expandem o modelo de autosseleção de Borjas (1987) para a migração de retorno e mostram que o ato de remigrar está condicionado à seletividade verificada na coorte de migração, conforme descrito com maior propriedade na subseção a seguir.

3.2.1. Modelo de Migração e Autosseleção

O modelo de Borjas e Bratsberg (1996) incorpora as duas principais abordagens sobre a decisão de migração de retorno, ou seja, a volta do migrante pode ocorrer através de um planejamento ótimo de vida ou por frustrações encontradas na região de destino. Além disso, os indivíduos que tomam as decisões de migração são distribuídos de forma não aleatória, ou seja, possuem características não observadas que diferenciam dos demais.

Desse modo, o modelo pressupõe que existem duas regiões 0 e 1, onde os indivíduos são oriundos da região 0 e podem emigrar para a região 1 permanentemente ou temporariamente. Assim, a distribuição dos rendimentos obtidos nestas duas regiões pode ser escrita como:

$$w_0 = \mu_0 + \eta\nu \quad (1)$$

$$w_1 = \mu_1 + \nu + \varepsilon \quad (2)$$

Onde: w_0 é o logaritmo da renda da região 0; w_1 é o logaritmo da renda da região 1; μ_0 e μ_1 são as médias dos logaritmos das rendas obtidas pelas regiões 0 e 1, respectivamente; η é a taxa de retorno das habilidades transferidas da região 1 para a região 0; ν é parâmetro conhecido de habilidades que são transferíveis entre as regiões e ε é o termo de erro, ambos normalmente distribuídos com média zero e variância constante $\nu \sim N(0, \sigma^2)$ e $\varepsilon \sim N(0, \sigma^2)$. No entanto, o ε possui distribuição desconhecida para o trabalhador quando ele ainda está na região 0. Por outro lado, o ε passa a ser conhecida quando o trabalhador já se encontra na região de destino.

Os ganhos obtidos para o indivíduo que decide migrar para a região 1 e depois de um certo tempo retornar permanentemente para a sua região de origem pode descrita como:

$$Ew_{10} = \pi w_1 + (1 - \pi)(w_0 + k) \quad (3)$$

Onde: Ew_{10} é a média ponderada dos rendimentos da região 1 e 0; π é a parte da força de trabalho que é despendida na região 1; k é o acréscimo de salário no mercado de trabalho na região de origem devido à experiência de migração.

Portanto, o trabalhador decide escolher onde residir a partir dos custos de migração e remigração e pela maximização do retorno financeiro pode lhe prover. Desse modo, $M = C_m/w_0$ mede o custo por unidade de renda do primeiro movimento de migração, onde C_m são os custos monetários da migração e $R = C_r/w_0$ são os custos de retornar para a região de origem, onde C_r são os custos monetários da migração de retorno.

Assume-se que o indivíduo é neutro ao risco, portanto, ele escolhe migrar permanentemente para a região 1 se:

$$Ew_1 - M > w_0 \quad (4)$$

Onde a equação (4) afirma que os rendimentos esperados líquido são maiores que os rendimentos na região de origem, nesse caso, o trabalhador decide por migrar. Agora, se o migrante que reside na região 1, decide retornar à sua região de origem se os rendimentos líquidos esperados no mercado de trabalho da região de origem superar os rendimentos da região de destino, conforme descrito abaixo:

$$Ew_{10} - M - R > w_0 \quad (5)$$

Entretanto, o trabalhador pode decidir retornar para sua região de origem devido aos erros de expectativas depositados na região de destino, nesse caso, a condição de migração de retorno é descrita abaixo:

$$Ew_{10} - R > w_1 \quad (6)$$

Para o caso que trabalhador decide migrar permanentemente, substituindo a equação (1) e (2) na inequação (4), obtém-se⁷:

$$(1 - \eta)v > \mu_0 - \mu_1 + M \quad (7)$$

Já para o caso que o indivíduo planeja a migração de retorno, substituindo as equações (1) e (2) na inequação (3) e depois substituem na inequação (5), desse modo, tem-se:

$$(1 - \eta)v > (\mu_0 - \mu_1 + k) + \frac{M + R - k}{\pi} \quad (8)$$

Destarte, para o indivíduo decidir migrar e retornar ao seu local de origem de forma planejada, o salário esperado líquido na região de nascimento supera o salário esperado líquido na região de migração, portanto, para que a condição de migração de retorno seja um investimento rentável, exige que:

$$Ew_{10} - M - R > Ew_1 - M > w_0 \quad (9)$$

Agora, comparando a inequação (7) com (8) implica que a taxa de retorno do investimento de se mover é maior do que os custos dos movimentos de migração e retorno de acordo com a equação abaixo:

$$k > M + \frac{R}{1 - \pi} \quad (10)$$

⁷ Caso contrário, onde o trabalhador decide não migrar, temos: $(1 - \eta)v \leq \mu_0 - \mu_1 + M$.

Por sua vez, no caso do migrante que já se encontra na região de destino e decide retornar às origens por erro em suas expectativas, quando $\varepsilon \neq 0$, substituem as equações (3) e (2) na inequação (6) e desse modo obtém-se:

$$(1 - \eta)v < (\mu_0 - \mu_1 + k) - \frac{R}{1 - \pi} - \varepsilon \quad (11)$$

De acordo com Borjas e Bratsberg (1996), o retorno dos trabalhadores à sua região natural só acontece quando a sua estadia na região estrangeira aumenta os rendimentos dos indivíduos na região de nascimento. Caso $\eta < 1$ mostra que, se o fluxo inicial de migrantes for positivamente selecionado, os remigrados serão, em média, aqueles menos habilitados daquele grupo. Por outro lado, se $\eta > 1$, o grupo de partida dos migrantes for negativamente selecionado, os migrantes de retorno serão os mais qualificados dentro do fluxo populacional.

3.3. Estratégia empírica

3.3.1. Modelo de determinação conjunta de migração, remigração e salários

A opção por deixar a região de nascimento e migrar para outra região está, geralmente, relacionada aos rendimentos que a região de destino pode prover ao trabalhador. Nesse contexto, o modelo apresentado, a seguir, procura analisar os determinantes da migração e dos salários.

Considerem-se três categorias de trabalhadores: (1) não migrantes, que são os trabalhadores que sempre residiram na região de nascimento; (2) migrantes permanentes, que representam os trabalhadores que saíram de sua região de nascimento para outra região e não retornaram; e (3) remigrados, que denomina os trabalhadores que saíram de sua região de origem para outra região e depois de um tempo retornaram à sua região de nascimento. Os determinantes dos salários desses trabalhadores podem ser modelados a partir de uma equação linear *minceriana*:

$$\ln W_j = \beta_j X_j + \varepsilon_j \quad (12)$$

Onde: $\ln W_j \forall j = 1, 2, 3$ é o logaritmo natural dos salários por horas semanais do trabalho principal dos não migrantes ($j = 1$), migrantes permanentes ($j = 2$) e remigrados ($j = 3$), respectivamente; X_j é o vetor de variáveis explicativas que inclui características dos indivíduos, como sexo, raça, idade, entre outras; β_j é um vetor de parâmetros e ε_j é um termo de erro aleatório.

A equação (12) condiciona os rendimentos dos trabalhadores migrantes, remigrantes e não migrantes. Se a mesma for estimada pelo método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), produzirá parâmetros tendenciosos devido à possível não aleatoriedade dos migrantes na amostra (LEE, 1978; MADDALA, 1983). Diante desse potencial problema, optou-se pela utilização do modelo estrutural de determinação conjunta da decisão de migração e dos salários dos trabalhadores migrantes, remigrantes e não migrantes, juntamente com o método proposto por Lee (1983) para a correção do viés de seleção amostral devido às múltiplas escolhas de condição de migração. Vale ressaltar que tal estratégia, também foi empregada em vários estudos da literatura pertinente (FALARIS, 1987; DOLTON et al., 1989; MENG, 2001; RAMALHO e SILVEIRA NETO, 2010; RAMALHO e QUEIROZ, 2011).

Portanto, assume-se que os trabalhadores escolhem sua condição de migração a partir da maximização da utilidade de benefícios líquidos que cada movimento migratório pode fornecer. Para isso, admitem-se três escolhas possíveis para o trabalhador: não migrar, migrar para outra região e não retornar e remigrar ao local de origem.

A função de utilidade estocástica (U_k) proveniente da decisão de migração dos trabalhadores é dada por:

$$U_j = \gamma_j \ln W_j + \theta_j C_j + v_j \quad (13)$$

Onde: $\ln W_j$ é o logaritmo do salário-hora esperado pela escolha $j = 1, 2$ e 3 ; C_j são os custos associados aos movimentos; γ_j e θ_j são parâmetros e v_j um termo de erro estocástico. Portanto, o trabalhador escolhe sua condição de migração de acordo com a utilidade máxima: $j \neq k \leftrightarrow U_j = \max\{U_1, \dots, U_3\}$.

Os custos associados a cada movimentação são atrelados às características pessoais e de localização (Z_j), como também por fatores estocásticos (ξ_j).

$$C_j = \mu_j Z_j + \xi_j \quad (14)$$

Onde: μ_j é um vetor de coeficientes e ξ_j um termo de erro probabilístico.

Substituindo as equações (12) e (14) em (13), chega-se à forma reduzida do modelo estrutural:

$$U_j^* = \gamma_j(\beta_j X_j + \varepsilon_j) + \theta_j(\mu_j Z_j + \xi_j) + v_j = (\gamma_j \beta_j X_j + \theta_j \mu_j + Z_j) + (\gamma_j \varepsilon_j + \theta_j \xi_j + v_j) = H_j + u_j \quad (15)$$

Onde: U_j^* é uma variável latente que mensura o benefício líquido da escolha j ; H_j é a combinação linear dos atributos que determinam os rendimentos e os custos; u_j é a combinação dos termos de erros aleatórios.

Além do mais, conforme mostra Maddala (1983), as probabilidades individuais de escolha em se mover de local para outro podem ser estimadas a partir de uma adaptação para o modelo *logit multinomial*, estimado por Máxima Verossimilhança:

$$P_k = \frac{\exp(H_k + u_k)}{\sum_{k=1}^3 \exp(H_j + u_j)} \quad (16)$$

Onde: P_k é a probabilidade de o indivíduo decidir pela condição de migração k ; e u_j e u_k são termos de erro randômico⁸.

De acordo com a teoria do capital humano, as características não observadas tanto influenciam na decisão de migração quanto nos rendimentos (CHISWICK, 1999; BORJAS, 1987). Portanto, no modelo estrutural (12)-(15), supõem-se que os termos de erros ε_j e u_j são correlacionados; dada a possível interdependência entre a escolha da migração e os rendimentos (FALARIS, 1987).

Para contornar esse potencial problema, adotou-se o método proposto por Lee (1983). Seguindo a descrição feita em Ramalho e Queiroz (2011), esse método considera que o trabalhador pode escolher sua condição de migrante $k \neq j$, a partir da utilidade máxima que a migração pode lhe prover, ou seja, se $U_k^* = H_k + u_k \geq \max_{k \in \Omega} \{H_i + u_i\} = H_\Omega + u_\Omega$, onde $H_\Omega \equiv \ln(\sum[\exp(H_j)])$, devido a hipótese de distribuição de valor extremo para o termo de erro estocástico ε_j . Conforme Vijverberg (1995) e Ramalho e Queiroz (2011), a última desigualdade também pode ser reescrita como:

$$\eta_k \equiv H_\Omega - H_k \geq u_\Omega - u_k \equiv V_k \quad (17)$$

Onde: η_k é uma variável randômica que segue uma distribuição logística onde a probabilidade de escolha do trabalhador segundo sua condição de migração é dada por: $p_k = \text{prob}(\eta_k \leq V_k) = F(V_k) = \frac{1}{1 + \exp(V_k)}$, em que F é a função de densidade logística acumulada.

Ramalho e Queiroz (2011) ainda descrevem que a partir da transformação $\eta_k^n = \Phi^{-1}[F(\eta_k)]$, onde Φ^{-1} é a função inversa de densidade acumulada (LEE, 1983), é possível obter com a substituição na inequação (17) o seguinte resultado:

$$\eta_k^n \leq \Phi^{-1}[P_k] = V_k^n \quad (18)$$

Onde η_k^n e ε_k possuem uma distribuição normal conjunta com a covariância dada por $\sigma_{\eta u}$.

⁸ É necessário supor uma categoria de referência $\pi_0 = 0$ que serve para retirar a indeterminação da estimativa do *logit multinomial*. Desse modo, a partir das estimativas dos coeficientes, podem-se obter variações relativas nas relações de probabilidades (GRENNE, 2002).

Assim, calculam-se as probabilidades da condição de migração (\hat{P}_k) e as seguintes variáveis de correção: $\lambda_k \equiv -\frac{\phi(\Phi^{-1}(\hat{P}_k))}{\hat{P}_k}$ para cada condição de migração $j = 1, 2$ e 3 , onde ϕ é a função de densidade normal (LEE, 1983; FALARIS, 1987).

Na segunda etapa, cada variável de correção é incluída na equação de salários (12), que por seu turno, pode ser estimada por MQO em amostras separadas por condição de migração⁹. Portanto, as médias condicionais dos salários, por categoria de migração, são obtidas por:

$$E(\ln W_j | \eta_k^n \leq V_k^n) = \hat{\beta}_k X_k + \sigma_{\eta u} \lambda_k \quad (19)$$

Onde: $\hat{\beta}_j$ é um vetor de parâmetros corrigidos para viés de seleção envolvido na condição de migração e $\sigma_{\eta u}$ representa a covariância entre os termos de erros ε_k e η_k^n .

3.3.2. Decomposição dos diferenciais de salários

A técnica de decomposição contrafactual dos diferenciais de salários foi desenvolvida por Oaxaca e Blinder, em 1973. Essa técnica consiste em explicar a diferença salarial entre os grupos por duas parcelas. A primeira parte do hiato salarial é explicada através das características observadas dos indivíduos, como por exemplo, escolaridade, idade, sexo, etc. Ademais, a segunda parte é atribuída pelas dotações não observadas, onde também captura a discriminação entre grupos, ou seja, a diferença de valoração dos atributos dos indivíduos (JANN, 2008). No entanto, de acordo com Jann (2008), essa técnica também pode ser utilizada para esclarecer diferenciais de qualquer resultado entre grupos. Portanto, suponha dois grupos, A e B:

$$\ln W_A - \ln W_B = \hat{\beta}_B (\bar{X}_A - \bar{X}_B) + \bar{X}_A (\hat{\beta}_A - \hat{\beta}_B) \quad (20)$$

Onde: $\ln W_A$ é logaritmo do salário-hora do grupo A; $\ln W_B$ logaritmo do salário-hora do grupo B; \bar{X}_A e \bar{X}_B são os valores médios das características observadas dos dois grupos; e $\hat{\beta}_A$ e $\hat{\beta}_B$ são os vetores de parâmetros estimados, descontado o termo de correção para viés de seleção de amostra (incluindo o intercepto).

A primeira parcela da equação (20), isto é, $\hat{\beta}_B (\bar{X}_A - \bar{X}_B)$, mensura o diferencial de salários devido às distintas dotações observadas entre os trabalhadores dos grupos A e B, considerando que o mercado não diferencia a valoração dos atributos entre os grupos, mais especificamente, assume que todos os indivíduos são valorados da mesma forma do grupo B.

⁹ Caso haja viés de seleção envolvido na condição de migrante/não migrante, a equação (16) também é estimada para amostras separadas de nativos, migrantes não retornados e remigrados.

Dessa forma, se o valor dessa parcela for positivo, indica que os trabalhadores do grupo A receberiam salários mais altos do que os do grupo B, devido a uma autosseleção positiva dos primeiros, em atributos observados.

Por outro lado, a segunda parte da equação anterior $\bar{X}_A(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}_B)$ capta a diferença de salários entre os indivíduos dos dois grupos, imputando aos trabalhadores do grupo B os mesmos atributos médios dos trabalhadores do grupo A. Portanto, um valor positivo dessa parcela revela que os salários dos indivíduos do grupo A são superiores aos salários do grupo B, possivelmente em razão da diferença de dotações não observadas (autosseleção).

Entretanto, a técnica que Oaxaca-Blinder (1973) tem sofrido algumas críticas na literatura por escolher um grupo de referência para analisar a diferença salarial, argumentando que pode superestimar um grupo e subestimar outro pelo fato da discriminação salarial não só aparecer nos grupos menos favorecidos, mas também nos trabalhadores que recebem salários acima do salário não discriminatório (JANN, 2008). Além disso, vários autores tentaram mensurar o peso dos parâmetros dos salários visando superar o problema relatado acima, como por exemplo, Oaxaca e Ransom (1994), Neumark (1988), Cotton (1988) e Reimers (1983). Dentre esses autores, a metodologia Oaxaca e Ramson (1994) sugere a matriz do parâmetro de referência seja calculado a partir da estimação conjunta dos salários de toda a população (JANN, 2008). Desse modo, é descrito abaixo:

$$\ln W_A - \ln W_B = \hat{\beta}^*(\bar{X}_A - \bar{X}_B) + [\bar{X}_A(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}^*) + \bar{X}_B(\hat{\beta}^* - \hat{\beta}_B)] \quad (21)$$

Onde: $\ln W_A$ é logaritmo do salário-hora do grupo A; $\ln W_B$ logaritmo do salário-hora do grupo B; \bar{X}_A e \bar{X}_B são os valores médios das características observadas do grupo A e B, respectivamente; $\hat{\beta}_A$ e $\hat{\beta}_B$ é o vetor de parâmetros estimado do grupo A e B, respectivamente; e $\hat{\beta}^*$ é vetor de parâmetros dos salários estimados conjuntamente, ou seja, denominando a estrutura de salários não discriminatória, conforme Jann (2008)¹⁰.

Uma parcela do diferencial de salários entre os grupos é explicada pelas diferenças, em média, das características observadas, onde atribui a todos os indivíduos a mesma valoração ponderada dos atributos, como mostra a primeira parte da equação (21). Se essa parcela apresenta-se positiva, então os trabalhadores do grupo A auferem maiores salários que o grupo B, isto é, são positivamente selecionados em características observadas.

A segunda parcela é composta de outras duas, onde, primeiro $\bar{X}_A(\hat{\beta}_A - \hat{\beta}^*)$ calcula a vantagem salarial do grupo A, e por último $\bar{X}_B(\hat{\beta}^* - \hat{\beta}_B)$, mensura a desvantagem salarial do

¹⁰ Onde é calculado a partir de $\hat{\beta}^* = \Omega\hat{\beta}_A + (1 - \Omega)\hat{\beta}_B$ e $\Omega = (X'_A X_A + X'_B X_B)^{-1} X'_A X_A$ é a matriz de pesos relativos.

grupo B. Desse modo, se o valor total dessa parcela for positivo, então os trabalhadores do grupo A recebem maiores rendimentos do que os do grupo B.

3.4. Base de dados e tratamentos

Os dados utilizados na análise da estratégia empírica são originados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999 e 2009, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir da referida base de dados, é possível identificar o migrante de retorno sob diferentes critérios. Nesse estudo, optou-se pela caracterização do migrante interestadual de retorno, isto é, aquele trabalhador que tomou a decisão de morar em outro estado diferente do seu estado de nascimento e depois de algum tempo retornou às origens. Portanto, essa identificação foi assegurada pelo cruzamento de informações sobre o estado de residência atual, estado de nascimento, estado de residência anterior e tempo de residência¹¹.

Dada a preocupação com a questão dos diferenciais de salários e da autosseleção, a análise foi baseada na comparação entre três grupos de trabalhadores, doravante tipificados como: (i) *migrante de retorno de curto prazo*, ou seja, o trabalhador remigrado que reside por um período de tempo de até nove anos no seu estado de origem, mas já manteve residência em outro estado; (ii) *migrante não retornado de curto prazo* - o trabalhador que reside em um estado diferente do seu estado de nascimento por um período de tempo de até nove anos e (iii) *nativo ou não migrante* - o trabalhador que sempre morou no seu estado de nascimento.

Na seleção da amostra foram consideradas apenas as pessoas que possuíam idade entre 18 e 70 anos, ocupados ou que tomaram providência para obter emprego (população economicamente ativa). Vale ressaltar que, na literatura é comum excluir das amostras as pessoas que, possivelmente, não migraram em razão de retornos econômicos, isto é, crianças, adolescentes e os idosos (FIESS e VERNER, 2003; SANTOS JÚNIOR et. al, 2005). Além do mais, também foram excluídos os militares por eles migrarem a serviço e os moradores da zona rural pelo fato da PNAD de 1999 não ter entrevistado esses indivíduos na região Norte.

A partir dos questionários da PNAD, foram selecionadas diversas características socioeconômicas dos trabalhadores, a saber: sexo, raça, idade, faixa de educação, estado civil, filhos menores de 14 anos, total de moradores no domicílio, total de migrantes no domicílio, área metropolitana de residência, horas de trabalho semanal (trabalho principal), rendimento do trabalho principal, região de residência, chefe de família, posição de ocupação e sindicato.

¹¹ Uma limitação presente nos dados das PNADs é a ausência de mais informações sobre a vida pregressa do trabalhador, como, por exemplo, o ano em que migrou pela primeira vez.

Além disso, a idade dos indivíduos utilizada foi descontada pelo tempo de residência no intuito de capturar a idade dos trabalhadores no momento da migração. Cabe ressaltar que algumas variáveis foram só incluídas na equação dos custos da migração visto que essas variáveis, supostamente, apenas influenciam na decisão de migração e de retorno e não na equação de salários, são elas: situação conjugal (casado), filhos menores de 14 anos, total de moradores, chefe de família e número de migrantes no domicílio. Na tabela A1, em apêndice, o leitor pode consultar detalhes sobre a descrição das variáveis usadas nesse estudo. Além disso, a estimação do modelo de múltiplas escolhas e de determinação de salários foi realizada para coortes migratórias nos períodos de 1990-1999 e de 2000-2009, assim como, para os dois períodos conjuntamente. Entretanto, as tabelas referentes à determinação de migração e salários realizada para os períodos de 1990-1999 e 1990-2009, Tabela A2 e A3, encontram-se no apêndice.

Na Tabela 5, a seguir, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis socioeconômicas dos trabalhadores utilizadas para determinar a condição de migração e salários. Nessa tabela, observa-se que os trabalhadores, independente da condição de migração, são na maioria homens, que vivem com o cônjuge, chefe de família e ocupados por conta própria e empregados sem carteira assinada. Em relação à idade, os trabalhadores migrantes de retorno se apresentam mais velhos do que os migrantes não retornados e mais jovens do que os não migrantes, independentemente da coorte. Referente à educação, os trabalhadores da coorte mais recente são mais escolarizados do que os trabalhadores da década de 90. Já a maioria dos trabalhadores da década de 90 possui filhos menores de 14 anos de idade, independente da condição de migração. Outra diferença entre as coortes é a raça declarada dos trabalhadores, a mais recente mostra que a maioria desses indivíduos declarou ser de raça não branca, já na coorte de 1990-1999 a maior parte é de trabalhadores declarados de raça branca. Além disso, os trabalhadores da região Nordeste são os que mais se apresentam como migrantes não retornados e migrantes de retorno, comparados com as demais regiões.

Tabela 5: Estatísticas descritivas das variáveis utilizadas nas regressões

	PNAD 1999						PNAD 2009					
	Não migrantes		Migrante não retornado (1990-1999)		Migrante de retorno (1990-1999)		Não migrantes		Migrante não retornado (1990-1999)		Migrante de retorno (1990-1999)	
	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão	Média	Desvio padrão
Homem	0,5757	0,4943	0,6246	0,4843	0,6317	0,4825	0,5433	0,4981	0,5885	0,4921	0,5996	0,4901
Branca	0,5556	0,4969	0,5248	0,4994	0,5335	0,4990	0,4822	0,4997	0,4625	0,4986	0,4834	0,4999
Idade	37,5798	11,6969	29,9355	9,3615	31,4720	9,3004	39,4978	12,1119	30,3228	9,6146	32,1210	10,0947
Idade ao quadrado	1.549,0550	946,6760	983,7586	652,1904	1.076,9280	660,6834	1.706,7680	1.003,2720	1.011,9030	677,3969	1.133,6010	739,4573
1 a 4 anos de estudos	0,2671	0,4425	0,2258	0,4181	0,2573	0,4373	0,1708	0,3764	0,1259	0,3318	0,1382	0,3452
5 a 8 anos de estudos	0,2905	0,4540	0,2737	0,4459	0,2921	0,4549	0,2465	0,4310	0,2208	0,4148	0,2355	0,4244
9 a 11 anos de estudos	0,2371	0,4253	0,2420	0,4283	0,2244	0,4173	0,3551	0,4786	0,3520	0,4776	0,3482	0,4765
12 anos ou mais de estudos	0,1133	0,3170	0,1676	0,3736	0,1549	0,3619	0,1683	0,3741	0,2536	0,4351	0,2313	0,4218
Funcionário público	0,0863	0,2808	0,0608	0,2389	0,0476	0,2129	0,0871	0,2820	0,0715	0,2576	0,0824	0,2751
Assalariado sem cart. assinada	0,2295	0,4205	0,2660	0,4419	0,2476	0,4317	0,2176	0,4127	0,2431	0,4290	0,2159	0,4116
Conta própria	0,2485	0,4321	0,2446	0,4299	0,2933	0,4554	0,2153	0,4110	0,1836	0,3872	0,2230	0,4164
Empreendedor	0,0506	0,2191	0,0520	0,2220	0,0555	0,2290	0,0473	0,2123	0,0528	0,2237	0,0599	0,2374
Sindicato	0,1806	0,3847	0,1546	0,3616	0,1579	0,3648	0,1734	0,3786	0,1657	0,3718	0,2040	0,4031
Número de migrantes no domicílio	0,2016	0,5083	0,1990	0,6131	0,1506	0,5000	0,2113	0,5097	0,2582	0,6343	0,1868	0,5226
Chefe	0,5466	0,4978	0,5768	0,4941	0,6110	0,4877	0,5224	0,4995	0,5187	0,4997	0,5741	0,4946
Casado	0,7719	0,4196	0,7427	0,4372	0,7622	0,4259	0,7469	0,4348	0,7139	0,4520	0,6975	0,4595
Total de moradores	4,2023	1,8880	3,9963	1,8524	4,0506	1,9573	3,6439	1,6782	3,4351	1,7315	3,4395	1,7637
Filhos menores de 14 anos	0,5198	0,4996	0,5670	0,4955	0,5945	0,4911	0,4035	0,4906	0,4625	0,4986	0,4567	0,4983
Metrópole	0,5150	0,4998	0,4011	0,4902	0,3866	0,4871	0,4673	0,4989	0,3142	0,4642	0,2989	0,4579
Região Norte	0,0559	0,2298	0,1225	0,3279	0,0616	0,2405	0,0989	0,2985	0,1465	0,3536	0,0842	0,2778
Região Nordeste	0,2973	0,4571	0,2074	0,4054	0,3768	0,4847	0,2990	0,4578	0,2194	0,4138	0,3511	0,4775
Região Sul	0,2577	0,4374	0,1317	0,3382	0,2287	0,4201	0,2325	0,4224	0,1325	0,3391	0,2272	0,4191
Região Centro-Oeste	0,0685	0,2526	0,2316	0,4219	0,0976	0,2968	0,0753	0,2639	0,2487	0,4323	0,1151	0,3192
Salário por hora	26,2622	55,3922	32,8810	62,2492	29,4724	44,6104	27,2146	65,7053	38,2112	77,3793	34,2762	66,4005
Log dos salários por hora	2,7413	0,9397	2,8783	1,0113	2,7848	1,0222	2,8958	0,8223	3,0632	0,9671	3,0126	0,9320
Número de observações	30.336		6.467		1.640		36.752		7.877		1.686	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 1999 e de 2009.

3.5. Resultados empíricos

3.5.1. Determinação da migração e dos salários

A Tabela 6 apresenta os coeficientes estimados a partir da equação reduzida (ver equação 15) do modelo de determinação de migração e salários, obtidos pelo *Logit multinomial* para coorte migratória 2000-2009. Além disso, também são apresentadas as taxas relativas de risco (TRR) que mostram as razões de chances do trabalhador ser migrante não retornado e migrante de retorno em comparação a ser não migrante, isto é, a categoria de referência (omitida).

Tabela 6: Brasil – Determinantes da migração interestadual: *Logit multinomial* – Coorte 2000.

	Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Coeficientes	TRR	Coeficientes	TRR
Homem	0,1077*** (0,0310)	1,1137*** (0,0345)	0,0997* (0,0586)	1,1048* (0,0648)
Raça	0,0694** (0,0303)	1,0719** (0,0325)	0,0490 (0,0563)	1,0502 (0,0592)
Idade	-0,1095*** (0,0081)	0,8963*** (0,0072)	-0,0699*** (0,0164)	0,9325*** (0,0153)
Idade ao quadrado	0,0004*** (0,0001)	1,0004*** (0,0001)	-0,0000 (0,0002)	1,0000 (0,0002)
1 a 4 anos de estudo	-0,0845 (0,0701)	0,9190 (0,0644)	0,0884 (0,1342)	1,0924 (0,1466)
5 a 8 anos de estudos	-0,3149*** (0,0673)	0,7299*** (0,0491)	-0,0602 (0,1300)	0,9416 (0,1224)
9 a 11 anos de estudos	-0,4577*** (0,0665)	0,6327*** (0,0421)	-0,1990 (0,1296)	0,8196 (0,1062)
12 anos de estudos ou mais	0,2185*** (0,0709)	1,2443*** (0,0882)	0,2819** (0,1384)	1,3256** (0,1835)
Funcionário público	-0,1127** (0,0557)	0,8934** (0,0498)	0,1066 (0,1050)	1,1125 (0,1168)
Empregado sem carteira assinada	0,0508 (0,0368)	1,0522 (0,0388)	0,0519 (0,0710)	1,0533 (0,0748)
Conta própria	0,3034*** (0,0393)	1,3545*** (0,0533)	0,5000*** (0,0713)	1,6486*** (0,1175)
Empregador	0,4315*** (0,0642)	1,5396*** (0,0988)	0,5502*** (0,1161)	1,7336*** (0,2013)
Sindicato	0,1096*** (0,0378)	1,1159*** (0,0422)	0,3150*** (0,0684)	1,3703*** (0,0937)
Metrópole	-0,3536***	0,7022***	-0,6780***	0,5076***

	(0,0294)	(0,0206)	(0,0555)	(0,0281)
Região Norte	0,4268***	1,5324***	-0,0493	0,9519
	(0,0462)	(0,0708)	(0,1036)	(0,0986)
Região Nordeste	-0,1409***	0,8686***	0,4458***	1,5618***
	(0,0391)	(0,0340)	(0,0709)	(0,1107)
Região Sul	-0,4287***	0,6513***	0,2600***	1,2969***
	(0,0437)	(0,0285)	(0,0760)	(0,0985)
Região Centro-Oeste	1,1331***	3,1054***	0,4453***	1,5609***
	(0,0432)	(0,1340)	(0,0925)	(0,1444)
Número de migrantes no domicílio	0,0138	1,0139	-0,1026*	0,9025*
	(0,0269)	(0,0273)	(0,0569)	(0,0513)
Chefe	0,3683***	1,4453***	0,4808***	1,6174***
	(0,0334)	(0,0482)	(0,0636)	(0,1029)
Casado	-0,0266	0,9738	-0,1759***	0,8387***
	(0,0340)	(0,0331)	(0,0626)	(0,0525)
Filhos menores de 14 anos	0,0710**	1,0736**	0,0055	1,0055
	(0,0324)	(0,0348)	(0,0612)	(0,0615)
Total de moradores	-0,0826***	0,9207***	-0,0415**	0,9594**
	(0,0100)	(0,0092)	(0,0189)	(0,0181)
Intercepto	1,8975***	-	-0,8119**	-
	(0,1590)	-	(0,3162)	-
Valor-p qui-quadrado		0,0000		0,0000
Número de observações			46.315	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Os resultados apontam que, os trabalhadores homens e chefes de família mostram-se mais prováveis de serem migrantes não retornados e migrantes retornados comparados às mulheres e em outra posição na família, ou seja, as categorias omitidas. No que se refere à idade, o sinal negativo dos coeficientes indicam que os mais jovens têm mais chances de serem migrantes não retornados e migrantes de retorno em relação aos não migrantes.

Em relação à educação, os resultados apontam que os trabalhadores mais escolarizados, ou seja, com 12 anos ou mais de estudos tem mais probabilidades de migrar e de retornar ao seu estado de nascimento do que os trabalhadores que possuem menos de um ano de estudo. As chances relativas do trabalhador mais escolarizado migrar são de 24,43 pontos percentuais (p.p.) ($TRR = 1,2443 - 1$) e de retornar ao estado de origem são de 32,56 p.p. Do mesmo modo, vários autores apontam esses resultados sobre a relação positiva da educação e migração. (RAMALHO e QUEIROZ, 2011; ZHAO, 2002; FIESS e VERNER, 2003).

Os trabalhadores empregados por conta própria, empreendedores e os associados a um sindicato são mais prováveis de serem migrantes não retornados e migrantes de retorno em

comparação aos empregados com carteira assinada, aos não associados a um sindicato, que são as variáveis de referência. Desse modo, as chances relativas de serem migrantes não retornados e migrantes de retorno são de 35,45 p.p e 64,86 p.p. respectivamente, para os ocupados por conta própria. Já para os empregadores, as chances são de 53,96 p.p. e 73,36 p.p. para a migração e migração de retorno, respectivamente. De acordo com Ramalho e Queiroz (2011), os trabalhadores inseridos nas ocupações em que são mais pertinentes no setor informal são os mais prováveis a se mover de um lugar para outro.

Observa-se que, os trabalhadores da região Nordeste e Sul são os menos propensos para migrar e mais propensos a retornar ao seu local de origem, em comparação aos trabalhadores da região Sudeste. Já os trabalhadores da região Centro-Oeste são mais prováveis de migrar e retornar ao seu estado de nascimento. Porém, na região Norte, os resultados apresentaram-se estatisticamente significantes apenas na categoria de migração, indicando que eles são mais propensos a migrar. Ainda pode-se observar que, os residentes em áreas metropolitanas são menos propensos à migração, já que nesses locais possuem mais oportunidades de emprego e maiores rendimentos. Além disso, quanto maior o número de moradores no domicílio menor a probabilidade de o trabalhador migrar e retornar ao seu estado de origem, devido, possivelmente, a renda domiciliar per capita mais elevada, caso a maioria dos moradores esteja empregado. Esses resultados também corroboram os encontrados por Siqueira (2006) e Ramalho e Queiroz (2011).

Nas estimações do modelo de determinação de migração e salários para a década de 90 e para as décadas de 90 e de 2000 conjuntamente (ver Tabelas A2 e A3 no apêndice), também evidenciam que os mais jovens, mais escolarizados, chefes de família, ocupados por conta própria e empregadores são os mais propensos a serem migrantes não retornados e migrantes de retorno. No entanto, os coeficientes da variável do número de migrantes no domicílio mostraram-se estatisticamente significantes e com sinais negativos nas duas estimações, indicando uma relação negativa com as probabilidades de migração e de remigração, tais fatos devem-se, provavelmente, ao aumento da renda domiciliar quando se tem maior número de migrantes no domicílio, diminuindo o incentivo à migração e à migração de retorno¹².

A Tabela 7, a seguir, registra os coeficientes da equação de salários não corrigidos (12) e corrigidos (19) para os não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno. Os coeficientes da equação de salários não corrigidos foram obtidos por MQO,

¹² Cujos resultados são contrários aos resultados encontrados pela literatura, conforme Sasaki e Assis (2000), Abud et al. (2008), Yaumauchi e Tanabe (2008) e Ramalho e Queiroz (2011), onde indica que quanto maior o número de migrantes, maior será a probabilidade de migração e remigração, devido às redes sociais que diminuem os custos do deslocamento, ajudam no auxílio moradia e na procura por emprego.

desconsiderando a interdependência da determinação de migração e salários. Já o vetor de coeficientes da equação dos salários corrigidos foi realizado através da introdução das variáveis de correção, obtidas na primeira etapa, uma em cada equação de salários, corrigindo assim, o possível viés de seleção amostral.

Tabela 7: Brasil – Regressões de salários por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra – Coorte 2000-2009

	Não migrante		Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Não corrigida	Corrigida	Não corrigida	Corrigida	Não corrigida	Corrigida
Homem	0,2637*** (0,0068)	0,2470*** (0,0072)	0,3424*** (0,0163)	0,2896*** (0,0172)	0,3829*** (0,0350)	0,3545*** (0,0354)
Branca	0,1210*** (0,0073)	0,1158*** (0,0071)	0,1603*** (0,0167)	0,1422*** (0,0169)	0,1196*** (0,0376)	0,1144*** (0,0375)
Idade	0,0442*** (0,0018)	0,0582*** (0,0023)	0,0435*** (0,0052)	0,0677*** (0,0061)	0,0201* (0,0117)	0,0236** (0,0118)
Idade ao quadrado	-0,0004*** (0,0000)	-0,0005*** (0,0000)	-0,0004*** (0,0001)	-0,0005*** (0,0001)	-0,0001 (0,0002)	-0,0001 (0,0002)
Sindicato	0,1520*** (0,0091)	0,1382*** (0,0093)	0,1329*** (0,0219)	0,1078*** (0,0221)	0,1497*** (0,0441)	0,0983** (0,0493)
1 a 4 anos de estudos	0,1263*** (0,0172)	0,1281*** (0,0169)	0,1060** (0,0415)	0,1287*** (0,0413)	-0,0226 (0,1026)	-0,0468 (0,1006)
5 a 8 anos de estudos	0,2816*** (0,0167)	0,2971*** (0,0164)	0,2984*** (0,0394)	0,3770*** (0,0409)	0,2021** (0,0965)	0,1965** (0,0932)
9 a 11 anos de estudos	0,5507*** (0,0168)	0,5804*** (0,0170)	0,5689*** (0,0393)	0,6767*** (0,0431)	0,4156*** (0,0959)	0,4224*** (0,0935)
12 anos ou mais	1,1630*** (0,0192)	1,1337*** (0,0193)	1,4370*** (0,0428)	1,3722*** (0,0430)	1,2495*** (0,1029)	1,2050*** (0,0965)
Funcionário público	0,3488*** (0,0129)	0,3526*** (0,0132)	0,4546*** (0,0368)	0,4794*** (0,0363)	0,2903*** (0,0683)	0,2632*** (0,0693)
Empregado sem carteira assinada	-0,1471*** (0,0084)	-0,1525*** (0,0086)	-0,1831*** (0,0189)	-0,1897*** (0,0190)	-0,2109*** (0,0428)	-0,2181*** (0,0434)
Conta própria	-0,0901*** (0,0105)	-0,1160*** (0,0107)	-0,1130*** (0,0258)	-0,1803*** (0,0271)	-0,1252** (0,0516)	-0,1935*** (0,0594)
Empregador	0,5731*** (0,0201)	0,5361*** (0,0207)	0,4694*** (0,0451)	0,3655*** (0,0497)	0,5389*** (0,0880)	0,4600*** (0,0914)
Metrópole	0,0817*** (0,0070)	0,1132*** (0,0080)	0,1756*** (0,0173)	0,2548*** (0,0206)	0,1039*** (0,0390)	0,2018*** (0,0556)
Região Norte	-0,1328*** (0,0124)	-0,1626*** (0,0124)	0,0266 (0,0268)	-0,0832*** (0,0298)	-0,0778 (0,0692)	-0,0453 (0,0727)
Região Nordeste	-0,3127*** (0,0090)	-0,3122*** (0,0090)	-0,2126*** (0,0245)	-0,1651*** (0,0252)	-0,2436*** (0,0503)	-0,3211*** (0,0570)
Região Sul	0,0005 (0,0090)	0,0182** (0,0089)	0,0250 (0,0262)	0,1381*** (0,0313)	0,0293 (0,0520)	-0,0264 (0,0557)
Região Centro-Oeste	0,0031 (0,0129)	-0,1173*** (0,0181)	0,0770*** (0,0209)	-0,2055*** (0,0414)	-0,0177 (0,0611)	-0,0235 (0,0611)

λ_1			-0,4143***			
			(0,0444)			
λ_2				0,6064***		
				(0,0807)		
λ_3						0,4150**
						(0,1683)
Intercepto	1,2155***	0,7135***	1,2163***	1,3645***	1,7899***	2,5471***
	(0,0386)	(0,0629)	(0,0955)	(0,0967)	(0,2236)	(0,3687)
R ² ajustado	0,421	0,422	0,492	0,496	0,455	0,457
Observações	36.752	36.752	7.877	7.877	1.686	1.686

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 1999.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. Para as equações corrigidas os desvios padrão foram computados por *bootstrap* com 1.000 replicações. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

No geral, observa-se que, os valores dos coeficientes da equação de salários não corrigida e a corrigida apresentam diferenças, já apontando viés de seleção amostral nas variáveis, podendo sobrestimar ou subestimar o impacto das variáveis na determinação dos salários. Em relação às características pessoais dos trabalhadores, as evidências mostram que os homens, declarados de raça branca e mais velhos auferem maiores salários do que os indivíduos de características contrárias, independente da condição de migração.

No que se referente ao nível de instrução dos trabalhadores, também independentemente da condição de migração, os resultados mostram que quanto maior o nível de escolaridade, maiores serão os rendimentos. Os trabalhadores (não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno) ocupados como funcionário público e empreendedores auferem maiores salários em relação aos empregados com carteira assinada (categoria omitida). Entretanto, os empregados sem carteira assinada e por conta própria recebem menor remuneração do que a categoria de referência. Além disso, o fato de o trabalhador ser associado a algum sindicato também impacta positivamente sobre os salários, sendo o efeito maior nos rendimentos dos não migrantes. Tais evidências também se encontram no estudo de Ramalho e Queiroz (2011).

Em relação à localização, os trabalhadores residentes na região Nordeste auferem menores rendimentos do que os moradores da região Sudeste, sobretudo, os não migrantes e migrantes retornados. Além disso, os residentes em áreas metropolitanas recebem mais salários dos que não moram nessas áreas, principalmente, os migrantes não retornados.

No tocante às variáveis de correção, λ_1 , λ_2 e λ_3 , os seus coeficientes indicam se os trabalhadores de determinada condição migratória recebem, em média, mais ou menos do que o indivíduo escolhido de modo aleatório na amostra. Portanto, como se pode observar ainda

na tabela 7, os coeficientes das variáveis de correção apresentaram-se estatisticamente significativos. Desse modo, λ_1 , referente aos não migrantes mostra-se negativo, indicando que esses indivíduos auferem menores salários do que os trabalhadores aleatórios na amostra, ou seja, são negativamente selecionados em atributos não observados. Por sua vez, as variáveis de correção dos salários dos migrantes não retornados e migrantes de retorno apontam que os migrantes recebem, em média, maiores salários do que os indivíduos escolhidos aleatoriamente na amostra, isto é, existe uma autosseleção positiva para os trabalhadores migrantes em características não observadas. Tais evidências sobre a autosseleção dos não migrantes e migrantes não retornados são consistentes com os estudos de Santos Júnior et al. (2005), e de Ramalho e Queiroz (2011).

As estimações das equações dos rendimentos para a coorte de 1990 e para as duas coortes juntas (ver Tabela A4 e A5 em apêndice) também revelam diferentes valores dos coeficientes entre as estimações de salários não corrigidos e corrigidos. Da mesma forma que a análise da coorte de 2000, os trabalhadores homens, declarados não brancos e com mais idade, são os que auferem maiores salários, indiferentemente da condição de migração. Em relação à educação, também evidenciam que quanto maior for o nível de escolaridade, os trabalhadores auferem maiores salários. Além disso, em referência às variáveis de correção também indicam que os migrantes não retornados e migrantes de retorno são positivamente selecionados e os não migrantes são negativamente selecionados, em relação aos indivíduos aleatórios da amostra.

3.5.2. Diferenciais de salários

A Tabela 8 registra os resultados obtidos pela técnica de Oaxaca e Ramson (1994) a partir das equações de salários corrigidas para a década de 90 e para a década de 2000. Como se pode observar nessa tabela, a diferença de salários é maior entre os grupos dos não migrantes e migrantes de retorno nas duas coortes.

Tabela 8: Brasil – Decomposição de Oaxaca-Ramson para as equações de salários corrigidas

	Não migrante(*) X Migrante não retornado		Migrante não retornado (*) X Migrante de retorno		Não migrante(*) X Migrante retornado	
	1990-1999	2000-2009	1990-1999	2000-2009	1990-1999	2000-2009
Diferença total	-1,0711*** (0,0859)	-1,0579*** (0,1023)	-0,4469 (0,3455)	-0,0512 (0,3624)	-1,5180*** (0,3354)	-1,1092*** (0,3483)
Diferença explicada	0,0433*** (0,0101)	0,0060 (0,0081)	0,0025 (0,0214)	-0,0131 (0,0194)	0,0855*** (0,0181)	0,0384** (0,0152)
Diferença não explicada	-1,1144*** (0,0853)	-1,0639*** (0,1019)	-0,4494 (0,3442)	-0,0382 (0,3614)	-1,6034*** (0,3343)	-1,1476*** (0,3475)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1999 e 2009.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. Para as equações corrigidas os desvios padrão foram computados por *bootstrap* com 1.000 replicações. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%. (*) Valores positivos das diferenças indicam vantagem para primeiro grupo; valores negativos indicam vantagem para o segundo grupo.

De acordo com a Tabela 8, os sinais negativos e estatisticamente significantes da diferença total de salários mostram que os migrantes não retornados e migrantes de retorno recebem, em média, maiores salários que os não migrantes, independente da coorte considerada. Entretanto, a diferença salarial entre os migrantes não retornados e migrantes retornados mostrou-se estatisticamente insignificante.

Ainda é possível observar que, as diferenças salariais dos migrantes não retornados e os migrantes de retorno em relação aos não migrantes são explicadas, em grande parte, pelas características não observadas dos trabalhadores. Ou seja, os sinais negativos da diferença não explicada sugerem que os migrantes são positivamente selecionados em atributos não observados em relação aos não migrantes para as duas coortes. Já a parte da diferença salarial explicada pelas características observadas mostra que, os não migrantes são positivamente selecionados em dotações observadas em relação aos migrantes (não retornados e de retorno).

Também foram realizados os diferenciais de renda pelo método tradicional de Oaxaca Blinder (ver Tabela A.6 no Apêndice). Desse modo, os resultados também mostraram que os migrantes, tanto os não retornados quanto os migrantes de retorno, auferem maiores rendimentos do que os não migrantes. Essas diferenças salariais são explicadas principalmente pelas diferenças de atributos não observados dos trabalhadores migrantes em relação aos não migrantes, isto é, os primeiros são positivamente selecionados em relação aos últimos em dotações não observadas. Tais achados empíricos corroboram os verificados por Ramalho e Queiroz (2011). Do contrário, os trabalhadores migrantes são negativamente selecionados em relação aos não migrantes pelas características observadas.

A seguir, a Tabela 9 mostra a diferença salarial entre os trabalhadores da mesma condição de migração por diferentes coortes, onde os trabalhadores da década de 90 são tomados como categoria-base para análise do método tradicional de decomposição de Oaxaca (1973) e o primeiro grupo na análise pela decomposição de Oaxaca e Ramsom (1994).

Tabela 9: Brasil – Decomposição de Oaxaca e de Oaxaca e Ramsom para as equações de salários corrigidas para diferentes coortes

Não migrante 1990-1999 (base) X Não migrante 2000-2009		Migrante 1990-1999 (base) X Migrante 2000-2009		Remigrado 1990-1999 (base) X Remigrado 2000-2009	
Oaxaca (1973)	Oaxaca Ramson (1994)	Oaxaca (1973)	Oaxaca Ramson (1994)	Oaxaca (1973)	Oaxaca Ramson (1994)

Diferença total	-0,2030*** (0,0213)	-0,2030*** (0,0213)	-0,1898 (0,1321)	-0,1898 (0,1319)	0,2058 (0,4831)	0,2058 (0,4859)
Diferença explicada	-0,1319*** (0,0057)	-0,1206*** (0,0050)	-0,1534*** (0,0134)	-0,1484*** (0,0124)	-0,2168*** (0,0250)	-0,1866*** (0,0284)
Diferença não explicada	-0,0710*** (0,0206)	-0,0824*** (0,0208)	-0,0365 (0,1313)	-0,0415 (0,1313)	0,4226 (0,4823)	0,3925 (0,4869)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das PNADs de 1999 e 2009.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. Para as equações corrigidas os desvios padrão foram computados por *bootstrap* com 1.000 replicações. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Obs.: Valores positivos do diferencial não explicado indicam vantagem para a categoria base e o primeiro grupo; valores negativos o oposto, conseqüentemente.

Conforme a Tabela 9 nota-se que os valores das diferenças totais não diferem pelos diversos métodos utilizados, entretanto, os valores mostram-se diferentes em relação às parcelas da diferença explicada e não explicada pelas características observadas. Porém, apenas a diferença total dos salários dos não migrantes da década de 90 e da década de 2000 apresentou estatisticamente significativa, indicando que, os trabalhadores não migrantes da década mais recente auferem maiores salários em relação aos não migrantes da década de 90.

Portanto, essa diferença salarial sugere uma qualidade melhor dos não migrantes entrevistados no ano de 2009 em comparação aos não migrantes entrevistados no ano de 1999. Mas, essa diferença de salários se mostra em maior parte explicada pelas características observadas, isto é, os trabalhadores não migrantes entrevistados em 2009 são mais educados, por exemplo, dos não migrantes entrevistados em 1999.

Agora, em relação às diferenças totais de salários dos migrantes não retornados da coorte 1990-1999 versus os migrantes não retornados da coorte 2000-2009 e dos migrantes de retorno da coorte de 1990-1999 versus os migrantes de retorno de 2000-2009 mostram-se estatisticamente insignificantes. Porém, as diferenças salariais dos migrantes não retornados e os migrantes de retorno da década mais recente poderiam ser melhores explicados pelos atributos observados do que os da década de 90.

3.6. Considerações finais

Neste capítulo foi possível observar o impacto da experiência da migração sobre os diferenciais de salários e a seletividade dos trabalhadores não migrantes, migrantes não retornados e migrantes de retorno. No geral, as evidências encontradas mostram que os trabalhadores jovens, com mais escolaridade, chefes de família e que são ocupados em seu próprio negócio são os mais prováveis à migração e à migração de retorno.

Os resultados em relação aos rendimentos mostram que, os trabalhadores homens, declarados de raça branca, mais velhos, ocupados como funcionários públicos e empreendedores, residentes em áreas metropolitanas e com maior escolaridade são os que auferem maiores salários, independentemente da condição de migração. No tocante à autosseleção dos trabalhadores apontam os migrantes não retornados e migrantes de retorno são positivamente selecionados em relação aos trabalhadores aleatórios na amostra, ou seja, esses migrantes auferem maiores rendimentos por causa dos atributos não observados. Porém, os não migrantes são negativamente selecionados em dotações não observadas comparados aos trabalhadores aleatórios, ou seja, os primeiros recebem salários maiores do que os últimos. Tais resultados também são consistentes com aqueles apontados em Santos Júnior et al. (2005) e em Ramalho e Queiroz (2011) usando outros métodos e/ou bases de dados.

Conforme as evidências obtidas pelo método de decomposição salarial de Oaxaca-Ramson, sugerem que, os migrantes não retornados e migrantes de retorno auferem maiores rendimentos do que os não migrantes, em média, para coortes migratórias das décadas de 90 e de 2000. Tais diferenças são em maior parte explicadas por características não observadas. Já em relação às características observadas, os migrantes são negativamente selecionados em relação aos não migrantes. Os achados sobre os diferenciais de renda quando comparados pela mesma condição de migração e diferentes coortes apresentam-se apenas estatisticamente significativos na diferença total de salários dos não migrantes, sugerindo que os não migrantes entrevistados em 2009 possuem melhor qualidade em atributos observados do que os não migrantes entrevistados em 1999.

3.7. Apêndice

3.7.1. Parte I

Modelo matemático de Borjas e Bratsberg (1996)

$$w_0 = \mu_0 + \eta v \quad (1)$$

$$w_1 = \mu_1 + v + \varepsilon \quad (2)$$

Para o indivíduo que planeja o retorno à região de origem *ex-ante*:

$$Ew_{10} = \pi w_1 + (1 - \pi)(w_0 + k) \quad (3)$$

$$Ew_{10} = \pi(w_1 - w_0) + (1 - \pi)k + w_0 \quad (3)$$

$$Ew_{10} = \pi w_1 + (1 - \pi)(w_0 + k) \quad (3)$$

$$Ew_{10} = \pi(w_1 - w_0) + (1 - \pi)k + w_0 \quad (3)$$

A condição para migração permanente ou não é:

$$\text{Max}[Ew_1 - M, Ew_{10} - M - R] > w_0$$

Isso implica:

$$Ew_1 - M > w_0 \quad (4)$$

Substituindo a equação (1) e (2), temos:

$$\mu_1 + v + \varepsilon + M > \mu_0 + \eta v$$

Considerando $\varepsilon = 0$,

$$(1 - \eta)v > \mu_0 + \mu_1 + M \quad (7)$$

Se oposto, a condição de não migração:

$$(1 - \eta)v \leq \mu_0 + \mu_1 + M \quad (*)$$

Ou

$$Ew_{10} - M - R > w_0 \quad (5)$$

Substituindo (3') e (1)

$$(\mu_1 - \mu_0)\pi + (1 - \eta)v\pi + (1 - \pi)k + \mu_0 + \eta v - M - R > \mu_0 + \eta v$$

$$(\mu_1 - \mu_0)\pi + (1 - \eta)v\pi + (1 - \pi)k - M - R > 0$$

$$\mu_1 - \mu_0 + (1 - \eta)v + \frac{k}{\pi} - k - \frac{M - R}{\pi} > 0$$

$$\mu_1 - \mu_0 - k - \frac{M - R + k}{\pi} > -(1 - \eta)v$$

$$\mu_0 - \mu_1 + k - \frac{M + R - k}{\pi} > -(1 - \eta)v$$

Assim, chega-se à condição de migração de retorno planejada, conforme abaixo:

$$(1 - \eta)v > \mu_0 - \mu_1 + k - \frac{M + R - k}{\pi} \quad (**)$$

Para que a condição para migração de retorno seja um investimento rentável exige que:

$$Ew_{10} - M - R > Ew_1 - M > w_0$$

Comparando (*) com (**), chega-se:

$$(\mu_0 - \mu_1 + k) - \frac{M + R - k}{\pi} < \mu_0 - \mu_1 + M$$

$$k - \frac{M + R - k}{\pi} < M$$

$$\pi k + M + R - k < \pi M$$

$$(\pi - 1)k < (\pi - 1)M - R$$

$$-(1 - \pi)k < -(1 - \pi)M - R$$

$$(1 - \pi)k > (1 - \pi)M + R$$

$$k < M + \frac{R}{1 - \pi}$$

No caso do migrante que já se encontra na região de destino e $\varepsilon \neq 0$, a condição de retorno é:

$$w_{10} - R > w_1$$

$$w_{10} > w_1 + R$$

$$(\mu_1 - \mu_0)\pi + (1 - \eta)v\pi + \varepsilon\pi + (1 - \pi)k + \mu_0 - \mu_1 > (1 - \eta)v + \varepsilon + R$$

$$(\mu_1 - \mu_0)\pi + (\mu_1 - \mu_0) + (1 - \pi)k > (1 - \pi)(1 - \eta)v + (1 - \pi)\varepsilon + R$$

$$-(1 - \pi)(\mu_1 - \mu_0) + (1 - \pi)k > (1 - \pi)(1 - \eta)v + (1 - \pi)\varepsilon + R$$

$$-(\mu_1 - \mu_0) + k > (1 - \eta)v + \varepsilon + \frac{R}{(1 - \pi)}$$

Assim, chega-se na condição de migração de retorno por erros de expectativas.

$$\mu_0 - \mu_1 + k - \frac{R}{1 - \pi} - \varepsilon > (1 - \eta)$$

3.7.2. Parte II

Tabela A.1: Descrição das variáveis utilizadas nas regressões

Atributos pessoais	Descrição
Migrante de retorno	Migrante interestadual de retorno - voltou nos últimos 9 anos
Homem	Variável binária: 1 - Masculino; 0 - Feminino
Branca	Variável binária: 1 - Branca; 0 - Não branca
Idade	Idade do indivíduo
Idade2	Idade ao quadrado
Sindicato	Variável binária: 1 - Sim; 0 - Não
Faixa de educação	
Menos de 1 ano	Variável binária: 1 - Possui menos de um ano de estudos; 0 - caso contrário
1 a 4 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 1 a 4 anos de estudos; 0 - caso contrário
5 a 8 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 5 a 8 anos de estudos; 0 - caso contrário
9 a 12 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 9 a 12 anos de estudos; 0 - caso contrário
12 anos ou mais de estudos	Variável binária: 1 - Possui 12 ou mais anos de estudos; 0 - caso contrário
Posição de ocupação	
Emp. Com carteira	Variável binária: 1 - Empregado com carteira assinada; 0 - caso contrário
Funcionário público	Variável binária: 1 - Funcionário público estatutário; 0 - caso contrário
Emp. Sem carteira	Variável binária: 1 - Empregado sem carteira assinada; 0 - caso contrário
Autônomo	Variável binária: 1 - Autônomo/conta própria; 0 - caso contrário
Empregador	Variável binária: 1 - Empregador; 0 - caso contrário
Família	
Chefe	Variável binária: 1 - Responsável pela família; 0 - Caso contrário
Casado	Variável binária: 1 - Homem/mulher vive com cônjuge; 0 - Caso contrário
Filhos menores de 14 anos	Variável binária: 1 - Possui filhos menores de 14 anos; 0 - Caso contrário
Total de moradores	Total de moradores no domicílio
Localização	

Urbana	Variável binária: 1 - Reside em zona urbana; 0 - Caso contrário
Metropolitana	Variável binária: 1 - Reside em área metropolitana; 0 - Caso contrário
Norte	Variável binária: 1 - Reside na região Norte; 0 - Caso contrário
Nordeste	Variável binária: 1 - Reside na região Nordeste; 0 - Caso contrário
Sudeste	Variável binária: 1 - Reside na região Sudeste ; 0 - Caso contrário
Centro-Oeste	Variável binária: 1 - Reside na região Centro-Oeste; 0 - Caso contrário
Sul	Variável binária: 1 - Reside na região Sul; 0 - Caso contrário

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADs de 2009.

Tabela A.2: Brasil – Determinantes da migração interestadual: *Logit multinomial* – Coorte 1990

	Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Coefficientes	TRR	Coefficientes	TRR
Homem	-0,0699*	0,9325*	-0,0929	0,9113
	(0,0386)	(0,0360)	(0,0676)	(0,0616)
Branca	0,0796**	1,0828**	0,0299	1,0304
	(0,0340)	(0,0368)	(0,0590)	(0,0608)
Idade	-0,1265***	0,8812***	-0,0473***	0,9538***
	(0,0092)	(0,0081)	(0,0173)	(0,0165)
Idade ao quadrado	0,0006***	1,0006***	-0,0003	0,9997
	(0,0001)	(0,0001)	(0,0002)	(0,0002)
1 a 4 anos de estudo	-0,3771***	0,6858***	0,1714	1,1870
	(0,0596)	(0,0409)	(0,1101)	(0,1307)
5 a 8 anos de estudos	-0,5718***	0,5645***	0,0225	1,0227
	(0,0597)	(0,0337)	(0,1112)	(0,1137)
9 a 11 anos de estudos	-0,5177***	0,5959***	-0,0135	0,9865
	(0,0621)	(0,0370)	(0,1151)	(0,1136)
12 anos de estudos ou mais	0,2822***	1,3261***	0,7015***	2,0168***
	(0,0689)	(0,0914)	(0,1262)	(0,2544)
Funcionário público	-0,3249***	0,7226***	-0,5021***	0,6053***
	(0,0644)	(0,0465)	(0,1265)	(0,0766)
Empregados sem carteira assinada	0,0022	1,0022	0,0744	1,0773
	(0,0410)	(0,0411)	(0,0733)	(0,0789)
Conta própria	0,3138***	1,3686***	0,4268***	1,5323***
	(0,0411)	(0,0563)	(0,0687)	(0,1053)
Empregador	0,2044***	1,2268***	0,2617**	1,2991**
	(0,0713)	(0,0875)	(0,1215)	(0,1578)
Sindicato	-0,0278	0,9726	-0,0075	0,9925
	(0,0433)	(0,0422)	(0,0758)	(0,0753)
Metrópole	-0,1742***	0,8402***	-0,5181***	0,5957***
	(0,0317)	(0,0267)	(0,0534)	(0,0318)
Região Norte	0,7977***	2,2203***	0,3036**	1,3547**
	(0,0558)	(0,1240)	(0,1185)	(0,1606)
Região Nordeste	-0,3368***	0,7141***	0,5520***	1,7366***
	(0,0424)	(0,0303)	(0,0718)	(0,1247)
Região Sul	-0,6994***	0,4969***	0,1557**	1,1685**

	(0,0462)	(0,0229)	(0,0761)	(0,0889)
Região Centro-Oeste	1,1246***	3,0791***	0,4616***	1,5866***
	(0,0473)	(0,1457)	(0,0993)	(0,1575)
Número de migrantes no domicílio	-0,1551***	0,8563***	-0,2262***	0,7976***
	(0,0353)	(0,0303)	(0,0664)	(0,0530)
Chefe	0,6308***	1,8791***	0,6607***	1,9362***
	(0,0432)	(0,0812)	(0,0756)	(0,1464)
Casado	-0,0175	0,9827	-0,0057	0,9943
	(0,0396)	(0,0389)	(0,0699)	(0,0695)
Filhos menores de 14 anos	0,0095	1,0096	0,0087	1,0088
	(0,0369)	(0,0372)	(0,0621)	(0,0627)
Total de moradores	-0,0302***	0,9703***	-0,0090	0,9910
	(0,0097)	(0,0094)	(0,0172)	(0,0170)
Intercepto	2,1208***		-1,4843***	
	(0,1726)		(0,3214)	
Valor-p qui-quadrado		0,0000		0,0000
Número de observações			38.443	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADs de 1999.

Notas: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses. ***Estatisticamente significativa a 1%.

**Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Tabela A.3: Brasil – Determinantes da migração interestadual: *Logit multinomial* – Coorte 1999 e 2009

	Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Coefficientes	TRR	Coefficientes	TRR
Homem	0,0466*	1,0477*	0,0270	1,0274
	(0,0240)	(0,0251)	(0,0437)	(0,0449)
Branca	0,0707***	1,0732***	0,0494	1,0507
	(0,0225)	(0,0242)	(0,0405)	(0,0425)
Idade	-0,1150***	0,8913***	-0,0594***	0,9423***
	(0,0060)	(0,0054)	(0,0119)	(0,0112)
Idade ao quadrado	0,0004***	1,0004***	-0,0001	0,9999
	(0,0001)	(0,0001)	(0,0002)	(0,0002)
1 a 4 anos de estudo	-0,2626***	0,7691***	0,1320	1,1412
	(0,0452)	(0,0347)	(0,0850)	(0,0970)
5 a 8 anos de estudos	-0,4584***	0,6323***	-0,0303	0,9701
	(0,0442)	(0,0280)	(0,0842)	(0,0817)
9 a 11 anos de estudos	-0,5044***	0,6039***	-0,1316	0,8767
	(0,0444)	(0,0268)	(0,0849)	(0,0745)
12 anos de estudos ou mais	0,2189***	1,2447***	0,4496***	1,5677***
	(0,0482)	(0,0600)	(0,0917)	(0,1438)
Funcionário público	-0,2138***	0,8075***	-0,1469*	0,8634*
	(0,0419)	(0,0338)	(0,0795)	(0,0687)
Empregado sem carteira assinada	0,0242	1,0245	0,0662	1,0684
	(0,0273)	(0,0280)	(0,0508)	(0,0543)
Conta própria	0,3065***	1,3587***	0,4779***	1,6127***
	(0,0282)	(0,0383)	(0,0492)	(0,0793)

Empregador	0,3336*** (0,0476)	1,3959*** (0,0665)	0,4272*** (0,0837)	1,5330*** (0,1284)
Sindicato	0,0509* (0,0284)	1,0522* (0,0299)	0,1778*** (0,0506)	1,1945*** (0,0605)
Metrópole	-0,2761*** (0,0214)	0,7587*** (0,0162)	-0,5927*** (0,0382)	0,5528*** (0,0211)
Região Norte	0,5637*** (0,0352)	1,7572*** (0,0618)	0,0777 (0,0777)	1,0808 (0,0839)
Região Nordeste	-0,2257*** (0,0286)	0,7980*** (0,0228)	0,4969*** (0,0503)	1,6436*** (0,0826)
Região Sul	-0,5569*** (0,0317)	0,5730*** (0,0181)	0,2093*** (0,0537)	1,2328*** (0,0661)
Região Centro-Oeste	1,1254*** (0,0318)	3,0815*** (0,0980)	0,4504*** (0,0675)	1,5689*** (0,1060)
Número de migrantes no domicílio	-0,0603*** (0,0213)	0,9415*** (0,0201)	-0,1618*** (0,0432)	0,8507*** (0,0367)
Chefe	0,4636*** (0,0263)	1,5899*** (0,0418)	0,5541*** (0,0480)	1,7404*** (0,0835)
Casado	-0,0311 (0,0256)	0,9694 (0,0249)	-0,1081** (0,0463)	0,8975** (0,0416)
Filhos menores de 14 anos	0,0478** (0,0243)	1,0490** (0,0255)	0,0159 (0,0433)	1,0160 (0,0440)
Total de moradores	-0,0600*** (0,0069)	0,9418*** (0,0065)	-0,0220* (0,0126)	0,9782* (0,0123)
Intercepto	1,9870*** (0,1159)		-1,1425*** (0,2239)	
Valor-p qui-quadrado	0,0000		0,0000	
Número de observações		84.758		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADs de 1999.

Notas: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses. ***Estatisticamente significativa a 1%.

**Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Tabela A.4: Brasil – Regressões de salários por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra – Coorte 1990

	Não migrante		Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Não corrigida	Corrigida	Não corrigida	Corrigida	Não corrigida	Corrigida
Homem	0,3256*** (0,0082)	0,3014*** (0,0083)	0,3333*** (0,0189)	0,2759*** (0,0199)	0,3523*** (0,0383)	0,2983*** (0,0407)
Branca	0,1668*** (0,0090)	0,1577*** (0,0087)	0,1669*** (0,0195)	0,1448*** (0,0191)	0,1554*** (0,0400)	0,1506*** (0,0394)
Idade	0,0642*** (0,0021)	0,0795*** (0,0024)	0,0504*** (0,0064)	0,0744*** (0,0068)	0,0442*** (0,0126)	0,0421*** (0,0125)
Idade ao quadrado	-0,0007*** (0,0000)	-0,0008*** (0,0000)	-0,0006*** (0,0001)	-0,0007*** (0,0001)	-0,0005** (0,0002)	-0,0003 (0,0002)
Sindicato	0,2031*** (0,0109)	0,2025*** (0,0107)	0,1425*** (0,0260)	0,1455*** (0,0253)	0,1869*** (0,0545)	0,1778*** (0,0538)
1 a 4 anos de estudos	0,2086***	0,2356***	0,1195***	0,2129***	0,1134	0,0435

	(0,0156)	(0,0158)	(0,0334)	(0,0339)	(0,0785)	(0,0792)
5 a 8 anos de estudos	0,4174***	0,4648***	0,3251***	0,4656***	0,3444***	0,2998***
	(0,0159)	(0,0167)	(0,0330)	(0,0353)	(0,0788)	(0,0796)
9 a 11 anos de estudos	0,8104***	0,8594***	0,7591***	0,8835***	0,7748***	0,7437***
	(0,0170)	(0,0177)	(0,0357)	(0,0370)	(0,0860)	(0,0847)
12 anos ou mais de estudos	1,5287***	1,4848***	1,6359***	1,5685***	1,6811***	1,5102***
	(0,0208)	(0,0206)	(0,0416)	(0,0423)	(0,0920)	(0,1005)
Funcionário público	0,2358***	0,2704***	0,2785***	0,3473***	0,3101***	0,4109***
	(0,0148)	(0,0150)	(0,0407)	(0,0415)	(0,0943)	(0,0962)
Empregado sem carteira	-0,1966***	-0,1964***	-0,2351***	-0,2236***	-0,2950***	-0,3098***
	(0,0099)	(0,0096)	(0,0218)	(0,0213)	(0,0462)	(0,0455)
Conta própria	-0,0281**	-0,0665***	0,0278	-0,0440	-0,0566	-0,1525***
	(0,0116)	(0,0121)	(0,0261)	(0,0273)	(0,0487)	(0,0550)
Empregador	0,6435***	0,6162***	0,4708***	0,4195***	0,4049***	0,3447***
	(0,0227)	(0,0221)	(0,0535)	(0,0536)	(0,1040)	(0,1045)
Metrópole	0,0841***	0,1101***	0,2254***	0,2607***	0,0760*	0,2055***
	(0,0083)	(0,0083)	(0,0189)	(0,0195)	(0,0402)	(0,0498)
Região Norte	-0,2205***	-0,3206***	-0,0779**	-0,2761***	-0,0912	-0,0935
	(0,0179)	(0,0194)	(0,0319)	(0,0373)	(0,0812)	(0,0856)
Região Nordeste	-0,3276***	-0,3159***	-0,3217***	-0,2220***	-0,2287***	-0,3925***
	(0,0107)	(0,0105)	(0,0265)	(0,0275)	(0,0497)	(0,0663)
Região Sul	-0,0444***	0,0027	0,0061	0,1798***	-0,0038	-0,0808
	(0,0103)	(0,0111)	(0,0303)	(0,0361)	(0,0534)	(0,0578)
Região Centro-Oeste	-0,1379***	-0,2981***	-0,0449*	-0,3195***	0,0905	0,0821
	(0,0163)	(0,0223)	(0,0239)	(0,0378)	(0,0655)	(0,0630)
λ_1		-0,5565***				
		(0,0473)				
λ_2				0,5955***		
				(0,0652)		
λ_3						0,6386***
						(0,1636)
Intercepto	0,5634***	-0,0401	1,0778***	1,2030***	1,0902***	2,4129***
	(0,0434)	(0,0666)	(0,1055)	(0,1069)	(0,2306)	(0,4205)
R ² ajustado	0,475	0,477	0,499	0,504	0,501	0,505
Observações	30.336	30.336	6.467	6.467	1.640	1.640

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 1999.

Notas: Desvios padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. Para as equações corrigidas os desvios padrão foram computados por *bootstrap* com 1.000 replicações. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Tabela A.5: Brasil – Regressões de salários por condição de migração com e sem correção para viés de seleção na amostra – Coorte de 1990 e 2000

	Não migrante		Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Não corrigida	Corrigida	Não corrigida	Corrigida	Não corrigida	Corrigida
Homem	0,2909***	0,2700***	0,3400***	0,2844***	0,3666***	0,3254***
	(0,0053)	(0,0054)	(0,0124)	(0,0131)	(0,0259)	(0,0282)
Branca	0,1399***	0,1332***	0,1624***	0,1431***	0,1436***	0,1356***

	(0,0057)	(0,0056)	(0,0127)	(0,0129)	(0,0274)	(0,0266)
Idade	0,0548***	0,0702***	0,0482***	0,0726***	0,0317***	0,0335***
	(0,0014)	(0,0017)	(0,0041)	(0,0046)	(0,0087)	(0,0088)
Idade ao quadrado	-0,0005***	-0,0006***	-0,0005***	-0,0006***	-0,0003**	-0,0002
	(0,0000)	(0,0000)	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)	(0,0001)
1 a 4 anos de estudos	0,1746***	0,1895***	0,1232***	0,1903***	0,0561	0,0081
	(0,0117)	(0,0115)	(0,0261)	(0,0265)	(0,0627)	(0,0614)
5 a 8 anos de estudos	0,3689***	0,4006***	0,3355***	0,4506***	0,2994***	0,2786***
	(0,0115)	(0,0118)	(0,0252)	(0,0267)	(0,0612)	(0,0593)
9 a 11 anos de estudos	0,6970***	0,7378***	0,6779***	0,7993***	0,6265***	0,6223***
	(0,0117)	(0,0120)	(0,0255)	(0,0279)	(0,0625)	(0,0599)
12 anos ou mais	1,3518***	1,3156***	1,5514***	1,4894***	1,4817***	1,3892***
	(0,0138)	(0,0140)	(0,0288)	(0,0289)	(0,0683)	(0,0675)
Funcionário público	0,2915***	0,3087***	0,3826***	0,4295***	0,2875***	0,3016***
	(0,0097)	(0,0097)	(0,0274)	(0,0275)	(0,0554)	(0,0561)
Outro emprego sem carteira	-0,1709***	-0,1742***	-0,2082***	-0,2063***	-0,2555***	-0,2676***
	(0,0064)	(0,0063)	(0,0143)	(0,0147)	(0,0316)	(0,0311)
Conta própria	-0,0605***	-0,0936***	-0,0418**	-0,1126***	-0,0883**	-0,1763***
	(0,0078)	(0,0079)	(0,0184)	(0,0197)	(0,0351)	(0,0399)
Empregador	0,6062***	0,5702***	0,4714***	0,3889***	0,4909***	0,4097***
	(0,0151)	(0,0147)	(0,0344)	(0,0366)	(0,0674)	(0,0676)
Sindicato	0,1765***	0,1668***	0,1360***	0,1225***	0,1754***	0,1333***
	(0,0070)	(0,0071)	(0,0168)	(0,0165)	(0,0341)	(0,0360)
Metrópole	0,0784***	0,1107***	0,1971***	0,2584***	0,0801***	0,1970***
	(0,0054)	(0,0058)	(0,0127)	(0,0140)	(0,0277)	(0,0366)
Região Norte	-0,1549***	-0,2100***	-0,0242	-0,1695***	-0,0659	-0,0400
	(0,0102)	(0,0110)	(0,0206)	(0,0241)	(0,0530)	(0,0522)
Região Nordeste	-0,3181***	-0,3130***	-0,2633***	-0,1914***	-0,2233***	-0,3423***
	(0,0069)	(0,0070)	(0,0180)	(0,0199)	(0,0352)	(0,0449)
Região Sul	-0,0203***	0,0109	0,0129	0,1580***	0,0231	-0,0447
	(0,0068)	(0,0073)	(0,0199)	(0,0245)	(0,0372)	(0,0391)
Região Centro-Oeste	-0,0604***	-0,2059***	0,0186	-0,2652***	0,0406	0,0338
	(0,0103)	(0,0144)	(0,0157)	(0,0291)	(0,0448)	(0,0455)
λ_1		-0,5021***				
		(0,0339)				
λ_2				0,6132***		
				(0,0554)		
λ_3						0,5403***
						(0,1199)
Intercepto	0,8535***	0,2749***	1,1009***	1,2414***	1,3933***	2,4398***
	(0,0288)	(0,0478)	(0,0702)	(0,0718)	(0,1605)	(0,2812)
R2 ajustado	0,447	0,449	0,495	0,500	0,482	0,485
Observações	67.088	67.088	14.344	14.344	3.326	3.326

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 1999.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. Para as equações corrigidas os desvios padrão foram computados por *bootstrap* com 1.000 replicações. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Tabela A.6: Brasil – Decomposição de Oaxaca para as equações de salários corrigidas

	Não migrante (base) X Migrante		Migrante não retornado (base) X Migrante de retorno		Não migrante (base) X Migrante retornado	
	1990-1999	2000-2009	1990-1999	2000-2009	1990-1999	2000-2009
Diferença total	-1,0711*** (0,0860)	-1,0579*** (0,1025)	-0,4469 (0,3475)	-0,0512 (0,3644)	-1,5180*** (0,3374)	-1,1092*** (0,3503)
Diferença explicada	0,1779*** (0,0138)	0,1090*** (0,0125)	-0,0695*** (0,0245)	-0,0714*** (0,0232)	0,1361*** (0,0188)	0,0867*** (0,0160)
Diferença não explicada	-1,2489*** (0,0875)	-1,1669*** (0,1039)	-0,3774 (0,3501)	0,0202 (0,3678)	-1,6541*** (0,3372)	-1,1959*** (0,3503)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 1999.

Notas: Desvios-padrão robustos à heterocedasticidade entre parênteses. Para as equações corrigidas os desvios padrão foram computados por *bootstrap* com 1.000 replicações. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Obs.: Valores positivos do diferencial não explicado indicam vantagem para categoria-base; valores negativos o oposto.

4. Migração de retorno e escolha ocupacional no Brasil

4.1. Introdução

Nas últimas duas décadas, houve um expressivo número de estudos na literatura nacional sobre a migração de retorno pelo fato de ser um fenômeno recente dentro o fluxo migratório no território brasileiro. Conforme o IBGE (2012), nos quinquênios 1995-2000 e 2005-2010, os migrantes de retorno apresentam cerca de 22% e 24,5%, respectivamente, do total de imigrantes do Brasil, tendo os estados nordestinos como a maior receptora de seus naturais, representando mais 40% do total, exceto o estado do Rio Grande do Norte e Sergipe. Da mesma forma, Siqueira et al. (2007), um estudo feito através dos dados do Censo de 2000, apresenta um percentual de 21,60% de migrantes de retorno no total de migrantes do país. Entretanto, a maioria dos migrantes que retornaram a sua terra natal são nordestinos, alcançando cerca de 40% do total de migrantes de retorno.

Conforme Mesnard (2004), o motivo principal da ocorrência da migração de trabalhadores é a procura de melhores salários e maiores oportunidades de emprego no local de destino. De tal modo, de acordo com Ramalho e Silveira Neto (2009), quando os indivíduos retornam ao seu lugar de nascimento, podem trazer consigo tanto capital físico quanto humano, que devem influenciar na escolha de ocupação na região de nascimento, mesmo que o retorno seja por motivos de frustração de expectativas. Nessa mesma linha, Dustmann (2007) mostra que a experiência adquirida na região da migração melhora as habilidades e a produtividade dos migrantes, que serão mais valorizadas na região de nascimento. Nesse sentido, Iara (2006) considera que os migrantes temporários recebem prêmio salarial na região de origem depois de se empregarem em um mercado de trabalho externo à sua economia.

No entanto, os motivos que influenciam a migração de retorno podem estar relacionados com as possibilidades de atuação no mercado de trabalho na região de origem após o regresso (SHIMA, 2011), com as redes sociais, pois a existência de amigos e parentes no local de nascimento ajuda a obter mais informações sobre a economia local (QUEIROZ, 2010), ou ainda relacionada com os afetos familiares, sociais e culturais (CONSTANT e MASSEY, 2002).

Neste contexto, os trabalhadores podem retornar para a região de origem com acúmulo de poupança direcionando-o para o consumo de bens duráveis, para aplicações financeiras ou até mesmo para o uso produtivo. Quando o indivíduo acumula poupança a fim de investir em

atividades empreendedoras ou autônomas após a migração de retorno, possivelmente, a migração foi parte de um planejamento econômico no ciclo de vida (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001). Por outro lado, os migrantes podem enviar remessas de capital para a região de origem a fim de superar restrições financeiras e/ou permitir a abertura de pequenas e médias empresas, podendo assim, diminuir o desemprego e pobreza na região local (STARK et al., 1986; STARK e LUCAS, 1988). Consequentemente, como essas remessas podem servir para o desenvolvimento da região de origem, e por esse motivo, existem políticas públicas voltadas para direcioná-lo ao investimento no setor produtivo nessa região (PIRACHA e VADEAN, 2009).

Beine et al. (2006) sugerem que, a migração pode ser ruim para a região de origem, pois pode ocorrer a “fuga de cérebros” (*brain drain*), ou seja, os emigrantes podem ser os mais escolarizados da região. Porém, os autores também ressaltam a importância da migração de retorno pelo fato do acúmulo de capital físico e humano, durante a estadia na região de acolhimento, possivelmente impactar no desenvolvimento da região de origem.

Kirdar (2005), em estudo feito sobre os imigrantes na Alemanha, mostra que os turcos que retornaram para seu país de origem são os que mais acumularam poupança dentre todos os imigrantes, pois são os que mais possuem intenção de retornar ao seu local de nascimento. Já Dustmann e Kichkamp (2001), em estudo sobre os migrantes de retorno da Turquia, mostraram evidências de que esses indivíduos depois de passar um tempo na Alemanha voltavam para casa e se empregavam como empreendedores com o capital proveniente da poupança que eles adquiriram durante a migração.

No estudo de McCormick e Wahba (2001) feito para os migrantes de retorno egípcios, os autores mostraram que, a acumulação de poupança e o tempo de residência no país estrangeiro aumenta a probabilidade dos indivíduos se tornarem empreendedores após o retorno ao país de origem. Porém, os resultados evidenciam que a aquisição de habilidades adquiridas no exterior é mais importante para os trabalhadores mais educados do que para os indivíduos com pouca ou quase nenhuma escolarização, pois os últimos se ocupam em trabalhos que precisam apenas de força física.

Na literatura nacional, há poucas evidências sobre a escolha ocupacional de migrante de retorno. No estudo de Siqueira (2006), feito a partir dos dados do Censo de 2000, indica que os migrantes de retorno têm mais probabilidades de estarem desempregados, ou empregados sem carteira assinada, ou ainda, aposentados após o retorno à região de nascimento, entretanto, apenas nesta última situação que sugere o planejamento do ciclo de vida como a causa do retorno à região de origem. Já Ramalho e Silveira Neto (2009),

realizaram um estudo com os dados da PNAD de 2007 e seus resultados sugerem que a experiência adquirida na região de destino aumenta a probabilidade de o trabalhador se ocupar como autônomo ou empreendedor após o retorno à região de nascimento.

Nesse contexto, esse ensaio pretende avaliar, no Brasil, a inserção do migrante interestadual de retorno no mercado de trabalho do estado de nascimento, ou seja, como a decisão de escolha ocupacional no local de origem está relacionada à aquisição de experiências e dotações de capital humano e/ou riqueza durante a migração.

Esse capítulo está dividido em oito seções, além desta breve introdução. Por conseguinte, a seção 4.2 aborda uma revisão teórica sobre os determinantes da inserção produtiva dos migrantes de retorno no mercado de trabalho da região de origem. A seção 4.3 é dedicada a uma breve revisão literária empírica. Por sua vez, a seção 4.4 é reservada para a análise do perfil dos migrantes de retorno e não migrantes conforme a ocupação em que se encontram. Na seção 4.5 são apresentadas a base de dados, os tratamentos e a estratégia empírica. Em seguida, na seção 4.6 são examinadas as evidências empíricas sobre os determinantes da escolha ocupacional dos migrantes interestadual de retorno no Brasil. Por fim, as considerações finais são apresentadas na seção 4.7.

4.2. Remigração e escolha ocupacional na Teoria Econômica

A remigração à região de nascimento pode ser explicada através de duas principais abordagens presentes na teoria do capital humano. Primeiro, a migração de retorno pode ser vista como um planejamento ótimo de vida, ou seja, o indivíduo planejou passar um tempo fora de sua região de nascimento para trabalhar e auferir melhores rendimentos e depois retornar à sua região de origem (COHEN e HABERFIELD, 2001; DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001; MESNARD, 2004). E segundo, o retorno é acarretado por desapontamentos e dificuldades encontradas na região de destino, tais como falta de emprego ou a presença de subemprego, baixos salários, dentre outros. Desse modo, o trabalhador remigra às suas origens antes do seu planejamento, isto é, o tempo que ele esperava permanecer na região de destino (DA VANZO, 1983; SHUMWAY e HALL, 1996).

Por outro lado, os trabalhadores podem escolher outro destino para novamente migrar, que pode ser diferente da região de nascimento. Entretanto, as pessoas que retornam ao seu local de origem geralmente procuram diminuir as incertezas e riscos atrelados a um novo

movimento, pelo fato da presença de redes sociais, como os familiares e amigos (MASSEY et al, 1987; SALLES, 1999).

Alguns autores enfatizam o fenômeno da migração de retorno por existir várias razões que podem levar o indivíduo a decidir voltar para casa e não remigrar para outro lugar. Todavia, a migração de retorno também pode ser explicada por motivos familiares, afinidades culturais com a região de nascimento e patriotismo (VANDERKAMP, 1971; CONSTANT e MASSEY, 2002).

Já Dustmann (1996), argumenta que a migração de retorno se dá quando os indivíduos acreditam ter chegado a um ponto ótimo de acumulação de capital em que rendimento potencial da região de origem supera o rendimento na região de migração. Da mesma forma, outros autores sugerem que a experiência no mercado de trabalho aumenta a prêmio salarial (RAINHOLD e THOM, 2008; IARA, 2006).

Portanto, a migração de retorno permite a reinserção do trabalhador no mercado de trabalho da região de nascimento. O enquadramento ocupacional e até mesmo a chance de emprego do remigrado, podem estar relacionados, entre outros fatores, à aquisição de capital humano na região de acolhimento inicial. Segundo Mesnard (2004), a acumulação de poupança, obtida na região de destino do migrante, e/ou as remessas enviadas à região de origem, podem constituir-se em importante capital financeiro e, assim, assegurar o emprego do trabalhador (empreendimento) mediante seu retorno ao local de origem. Por outro lado, para Dustmann e Kirchkamp (2001), a acumulação de habilidades e conhecimentos específicos à região de destino, é determinante para a absorção do remigrado no mercado de trabalho da região de nascimento.

É importante ressaltar, que a maioria dos modelos de migração com informação imperfeita, não discute o impacto dos custos de informação e/ou das restrições ao crédito sobre a migração e a escolha ocupacional. Nesse contexto, Mesnard (2004), desenvolveu um modelo em que procura preencher essa lacuna, descrito na subseção abaixo.

4.2.1. Modelo de determinação conjunta do tempo de duração de migração e da escolha ocupacional do remigrado

O modelo teórico apresentado nesta subseção foi desenvolvido por Mesnard (2004) e analisa como a duração ótima da migração e a escolha ocupacional, após a remigração, são influenciadas pelas imperfeições do mercado de crédito. As duas principais implicações do

modelo sugerem que: (i) restrições de crédito afetam a decisão ocupacional após a migração de retorno e (ii) uma redução de salários no país estrangeiro não é equivalente a um aumento dos rendimentos no país de origem, no tocante à decisão de remigrar¹³.

Esse modelo supõe que a migração é parte de um planejamento ótimo, ou seja, o trabalhador representativo maximiza o valor presente do benefício esperado ao longo do seu período de atividade econômica, dadas as restrições orçamentária e de crédito. O período de atividade econômica do trabalhador tem uma duração total de 1 unidade tempo. Dessa forma, o período de migração é definido por t e o período após o retorno da migração, por $1 - t$. O trabalhador possui informação perfeita sobre os salários no país estrangeiro (y_f) e no país de origem (y_h). Admite-se que os salários no país estrangeiro são inicialmente maiores que no país de origem ($y_f > y_h$), pois caso contrário, a migração inicial não seria consistente com a hipótese de racionalidade econômica. Também com previsão perfeita, o trabalhador escolhe simultaneamente os fluxos de consumo no país estrangeiro (c_f) e no país de origem (c_h)¹⁴.

Além disso, a utilidade marginal do consumo, no país estrangeiro, é considerada menor do que a utilidade marginal de consumo no país de origem, ou seja, o trabalhador valoriza mais o consumo no seu país de nascimento do que no país estrangeiro. Formalmente, dada à função utilidade u tem-se $u'_h(c) \geq u'_f(c), \forall c > 0$ ¹⁵.

No país de origem do migrante, o mercado de crédito é imperfeito, pois se supõe que os empréstimos apenas são concedidos mediante garantias (B)¹⁶. Portanto, ao migrar, o trabalhador pode acumular poupança e no período de remigração, investir o capital financeiro em um projeto no país de nascimento¹⁷. Porém, o capital investido deve gerar alto retorno financeiro, de modo que o rendimento esperado dos trabalhadores autônomos \bar{y} é supostamente maior do que os salários médios no país estrangeiro e no país de origem ($\bar{y} > y_f > y_h$). Logo, sob essas suposições, o processo de migração temporária torna-se um importante mecanismo para o rompimento das restrições financeiras no país de origem através de acumulação de poupança no país estrangeiro.

¹³ As demonstrações matemáticas desta seção estão na Parte I do Apêndice deste capítulo.

¹⁴ Mesnard (2004) admite duas hipóteses simplificadoras: o fluxo de consumo é dado em cada período de tempo e as taxas de juros e de desconto são nulas.

¹⁵ Ainda são consideradas as conhecidas condições de *Inada*: $u'_i > 0, u''_i < 0 \forall i = f, h, \lim_{c \rightarrow 0} u'_i(c) = \infty, \lim_{c \rightarrow \infty} u'_i(c) = 0$, ou seja, a utilidade marginal do consumo é decrescente, o consumo de poucas unidades é supervalorado e a utilidade marginal é não negativa.

¹⁶ O montante de garantias (B) é uma variável exógena. Essa variável também pode ser interpretada como um custo irrecuperável.

¹⁷ Admite-se que os trabalhadores não podem acumular poupança no país de nascimento. Assim, se desejam trabalhar como autônomos no país de naturalidade devem migrar para o país estrangeiro, trabalhar como assalariados e/ou acumular poupança. A aplicação do capital financeiro ocorre exatamente na data da migração de retorno.

A restrição orçamentária, durante o primeiro período de migração t , é dada por:

$$tc_f + W_t \leq ty_f \quad (22)$$

A equação (22) implica que o salário por unidade de tempo no país estrangeiro deve ser maior ou igual que o consumo mais o acúmulo de poupança (W_t). Já a restrição orçamentária no segundo período ($1 - t$), isto é, após a migração de retorno, é descrita como:

$$(1 - t)c_h \leq [(1 - t)\bar{y} - B]_{\{W_t \geq B\}} + [(1 - t)y_h]_{\{W_t < B\}} + W_t \quad (23)$$

Conforme a equação (23), se o trabalhador remigra como autônomo (com poupança suficiente para cobrir a garantia dos empréstimos - $W_t \geq B$), o consumo no segundo período não deve superar os rendimentos do empreendimento líquidos da garantia dos empréstimos mais a poupança. Caso o trabalhador retorne como empregado ($W_t < B$), o consumo no segundo período deve ser menor ou igual que o salário somado à poupança.

A maximização da utilidade intertemporal do trabalhador é feita da seguinte forma:

$$\max_{t, c_f, c_h} tu_f(c_f) + (1 - t)u_h(c_h) \quad (24)$$

Ou seja, o trabalhador representativo escolhe, simultaneamente, o tempo ótimo de migração t^* , os fluxos de consumo no país estrangeiro e de nascimento e a ocupação após a remigração, dadas às restrições (22) e (23).

Portanto, a solução do programa de otimização dinâmica (22)-(24) é feita por indução retroativa. Inicialmente, a autora considera dada a escolha ocupacional para analisar os determinantes da duração ótima da migração. Em seguida, faz exercícios de estática comparativa, para avaliar como mudanças nas variáveis exógenas do modelo afetam a decisão de migração de retorno e a escolha ocupacional.

4.2.1.1. Duração ótima da migração para o remigrado ocupado como assalariado

Primeiro, se analisa a escolha do trabalhador em relação ao tempo de duração da migração, caso o mesmo tenha optado pelo emprego assalariado no país de nascimento após a remigração. Nesse caso, o programa matemático é resumido a seguir:

$$\max_{t, c_f, c_h} tu_f(c_f) + (1 - t)u_h(c_h) \quad (25)$$

Sujeita a:

$$tc_f + (1 - t)c_h \leq ty_f + (1 - t)y_h \quad (26)$$

$$0 < t \leq 1 \quad (27)$$

Assim, a duração ótima de migração e os fluxos de consumo no país estrangeiro e no país de origem são determinados pelas condições de primeira ordem abaixo:

$$u_f(c_f) - u_h(c_h) + u'_f(c_f)[y_f - c_f - y_h + c_h] = 0 \quad (28)$$

$$u'_h(c_h) = u'_f(c_f) \quad (29)$$

$$t = \frac{u_h - c_h}{y_h - c_h - y_f + c_f} \quad (30)$$

Essas equações acima explicam porque a migração é temporária, pois os trabalhadores permanecem no país estrangeiro até quando os custos são compensados pelos benefícios da migração. A maior permanência no país estrangeiro é necessária para acumular mais poupança, porém, também aumenta os custos de permanência no exterior¹⁸.

Combinando as soluções ótimas na restrição (26), é possível avaliar os efeitos das variáveis exógenas sobre o tempo de duração ótima da migração, conforme a equação abaixo¹⁹:

$$dt = \frac{1}{a^2} [(-\lambda b + at)dy_f + (\lambda b + at)dy_h] \quad (31)$$

Onde: $a = -[y_f - c_f - y_h + c_h] < 0$, $b = (1 - t) \frac{\delta c_h}{\delta \lambda}$.

Em particular, uma mudança em cada variável exógena pode ocasionar dois efeitos: (i) o efeito substituição entre o consumo no estrangeiro pelo consumo no país de nascimento, quando a utilidade marginal da renda ($\lambda = u'_f(c_f)$) é constante e; (ii) o efeito riqueza, quando a utilidade marginal de renda pode variar.

Dessa forma, no caso de um aumento de salários no país estrangeiro, a partir de (31), o efeito sobre a duração ótima da migração é dado por $\frac{dt}{dy_f} = \frac{1}{a^2} (-\lambda b + at)$. Por um lado, o efeito substituição aumenta o benefício da migração, e, conseqüentemente, a permanência no país estrangeiro ($\frac{-\lambda b}{a^2} > 0$). Contudo, o aumento de salários no país estrangeiro eleva o consumo nesse país, diminuindo a utilidade marginal da riqueza ($\frac{at}{a^2} < 0$), o que pode compensar o efeito substituição do consumo. Portanto, o efeito líquido é incerto.

Já na hipótese de um aumento de salários no país de origem, a equação (31) permite calcular o seguinte resultado $\frac{dt}{dy_h} = \frac{1}{a^2} (\lambda b + at)$. Nesse caso, pelo efeito substituição há uma

¹⁸ Esses dilemas implicam que o tempo ótimo de duração da migração deve ser uma solução interior. A autora descarta a possibilidade de soluções de fronteira, pois não seriam consistentes com a migração de retorno.

¹⁹ A prova das condições de primeira ordem está descrita na primeira parte do Apêndice.

redução dos benefícios da migração, pois a renda maior no país de nascimento favorece o consumo naquele local $\left(\frac{\lambda b}{a^2} < 0\right)$ e, por conseguinte, também diminui a utilidade marginal da renda no país de migração $\left(\frac{at}{a^2} < 0\right)$, tendendo um retorno mais rápido para o país de nascimento. O efeito líquido implica uma diminuição do tempo ótimo de migração, ou seja, uma antecipação da migração de retorno.

4.2.1.2. Duração ótima da migração para o remigrado ocupado como autônomo

No caso de o trabalhador representativo optar pela ocupação autônoma após a remigração, há uma modificação no problema de otimização, ou seja, essa escolha dependerá da acumulação de poupança no estrangeiro. Portanto, o trabalhador deve retornar com um estoque de poupança maior do que a contrapartida exigida para obter empréstimos, e assim, conseguir investir no país de origem. O problema de otimização do trabalhador autônomo é dado pelas seguintes equações:

$$\max_{t, c_f, c_h} tu_f(c_f) + (1 - t)u_h(c_h) \quad (32)$$

Sujeita a:

$$tc_f + W_t \leq ty_f \quad (33)$$

$$(1 - t)c_h \leq (1 - t)\bar{y} + W_t - B \quad (34)$$

$$W_t > B \quad (35)$$

$$0 < t < 1 \quad (36)$$

Pelas equações (33) e (35), percebe-se que, o trabalhador pode não conseguir acumular poupança se a garantia de empréstimos ou o custo irrecuperável do empreendimento (B) for muito alto no país de nascimento, mesmo que poupe todos os seus rendimentos ao longo de sua vida. Logo, nesse caso, o trabalhador retorna às suas origens obrigatoriamente como um empregado assalariado e os resultados da variação dos salários no país estrangeiro e no país de origem serão os mesmos da escolha profissional do trabalhador assalariado.

Por outro lado, se a garantia exigida (custo irrecuperável do projeto) não for muito alta, Mesnard (2004), mostra que, a solução ótima do programa acima por ser encontrada igualando as restrições orçamentárias (33), (34) e a restrição financeira (35). Assim, as condições necessárias para a solução interior são:

$$c_f = y_f + \frac{-B}{t} \quad (37)$$

$$c_h = \bar{y} \quad (38)$$

$$u_f(c_f) - u_h(c_h) + \frac{B}{t} u'_f(c_f) = 0 \quad (39)$$

A substituição de W_t por B nas restrições orçamentárias (33) e (34) é levada em consideração nas equações (37) e (38). A partir dessas últimas equações, verifica-se que o consumo no país estrangeiro dependerá do salário líquido das obrigações dos empréstimos, enquanto o consumo no país de nascimento será determinado pela renda da atividade autônoma. A equação (39), por sua vez, mostra o dilema entre ficar mais um tempo no país estrangeiro ou retornar ao país de origem.

Um aumento dos salários no país estrangeiro produz dois efeitos distintos que afetam de forma incerta o tempo de residência no país estrangeiro. Primeiro, diminui o tempo ideal de migração do trabalhador, por ele conseguir acumular mais rápido a contrapartida (efeito substituição). Por outro lado, o trabalhador pode aumentar o consumo durante a migração, reduzindo a intensidade da acumulação de poupança (efeito riqueza).

Já um aumento da renda dos trabalhadores autônomos no país de origem, diminui o tempo de migração, pois o benefício de retornar mais cedo aumenta desde que $u_h(\bar{y}) - u_f(c_f)$ cresce, induzindo os trabalhadores a retornarem mais cedo ao país de nascimento (efeito substituição). Nesse caso, o efeito riqueza não importa, pois as restrições de acesso ao crédito não permitem que os trabalhadores alterem o perfil de consumo para tentar se beneficiar do potencial aumento de renda após retorno.

Por fim, um aumento da garantia de empréstimos eleva o tempo de duração da migração, pois o trabalhador precisará permanecer mais tempo no país estrangeiro para acumular poupança.

4.2.1.3. A escolha ocupacional do remigrado

Dada as escolhas ótimas do tempo de migração e do perfil de consumo, a decisão acerca da ocupação envolve a comparação das utilidades indiretas provenientes, respectivamente, das ocupações como empregado assalariado ou autônomo, sequencialmente definidas por: $V_s(t^s) \equiv t^s u_f(c_f^s) + (1 - t^s) u_h(c_h^s)$ e $V_s(t^e) \equiv t^e u_f(c_f^e) + (1 - t^e) u_h(c_h^e)$.

Portanto, se $V_e(t^e) - V_s(t^s) > 0$, o trabalhador escolhe empregar-se como autônomo após o retorno ao seu país de nascimento, caso contrário, escolhe ser empregado assalariado.

Se ocorrer um aumento nos salários no país de origem, por conseguinte, gera-se um efeito positivo apenas na utilidade indireta proveniente do trabalho assalariado, pois $\frac{\delta V_s}{\delta y_h} > 0$ e $\frac{\delta V_e}{\delta y_h} = 0$. Por outro lado, dado um aumento nos rendimentos dos trabalhadores autônomos no país de origem, é possível mostrar que $\frac{\delta V_e}{\delta y} > 0$ e $\frac{\delta V_s}{\delta y} = 0$. Logo, uma redução dos salários no país de origem ou um aumento da renda do trabalho autônomo, favorece a escolha pela ocupação autônoma.

Já um aumento nos salários no país estrangeiro, tem um efeito positivo sobre a utilidade indireta do trabalhador assalariado e do trabalhador por conta-própria. Assim, o efeito na escolha profissional é ambíguo, pois $\frac{\delta V_e}{\delta y_f} - \frac{\delta V_s}{\delta y_f} \leq 0$. Caso ocorra uma diminuição na garantia exigida pelas instituições financeiras, é mais provável que o trabalhador opte pela ocupação autônoma, dado que $\frac{\delta V_e}{\delta B} < 0$ e $\frac{\delta V_s}{\delta B} = 0$.

Além disso, se as restrições de créditos são muito altas, o tempo de duração da migração do trabalhador autônomo (t^e) é maior do que o tempo de duração da migração do assalariado (t^s). No entanto, o consumo (c_f^s) do trabalhador assalariado é maior que o consumo (c_f^e) do trabalhador autônomo no país estrangeiro, implicando que o trabalhador autônomo deve sacrificar seu consumo afim de conseguir acumular poupança para investir no país de origem.

Portanto, o modelo apresentado mostra que as variações de salários no país estrangeiro e de origem do migrante geram efeitos assimétricos sobre a duração ótima da migração e a escolha ocupacional. Em geral, aumentos nos salários e/ou rendimentos do trabalho autônomo no país de nascimento tende a antecipar a volta dos migrantes, enquanto, a redução dos salários (aumento da renda autônoma) no país de origem e/ou a redução das garantias de crédito, favorecem a escolha ocupacional pelo trabalho por conta-própria²⁰.

4.3. Revisão da Literatura Empírica

²⁰ Medidas políticas que tentam reduzir o tempo de duração de migração, podem gerar resultados inesperados. Por exemplo, subsidiar a garantia dos bancos dos países de origem pode incentivar os imigrantes a permanecerem mais tempo no país de acolhimento, isso porque os trabalhadores que queriam ser assalariados sem o subsídio do governo podem mudar sua decisão e retornar à sua origem como autônomos.

No tocante à relação entre migração de retorno e escolha ocupacional do trabalhador na região de origem, é possível elencar algumas evidências empíricas importantes, sobretudo, na literatura internacional.

Mesnard (2004), por exemplo, encontrou evidências de que os migrantes retornados à Tunísia e empregados como autônomos permaneceram mais tempo no exterior, onde acumularam mais poupança que os remigrados que se achavam empregados em outras ocupações. Além disso, também mostrou que a restrição ao crédito afeta a escolha ocupacional dos trabalhadores.

Já Piracha e Vadean (2009), investigaram a escolha profissional dos repatriados e não migrantes no mercado de trabalho na Albânia, levando em conta o viés de seleção na amostra de trabalhadores. Os resultados indicaram que os ocupados por conta-própria possuem características semelhantes aos inativos no mercado de trabalho, ou seja, possuem menor nível de escolaridade. Por outro lado, mostraram que o empreendedorismo do migrante está positivamente relacionado ao nível de escolaridade, competências e acumulação de poupança adquiridos durante a migração. Além disso, em relação ao tempo depois do regresso à Albânia, os repatriados permanentes optam por trabalhar por conta-própria ou não ingressar no mercado de trabalho formal. Os resultados, obtidos por exercícios contrafactuais, mostraram que a experiência de migração afeta positivamente a probabilidade de o migrante trabalhar como autônomo ou empreendedor.

Recentemente, Shima (2010) analisou a dinâmica de emprego dos repatriados romenos e búlgaros. A partir da perspectiva de emprego e do enquadramento ocupacional, procurou capturar a experiência adquirida no estrangeiro sobre a melhora no mercado de trabalho do país de origem. Suas evidências mostraram que a valorização da experiência profissional e competências adquiridas no estrangeiro no mercado de trabalho local dependem fortemente da composição de habilidades dos migrantes retornados, do tipo de seletividade e da intenção de retornar definitivamente.

Shima (2010) também chega à conclusão que, por um lado, a escolha ocupacional do migrante retornado é fortemente determinada pelas intenções de um retorno permanente, pelas expectativas de prêmio no retorno para as habilidades e pela experiência adquirida no exterior, e, por outro, a intenção de retorno permanente é determinada pela experiência no estrangeiro, pelos laços familiares e pelas intenções dos membros da família de migrar. Entretanto, conclui que o mercado de trabalho no país de origem, tanto para os romenos quanto para os búlgaros, não é capaz de recompensar os prêmios salariais e as habilidades adquiridas no exterior.

Na literatura brasileira, o estudo de Ramalho e Silveira Neto (2009) analisou a inserção produtiva dos migrantes interestaduais de retorno nos diferentes segmentos do mercado de trabalho, considerando: (i) os atributos socioeconômicos que determinam as chances de emprego em diferentes categorias dos setores formal e informal no Brasil, e (ii) o impacto da condição do migrante retornado sobre a chance de ocupação no mercado de trabalho local entre diferentes categorias dos segmentos formais e informais. Os referidos autores mostraram que a migração de retorno afeta positivamente a probabilidade de emprego autônomo e diminui as probabilidades de o remigrado empregar-se no mercado de trabalho formal.

4.4. A escolha ocupacional e o perfil dos remigrados no Brasil: Fatos observados

Nessa seção, se pretende investigar as diferenças da distribuição da ocupação entre migrantes de retorno, migrantes não retornados e não migrantes, considerando alguns atributos relevantes, a saber: gênero, educação e riqueza. Os dados são oriundos da pesquisa mais recente da PNAD de 2009 do IBGE. Desse modo, foram selecionados apenas os indivíduos com idade entre 18 e 70 anos, com o intuito de manter apenas a população economicamente ativa. Além disso, também foram excluídos dessa amostra, os trabalhadores que ocupam cargos militares por migrarem a serviço e os não remunerados. Os migrantes selecionados seguem o critério de curto prazo, ou seja, que moram até nove anos ininterruptos depois de terem mudado de unidade federativa, mais especificamente: (i) os migrantes interestaduais de retorno de curto prazo são os indivíduos que moram no seu estado de nascimento e que declararam ter morado em outro estado; (ii) os migrantes interestaduais não retornados são os trabalhadores que declararam residir em um estado diferente do seu estado de nascimento. Para tanto, as informações para a definição dos migrantes foram utilizadas o tempo de residência, estado de residência anterior, estado de nascimento e estado de residência atual. Além disso, a idade dos migrantes é descontada pelo tempo de residência no estado atual. Cabe ainda ressaltar que, os não migrantes são aqueles indivíduos que sempre permaneceram no estado onde nasceram.

A seguir, a Tabela 10 permite comparar as diferenças de ocupação por condição de migração e por gênero. Portanto, na ocupação assalariado com carteira assinada inclui também os empregados domésticos que possuem os direitos trabalhistas assegurados. Já na ocupação assalariado sem carteira assinada inclui os trabalhadores domésticos que estão inseridos na informalidade, ou seja, os que não possuem carteira de trabalho assinada.

Tabela 10: Brasil - Distribuição dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes interestaduais de retorno segundo o gênero e por ocupação – 2009 - %

		Assalariado c/ carteira assinada	Funcionário público	Assalariado s/ carteira assinada	Conta própria	Empregador	Total
Não migrante	Feminino	38,71	11,96	27,2	19,2	2,93	100
	Masculino	45,23	5,77	18,24	24,69	6,07	100
	Total	42,4	8,46	22,14	22,3	4,7	100
Migrante não retornado	Feminino	42,44	6,95	29,54	17,65	3,42	100
	Masculino	47,42	4,55	22,04	20,17	5,81	100
	Total	45,48	5,49	24,98	19,18	4,88	100
Migrante de retorno	Feminino	38,08	10,36	29,42	19,56	2,59	100
	Masculino	42,72	4,85	19,48	26,07	6,89	100
	Total	40,97	6,93	23,23	23,61	5,26	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Nota: Resultados expandidos para o universo.

Como se pode observar na Tabela 10, a maioria dos trabalhadores, independentemente da condição de migração e gênero, ocupa-se como assalariado com carteira assinada. Entretanto, nas ocupações por conta própria e empregador, percebe-se o percentual maior no grupo dos migrantes de retorno, do que os migrantes não retornados e não migrantes. No tocante ao gênero, os homens são mais ocupados em seu negócio próprio e como empregador do que as mulheres, independentemente da condição de migração. De acordo com alguns autores, Dustmann e Kichkamp (2001), Mesnard (2004), Piracha e Vadean (2009), entre outros, a ocupação por conta própria e o empreendedorismo é frequente na escolha dos trabalhadores migrantes retornados.

A Tabela 11 apresenta a proporção dos trabalhadores por sua condição de migração segundo o nível de escolaridade e categorias de ocupação. Portanto, a categoria dos empregados/assalariados são os trabalhadores que se ocupam com o emprego com carteira assinada, funcionalismo público, outro emprego sem carteira e o trabalho doméstico. E os autônomos/empregadores são os indivíduos que se ocupam como autônomos e empreendedores.

Tabela 11: Brasil - Distribuição dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a instrução e por categorias de ocupação – 2009 - %

Educação/ ocupação	Não migrante		Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Assalariado/ empregado	Autônomo/ empregador	Assalariado/ empregado	Autônomo/ empregador	Assalariado/ empregado	Autônomo/ empregador
Menos de 1 ano de estudo	6,04	10,01	5,87	6,66	5,04	7,13
1 a 4 anos de estudos	16,62	25,03	14,69	19,84	14,52	21,42
5 a 8 anos de estudos	22,59	25,72	22,55	26,6	21,72	28,48

9 a 11 anos de estudos	36,14	27,33	34,98	28,74	35,53	26,59
12 ou + de estudos	18,60	11,91	21,91	18,16	23,19	16,38
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Nota: Resultados expandidos para o universo.

Nota-se que, a maioria dos empregados (migrantes de retorno, migrantes não retornados e não migrantes) possui 9 a 11 anos de escolaridade, o equivalente ao ensino médio. Entretanto, os migrantes de retorno que são ocupados por conta própria/empreendedor possuem menos anos de estudos, entre 5 a 8 anos com 28,5%, enquanto a maioria dos migrantes não retornados possui 9 a 11 anos de escolaridade, com 28,7%. Conforme o estudo de Piracha e Vadean (2009), a experiência vivida durante a migração dos albaneses afeta positivamente a escolha por ocupação autônoma ou empreendedora, implicando na existência de acumulação de capital humano no exterior.

Por sua vez, a Tabela 12 reporta a distribuição por condição de migração de acordo com a região de residência e categoria de ocupação. Entre os migrantes de retorno, os trabalhadores do Nordeste, que se ocupam como autônomo e empreendedor, representam 45,2%, ou seja, quase a metade da população de migrantes de retorno nessa ocupação se concentra na região nordestina.

Tabela 12: Brasil - Distribuição dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a região de residência e por categoria de ocupação – 2009 - %

	Não migrante		Migrante não retornado		Migrante de retorno	
	Assalariado/ Empregado	Autônomo/ Empregador	Assalariado/ Empregado	Autônomo/ Empregador	Assalariado/ Empregado	Autônomo/ Empregador
Norte	6,23	8,17	8,7	11,7	5,41	5,8
Nordeste	23,73	29,77	19,52	34,03	30,02	45,19
Sudeste	42,57	35,19	40,53	26,47	31,75	22,89
Sul	21,87	21,15	14,78	13,7	24,08	19,74
Centro-Oeste	5,6	5,72	16,47	14,1	8,75	6,39
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Nota: Resultados expandidos para o universo.

Conforme a tabela 12, dentre os migrantes não retornados, a maioria dos trabalhadores autônomos e/ou empregadores também se concentra na região Nordeste. Esse fato deve-se possivelmente à desconcentração das atividades produtivas que vêm acontecendo nos últimos anos no Brasil, beneficiando alguns estados, principalmente da região Centro-Oeste e Nordeste, com a entrada de novas empresas industriais que estavam em busca de mão de obra mais barata e de diminuir os custos fiscais e das matérias primas (SABOIA, 2001). Já a população de trabalhadores não migrantes, indiferentemente da condição de ocupação, a

maioria se encontra na região Sudeste. Porém, cabe ainda ressaltar que, esses resultados também podem refletir diferenças regionais no mercado de trabalho e não apenas entre os grupos.

Abaixo, a Tabela 13 apresenta o retorno salarial por hora, em média, dos trabalhadores assalariados/empregados e autônomos/empregadores segundo a condição de migração e por região. No total, a média do salário por hora dos trabalhadores ocupados por conta-própria ou como empreendedores são mais altos do que os trabalhadores que são empregados ou assalariados, conforme suposto e esperado.

Tabela 13: Brasil - Média do rendimento do trabalho principal por hora (em reais) dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a região de residência e por categoria de ocupação – 2009

	Assalariado/empregado			Autônomo/Empregador		
	Não migrante	Migrante não retornado	Migrante retornado	Não migrante	Migrante não retornado	Migrante retornado
Norte	21,27	33,70	22,39	21,93	31,22	36,85
Nordeste	19,94	31,20	24,81	20,12	30,71	22,81
Sudeste	29,61	34,01	41,26	37,01	44,84	59,75
Sul	27,41	34,59	34,11	37,98	49,10	44,20
Centro-Oeste	22,25	39,78	27,65	31,31	42,78	39,28
Total	24,87	34,93	30,92	29,26	37,82	35,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Nota: Resultados expandidos para o universo.

Os migrantes de retorno de todas as regiões que se ocupam como autônomos ou empregadores auferem maiores salários do que os migrantes de retorno que são assalariados, apenas na região Nordeste se verifica o contrário. Essa diferença é maior na região Sudeste, onde os trabalhadores em seu próprio negócio recebem, em média, mais R\$18,49 por hora em comparação aos salários dos migrantes de retorno empregados. Cabe ainda ressaltar que, dentre os trabalhadores autônomos e empreendedores, os migrantes não retornados da região Norte e Sudeste recebem menos salários do que os migrantes de retorno, porém, nas outras regiões se observa o oposto. Agora, em comparação aos não migrantes ocupados por conta-própria ou como empreendedores, os migrantes de retorno que possuem seu próprio negócio recebem maiores salários.

A Tabela 14, a seguir, mostra a distribuição do estoque de riqueza dos trabalhadores por ocupação, condição de migração e segundo a região de residência. A variável estoque de riqueza foi criada a partir de um índice ordenado da posse de motocicleta, automóvel, imóvel

e/ou terreno²¹, dado que a posse desses bens pode viabilizar o investimento em pequenos negócios.

Tabela 14: Brasil - Distribuição do estoque de riqueza (posse de veículos, imóvel e/ou terreno) dos não migrantes, migrantes interestaduais não retornados e migrantes de retorno segundo a região de residência e por categoria de ocupação – 2009 - %

	Assalariado/empregado			Autônomo/empregador		
	Não migrante	Migrante não retornado	Migrante de retorno	Não migrante	Migrante não retornado	Migrante de retorno
Norte	4,26	3,62	3,38	4,65	3,96	3,36
Nordeste	4,23	3,78	3,5	4,52	3,95	3,94
Sudeste	4,19	3,1	3,2	4,53	3,28	3,82
Sul	4,32	3,41	3,65	4,75	3,92	3,81
Centro-Oeste	3,85	2,96	2,93	4,27	3,47	2,88
Total	4,21	3,32	3,39	4,57	3,73	3,75

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD de 2009.

Nota: Resultados expandidos para o universo.

Observa-se na tabela 14, no geral, que os trabalhadores autônomos e empreendedores possuem mais estoque de riqueza do que os trabalhadores assalariados²². Também se percebe que os migrantes de retorno das regiões Nordeste, Sudeste e Sul, ocupados como autônomos ou empreendedores, têm maior percentual de posses desses bens comparados com os trabalhadores migrantes retornados destas regiões que se ocuparam como assalariados. De acordo com Mesnard (2004), a riqueza adquirida durante a migração possivelmente determina a escolha de se ocupar como autônomo ou como empregador.

4.5. Estratégia empírica

4.5.1. Modelo de determinação de escolha ocupacional dos migrantes de retorno

Geralmente, as pessoas que deixam seu lugar de origem à procura de melhores condições de vida buscam principalmente, maiores retornos salariais e/ou acumular poupança para retornar às origens e investir em algum negócio ou simplesmente para o consumo após o retorno (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001). Porém, além disso, o mercado de trabalho no local de destino acaba por proporcionar habilidades e competências que os trabalhadores não poderiam conseguir no local de origem. Por outro lado, o trabalhador pode não ter acesso ao

²¹ Onde a posse sobre nada tem peso 0, a posse de motocicleta tem peso 1, de automóvel tem peso 2, de automóvel e motocicleta tem peso 3, de imóvel tem peso 4, de imóvel e motocicleta tem peso 5, de imóvel e automóvel tem peso 6 e a posse de imóvel, automóvel e motocicleta tem peso 7.

²² Entretanto, a partir dos dados oriundos da PNAD, não há como saber se esses bens foram adquiridos durante a migração ou após o retorno ao estado de nascimento, o que limita bastante a análise e, por isso, devem ser observados com cautela.

mercado de crédito na região de nascimento e remigrar como forma de viabilizar o investimento no trabalho autônomo (MESNARD, 2004).

Nessa seção, adota-se o modelo empírico usado por Mesnard (2004) em estudo para a migração de retorno na Turquia. O intuito aqui é buscar evidências acerca dos determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno no Brasil, assim como testar se a opção pelo emprego autônomo é diretamente correlacionada com a acumulação de riqueza. Assim, considere um modelo *probit*:

$$Y^* = X_1\beta + Z_1\gamma + u_i \cdot \begin{cases} Y = 1 \Leftrightarrow Y^* > 0 \\ Y = 0 \Leftrightarrow Y^* \leq 0 \end{cases} \quad (40)$$

Onde: Y^* é uma variável latente (contínua) que mede o benefício subjetivo gerado pela utilidade indireta em optar pelo emprego autônomo/empreendedor em oposição à opção pela ocupação assalariada; Y é uma variável binária que recebe valor de 1 se o trabalhador é autônomo ou empreendedor e recebe valor 0 quando o trabalhador é assalariado; X_1 é um vetor de variáveis de características pessoais e socioeconômicas, como por exemplo, sexo, escolaridade, raça, dentre outras; Z_1 é uma variável que mede a quantidade de poupança (riqueza) acumulada na região de destino; β e γ são vetores de parâmetros estruturais na equação; e u_i é um termo de erro aleatório normalmente distribuído e com variância constante, ou seja, representa as características não observadas dos migrantes de retorno.

Assume-se que as características socioeconômicas e a riqueza acumulada na região de destino são variáveis observadas que determinam as escolhas profissionais dos indivíduos. Assim, as características dos trabalhadores são dadas, ou seja, são exógenas. Porém, a riqueza acumulada também é influenciada pelos atributos dos trabalhadores e pela decisão de escolha ocupacional, o que torna a primeira variável endógena. Além disso, a presença de endogeneidade também pode ser ocasionada pela riqueza possivelmente adquirida após o retorno à região de origem. Portanto, a estimativa da equação acima por um *probit* padrão pode resultar em parâmetros tendenciosos e inconsistentes (WOOLDRIGDE, 2002).

Para contornar o problema de endogeneidade, foi adotado o modelo *probit* com regressor endógeno, utilizado quando há suspeita que um ou mais regressores estão correlacionados com o termo de erro. Formalmente, o modelo estrutural é composto pela equação (40) e pela equação descrita abaixo:

$$Z_i = X_1\theta_1 + X_2\theta_2 + v_i \quad (41)$$

Onde: Z_i é uma variável endógena contínua; X_1 é um vetor de variáveis exógenas; X_2 é um vetor de instrumentos adicionais; e θ_1 e θ_2 são vetores de parâmetros.

Pressupõe-se que os termos de erros das equações (40) e (41) (u_i, v_i) têm distribuição normal bivariada com média zero. Dada à endogeneidade de Z_1 , os referidos termos de erro também são correlacionados entre si a partir do coeficiente de correlação linear $\rho \equiv \text{cor}(u_i, v_i)$. A condição para identificar os parâmetros estruturais exige que os instrumentos sejam pelos menos da mesma quantidade de regressores endógenos (WOOLDRIGDE, 2002).

O modelo *probit* com regressor endógeno (40)-(41) pode ser estimado por Máxima Verossimilhança ou pelo método de dois estágios, abordagem desenvolvida por Rivers e Vuong (1988 apud MESNARD, 2004). O método de dois estágios apresenta a vantagem de ser computacionalmente menos custoso, contudo, os dois métodos produzem coeficientes com os mesmos sinais, entretanto, não necessariamente com a mesma magnitude²³.

Para testar a validade do modelo *probit* com regressor endógeno por Máxima Verossimilhança frente a um *probit* padrão, isto é, testar se os termos de erro de (40) e (41) são efetivamente correlacionados, utiliza-se o teste de Wald. Este teste tem por hipótese nula, a ausência de correlação linear entre os termos de erros e a hipótese alternativa é o caso contrário. Se a estatística do teste não for significativa, ou seja, abaixo de 5%, não se aceita a hipótese nula, significando a presença de correlação entre os termos de erros (WOOLDRIGDE, 2002)²⁴.

4.6. Base de dados e tratamentos

A análise da estratégia empírica é realizada a partir dos dados da mais recente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para esta análise, foi utilizado apenas o migrante interestadual de retorno, ou seja, aquele indivíduo que morava na unidade de federação de nascimento no dia da pesquisa de 2009, mas declarou que residiu em outra unidade federativa brasileira. Para tanto, essa identificação foi obtida através informações sobre o estado de nascimento, estado de residência, estado de residência anterior.

Na seleção da amostra, foram excluídos os indivíduos menores de 18 anos e maiores de 70 anos na data da remigração (descontado da idade o tempo de residência no local de nascimento depois do retorno), com intuito de retirar da amostra as crianças, adolescentes e os idosos, que possivelmente migram por outras razões que não seja de ordem econômica.

²³ Os resultados das estimativas de dois estágios produzem parâmetros divididos pela raiz quadrada da variância, ou seja, β/σ e γ/σ , em vez de β e γ , como é produzido pelo estimador de máxima verossimilhança. Isso dificulta o cálculo dos efeitos marginais (WOOLDRIGDE, 2002).

²⁴ O teste de Wald referente ao método de estimação do *probit* com regressor endógeno em dois estágios testa a exogeneidade da validade das variáveis instrumentadas.

Portanto, selecionando somente os indivíduos que fazem parte da população economicamente ativa (FIESS e VERNER, 2003; SANTOS JÚNIOR et al., 2005)²⁵.

As diversas características socioeconômicas dos trabalhadores foram retiradas dos questionários da PNAD de 2009, como: sexo, raça, idade, faixa de educação, estado civil, filhos menores de 14 anos, total de moradores no domicílio, riqueza, região e posição de ocupação. A variável riqueza foi construída como um número índice ordenado para as posses de imóvel, automóvel e/ou motocicleta²⁶.

Cabe ressaltar que, a seleção das variáveis instrumentais utilizadas nas regressões foi baseada nas sugestões presentes na literatura empírica (MESNARD, 2004). Em particular, utilizou-se como instrumento para o estoque de riqueza uma variável binária que recebeu o valor 1 caso o trabalhador tenha remigrado entre 2000 e 2009 e 0, se remigrou antes do ano 2000²⁷, logo que a década de 2000 se caracteriza com o crescimento econômico brasileiro bastante distinta das décadas anteriores. Nas décadas anteriores a de 2000, todo esforço político era direcionada para a estabilização da economia, que foi alcançada em 1994, e por outro lado, também era marcada pelo nível de desemprego elevado (QUEIROZ e TARGINO, 2007). Pois, segundo estudo recente de Silveira Neto e Azzoni (2011), na década mais recente houve uma redução mais intensa de desigualdade de renda per capita entre as regiões, aumento expressivo do salário mínimo e maior número de transferências de renda pelas políticas governamentais, tais como Bolsa-Família, em comparação as décadas anteriores. Além disso, de acordo com Lavinias e Ferraz (2010), por causa do crescimento sustentado que se passava no país na década de 2000, também aumentou, consideravelmente, o volume de oferta de créditos e financiamentos para as famílias.

Portanto, a década mais recente pode ter favorecido o retorno de muitas pessoas e a acumulação de riqueza. Desse modo, o período de migração de retorno possivelmente está relacionado com a duração da migração, com a acumulação de riqueza e com o consumo. Entretanto, não há razões suficientes para estar relacionado com a escolha ocupacional. Mas

²⁵ Também foram retirados da amostra os militares, que geralmente migram a serviço e os trabalhadores que auferem salários maiores de R\$ 25.000 (*outliers*).

²⁶ Onde a posse sobre nada tem peso 0, a posse de motocicleta tem peso 1, de automóvel tem peso 2, de automóvel e motocicleta tem peso 3, de imóvel tem peso 4, de imóvel e motocicleta tem peso 5, de imóvel e automóvel tem peso 6 e a posse de imóvel, automóvel e motocicleta tem peso 7.

²⁷ Para os indivíduos que retornaram às origens entre 2000 e 2009, a idade foi descontada do tempo de residência, já para os indivíduos que retornaram antes do ano de 2000, a idade foi descontada também pelo tempo de residência e mais 10 anos.

ainda assim, por exemplo, a maior oferta de emprego na economia pode ou não estar relacionado com a escolha ocupacional²⁸.

A idade ao quadrado também foi usada como instrumental para o estoque de riqueza ao quadrado na tentativa de capturar algum efeito não linear da riqueza sobre a escolha ocupacional. Conforme Mesnard (2004), a idade ao quadrado está muito relacionada ao ciclo de vida dos indivíduos, pois os trabalhadores são relativamente mais produtivos na juventude do que na idade avançada.

A seguir, é apresentada a tabela 15 com as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas na determinação da escolha ocupacional entre autônomo/empreendedor ou assalariado após a remigração ao estado de nascimento.

Tabela 15: Estatística descritiva das variáveis utilizadas nas regressões

Variáveis	Remigrou antes de 2000		Remigrou entre 2000-2009		Total	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio-Padrão	Média	Desvio Padrão
Autônomo/empregador	0,3850	0,4866	0,2885	0,4532	0,3574	0,4793
Homem	0,6094	0,4879	0,6197	0,4856	0,6124	0,4872
Branca	0,4743	0,4994	0,4696	0,4992	0,4730	0,4993
Idade	36,8145	10,4801	32,2260	10,1184	35,5031	10,5823
1 a 4 anos de estudos	0,2341	0,4235	0,1608	0,3674	0,2131	0,4095
5 a 8 anos de estudos	0,2360	0,4247	0,2377	0,4258	0,2365	0,4250
9 a 11 anos de estudos	0,2666	0,4422	0,3301	0,4704	0,2847	0,4513
12 anos ou mais de estudos	0,1749	0,3799	0,2158	0,4115	0,1866	0,3896
Total de moradores	3,5723	1,5971	3,4733	1,7992	3,5440	1,6578
Casado	0,7659	0,4235	0,7057	0,4559	0,7487	0,4338
Filhos menores de 14 anos	0,3632	0,4810	0,4637	0,4988	0,3919	0,4882
Região Norte	0,0639	0,2446	0,0876	0,2828	0,0707	0,2563
Região Nordeste	0,3422	0,4745	0,3654	0,4817	0,3489	0,4766
Região Sul	0,2041	0,4031	0,2206	0,4148	0,2089	0,4065
Região Centro-Oeste	0,1026	0,3035	0,1122	0,3157	0,1053	0,3070
Riqueza	4,4555	2,4541	3,4920	2,4302	4,1802	2,4855
Riqueza ao quadrado	25,8732	18,8334	18,0967	18,1613	23,6507	18,9707
Número de observações	4.678		1.872		6.550	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Observa-se na Tabela 15 que os trabalhadores que retornaram à sua terra natal nas décadas anteriores ao ano de 2000 são mais ocupados por conta-própria com 38,5% contra 28,9% dos que os trabalhadores que retornaram durante a década mais recente. No geral, mais de 60% dos migrantes de retorno são do sexo masculino, declarados de raça não branca,

²⁸ Há uma dificuldade em saber até onde o período de migração de retorno pode estar relacionado com a escolha ocupacional.

vivem com o cônjuge e possuem 34 anos de idade, em média. Em relação à educação, os migrantes de retorno da década de 2000 são mais escolarizados, pois a maioria se encontra nos níveis mais altos de educação. No tocante à região que reside, a maioria que retornou ao seu estado de origem é da Região Nordeste, em comparação às demais regiões. Por fim, a acumulação de riqueza por parte dos migrantes de retorno foi maior pelos trabalhadores que retornaram ao seu estado de nascimento nas décadas anteriores ao ano de 2000 do que os que retornaram ao seu local de origem durante a década de 2000.

4.7. Resultados

Essa seção apresenta os resultados empíricos do modelo de determinação da escolha ocupacional dos migrantes interestaduais de retorno. A Tabela 16, a seguir, mostra os resultados dos coeficientes e efeitos marginais gerados pela estimativa de um *probit* padrão, ignorando a presença de endogeneidade (coluna (1)), pela estimativa de *probit* com a presença de variáveis instrumentais (VI) conforme o método de Máxima Verossimilhança (coluna (2))²⁹. Na última equação o regressor endógeno representa o estoque de riqueza (índice ordenado de posse de imóvel e veículos), o qual foi instrumentalizado pela variável identificadora do período de remigração, ou seja, uma variável binária que recebe valor 1 se o trabalhador remigrou para seu estado de nascimento na década de 2000, e recebe valor 0 se o trabalhador remigrou nas décadas anteriores, conforme explicado na seção anterior.

Tabela 16: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno – regressões *probit*

	(1)		(2)		
	Probit padrão		Probit IV-MV		
	Ocupação		Ocupação		Riqueza
	Coeficiente	Efeito Marginal	Coeficiente	Efeito marginal	Coeficiente
Riqueza	0,0246*** (0,0069)	0,0086*** (0,0024)	0,1935*** (0,0365)	0,0641*** (0,0108)	
Homem	0,2366*** (0,0350)	0,0828*** (0,0121)	0,2301*** (0,0342)	0,0762*** (0,0116)	-0,0512 (0,0631)
Branca	0,1055*** (0,0355)	0,0369*** (0,0124)	0,0771** (0,0355)	0,0255** (0,0119)	0,1090* (0,0653)
Idade	0,0244***	0,0085***	0,0156***	0,0052***	0,0334***

²⁹ São apresentados os resultados empíricos realizados por dois estágios pelas regressões (linear e não linear), na tabela B.2 em Apêndice porque há uma transformação escalar no cálculo das estimativas desse método, no entanto, essa transformação dificulta o cálculo do efeito marginal (ver Wooldridge, 2002, pp. 472-477).

	(0,0017)	(0,0006)	(0,0030)	(0,0011)	(0,0031)
1 a 4 anos de estudos	-0,0287 (0,0663)	-0,0104 (0,0241)	-0,0459 (0,0632)	-0,0156 (0,0215)	0,1300 (0,1095)
5 a 8 anos de estudos	0,0152 (0,0665)	0,0055 (0,0242)	0,0167 (0,0634)	0,0057 (0,0216)	0,0271 (0,1109)
9 a 11 anos de estudos	-0,1338** (0,0660)	-0,0477** (0,0238)	-0,1522** (0,0627)	-0,0512** (0,0213)	0,2358** (0,1118)
12 anos ou mais de estudos	-0,3306*** (0,0710)	-0,1135*** (0,0249)	-0,4289*** (0,0695)	-0,1385*** (0,0223)	0,8278*** (0,1223)
Total de moradores	-0,0186* (0,0111)	-0,0065* (0,0039)	-0,0356*** (0,0113)	-0,0118*** (0,0037)	0,1014*** (0,0194)
Casado	0,0426 (0,0421)	0,0149 (0,0147)	-0,0445 (0,0445)	-0,0147 (0,0146)	0,4215*** (0,0742)
Filhos menores de 14 anos	0,0216 (0,0395)	0,0076 (0,0138)	0,0569 (0,0388)	0,0188 (0,0128)	-0,1633** (0,0722)
Região Norte	0,1631** (0,0708)	0,0561** (0,0248)	0,1585** (0,0696)	0,0519** (0,0231)	0,0179 (0,1250)
Região Nordeste	0,3163*** (0,0429)	0,1117*** (0,0149)	0,2869*** (0,0431)	0,0953*** (0,0149)	0,0608 (0,0766)
Região Sul	0,0097 (0,0494)	0,0032 (0,0165)	-0,0068 (0,0479)	-0,0022 (0,0153)	0,1327 (0,0917)
Região Centro-Oeste	0,1676*** (0,0601)	0,0577*** (0,0209)	0,2138*** (0,0588)	0,0705*** (0,0194)	-0,3223*** (0,1125)
Período					-0,7980*** (0,0677)
Intercepto	-1,5659*** (0,1087)		-1,7617*** (0,1041)		2,3212*** (0,1911)
ρ			-0,4170*** (0,0905)		
Teste de Wald			16,43***		
$Prob > \chi^2$			0,0001		
Número de observações	6550		6550		

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses para a estimativa do *probit* padrão e do *probit* com variáveis instrumentais por máxima verossimilhança. ***Estatisticamente significativa a 1%. **Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

Como se pode observar, os coeficientes, em geral, mostram ser estatisticamente significativos e seus sinais se apresentam de acordo com a teoria. Por exemplo, em todas as regressões, a riqueza acumulada impacta positivamente na probabilidade do indivíduo ocupar-se como autônomo ou como empreendedor. Além do mais, após a correção do viés de endogeneidade, o impacto da riqueza é ainda mais forte na escolha de ocupação por conta-própria, com 0,8 p.p. dado pelo resultado da estimação do *probit* padrão contra 6,4 p.p. obtido pela estimação do *probit* por MV. Note-se ainda que, na estimativa por MV (coluna (2)), o

coeficiente de correlação dos termos não observados das equações de seleção ocupacional (40) e acumulação de riqueza (41) foram estatisticamente significantes pelo teste de Wald, indicando a adequação do modelo com variável endógena.

Os resultados também apontam que o trabalhador do sexo masculino, declarado de raça branca e com mais idade tem mais probabilidade de se empregar em seu próprio negócio ou como empreendedor do que os trabalhadores que possuem características opostas. Em relação à educação, algumas categorias de escolaridade não foram significantes, porém, os indivíduos que possuem de 9 a 11 anos de estudos e com 12 anos ou mais de estudos possuem chances de 5,1 p.p. e 13,8 p.p. menores de retornar ao mercado de trabalho como autônomo, respectivamente, em comparação aos que possuem menos de 1 ano de estudo. Esses resultados corroboram o estudo de Mesnard (2004) para os migrantes de retorno da Tunísia, que também apresentam sinais negativos quando o indivíduo tem alto nível de instrução, indicando que os trabalhadores diplomados possuem mais oportunidades de emprego no mercado de trabalho local e dessa forma, em média, não procuram abrir um próprio negócio.

No tocante à estrutura familiar, o total de moradores impacta negativamente na probabilidade dos migrantes de retorno se ocupar como autônomos. Entretanto, as variáveis que representam se o indivíduo vive com o cônjuge ou não e a presença de filhos menores de 14 anos apresentaram-se estatisticamente insignificantes. Em relação à localização do trabalhador, os migrantes retornados que moram nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte, comparados com os migrantes de retorno do Sudeste, apresentam maiores probabilidades de se empregarem por conta-própria, respectivamente.

Os resultados dos coeficientes que determinam a acumulação de riqueza na coluna (2) ainda da Tabela 16, mostram que os trabalhadores declarados de raça branca, mais velhos, com 9 anos ou mais de estudos, que vivem com o cônjuge, não possuem filhos menores de 14 anos de idade, que possuem maior número de moradores no domicílio e que retornaram ao estado de nascimento antes do ano de 2000, são os que mais acumularam riqueza quando comparados com os trabalhadores que possuem características adversas. Porém, os migrantes de retorno da Região Centro-Oeste são os que acumulam menos riqueza do que os da Região Sudeste, a variável omitida.

Entretanto, essas análises de determinação da escolha ocupacional do migrante de retorno podem ainda não capturar o efeito do ciclo de vida do trabalhador para acumulação de riqueza. Por causa disso, também foram realizadas as estimações com a variável endógena riqueza ao quadrado e instrumentalizada pela idade ao quadrado e a *dummy* de período de migração, que recebe valor de 1 se o trabalhador retornou ao seu estado de origem na década

de 2000 e 0, caso contrário. Desse modo, a Tabela 17 mostra os parâmetros e os efeitos marginais gerados pelo *probit* padrão (coluna (1)) e também realizado por Máxima Verossimilhança (coluna (2)) para a determinação da escolha ocupacional do migrante de retorno³⁰.

Tabela 17: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno – regressões *probit* – modelo com ciclo de vida

	(1)		(2)		
	Probit padrão		Probit IV-MV		
	Ocupação		Ocupação	Riqueza	
	Coeficiente	Efeito Marginal	Coeficiente	Efeito Marginal	Coeficiente
Riqueza ao quadrado	0,0040*** (0,0009)	0,0014*** (0,0003)	0,0235*** (0,0047)	0,0078*** (0,0014)	
Homem	0,2360*** (0,0350)	0,0825*** (0,0121)	0,2269*** (0,0345)	0,0753*** (0,0118)	-0,0339 (0,4745)
Branca	0,1028*** (0,0355)	0,0360*** (0,0124)	0,0690* (0,0362)	0,0229* (0,0121)	1,3523 (0,4881)
Idade	0,0242*** (0,0017)	0,0085*** (0,0006)	0,0166*** (0,0028)	0,0055*** (0,0010)	0,4721*** (0,1284)
1 a 4 anos de estudos	-0,0329 (0,0664)	-0,0119 (0,0241)	-0,0642 (0,0643)	-0,0221 (0,0221)	1,7885* (0,9351)
5 a 8 anos de estudos	0,0100 (0,0665)	0,0036 (0,0242)	-0,0137 (0,0645)	-0,0047 (0,0222)	1,4541 (0,9328)
9 a 11 anos de estudos	-0,1430** (0,0661)	-0,0511** (0,0239)	-0,1984*** (0,0645)	-0,0671*** (0,0219)	3,7431*** (0,9228)
12 anos ou mais de estudos	-0,3481*** (0,0713)	-0,1194*** (0,0250)	-0,4988*** (0,0758)	-0,1608*** (0,0236)	9,4324*** (0,9819)
Total de moradores	-0,0196* (0,0111)	-0,0069* (0,0039)	-0,0366*** (0,0116)	-0,0121*** (0,0038)	0,8526*** (0,1512)
Casado	0,0355 (0,0423)	0,0124 (0,0148)	-0,0608 (0,0470)	-0,0202 (0,0154)	4,2063*** (0,5724)
Filhos menores de 14 anos	0,0241 (0,0396)	0,0084 (0,0138)	0,0629 (0,0395)	0,0209 (0,0130)	-1,5630*** (0,5377)
Região Norte	0,1665** (0,0709)	0,0573** (0,0248)	0,1747** (0,0700)	0,0572** (0,0233)	-0,3580 (0,9607)
Região Nordeste	0,3203*** (0,0430)	0,1131*** (0,0149)	0,3142*** (0,0421)	0,1048*** (0,0144)	-0,3566 (0,5881)
Região Sul	0,0077 (0,0495)	0,0025 (0,0164)	-0,0147 (0,0486)	-0,0047 (0,0154)	1,4242** (0,6663)
Região Centro-Oeste	0,1686*** (0,0601)	0,0580*** (0,0209)	0,2043*** (0,0589)	0,0672*** (0,0195)	-2,0962*** (0,8172)
Idade ao quadrado					-0,0028* (0,0017)

³⁰ A regressão de dois estágios também está na Tabela B2 no Apêndice.

Período			-6,5042*** (0,5086)
Intercepto	-1,5336*** (0,1079)	-1,5035*** (0,1109)	2,9594 (2,6044)
ρ		-0,3637 (0,0880)	
Teste de Wald		14,13***	
$Prob > \chi^2$		0,0002	
Número de observações		6550	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses para a estimativa do *probit* padrão e do *probit* com variáveis instrumentais por máxima verossimilhança. ***Estatisticamente significante a 1%. **Estatisticamente significante a 5%. *Estatisticamente significante a 10%.

De acordo com a Tabela 17, pode-se observar que a riqueza acumulada ao quadrado também impacta positivamente na escolha de ocupação por conta-própria. Porém, esse impacto é mais forte quando o viés de endogeneidade é corrigido, com magnitude de 7,8 p.p. contra de 0,1 p.p., quando o viés não é corrigido. O teste de Wald também se mostrou estatisticamente significativo, afirmando a presença de endogeneidade na variável poupança na determinação da escolha de ocupação do migrante retornado. Percebe-se também na diferença dos valores dos coeficientes realizados pelo *probit* padrão e pelo *probit* com variável instrumental por máxima verossimilhança, indicando a presença do viés nos parâmetros do primeiro método.

Os resultados mostram que os trabalhadores homens, declarados de raça branca, mais velhos e com menos moradores no domicílio são os mais prováveis a se empregarem como autônomo ou como empreendedor, em comparação aos migrantes retornados com características contrárias. Já em relação à escolaridade, os indivíduos com nove anos de estudos ou mais são menos propensos a se empregarem por conta própria ou como empreendedores comparados com menos de um ano de estudo. Enquanto os trabalhadores que possuem de 9 a 11 anos de estudos diminuem a probabilidade de 6,7 pontos percentuais de se ocupar por conta própria, os trabalhadores que possuem 12 anos de estudos ou mais diminuem a probabilidade de 16,1 p.p. Quanto à sua localização, os migrantes de retorno da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm mais probabilidade de se empregarem como autônomos/empreendedores em relação aos migrantes retornados da Região Sudeste.

Já os resultados sobre a determinação da acumulação de riqueza não linear mostram que os mais jovens são os que mais acumulam riqueza, conforme a idade ao quadrado que indica o ciclo de vida do trabalhador. Embora, em relação à idade dos trabalhadores, aqueles

com mais idade obtém maiores acúmulos de riqueza. Em relação à escolaridade, quanto maior o grau de instrução, maior é a acumulação de riqueza dos migrantes de retorno.

O coeficiente da variável total de moradores indica que quanto maior o número de moradores mais se acumula riqueza. Da mesma forma, o indivíduo que vive com o cônjuge, possui mais chances de acumular riqueza do que o indivíduo que não vive com o cônjuge. Porém, os trabalhadores que possuem filhos menores de 14 anos acumulam menos riqueza do que os trabalhadores que não os possuem. Os migrantes de retorno residentes na Região Sul acumulam mais riqueza e os da Região Centro-Oeste acumulam menos riqueza em comparação aos remigrados da Região Sudeste, a variável omitida. Por fim, o coeficiente referente ao período de remigração à região de origem indica que os migrantes que retornaram à sua terra natal antes do ano de 2000 são os que mais acumularam riqueza, comparados com os da década de 2000.

A Tabela B.2, em apêndice, mostra as variáveis determinantes na escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno como também as variáveis que impactam na acumulação de riqueza, realizados através do método de dois estágios, das regressões lineares (coluna (1)) e não lineares (coluna (2)). O teste de Wald mostra-se estatisticamente significativo, indicando que a variável instrumental escolhida serve para exogeneizar a variável com a presença de endogeneidade.

No geral, os resultados das regressões mostram que a riqueza aumenta a probabilidade de o migrante de retorno optar por trabalhar como autônomo/empreendedor. Além disso, os trabalhadores migrantes de retorno do sexo masculino, com menos de um ano de estudo, residente da Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste (comparados com os da Região Sudeste) são os mais prováveis de se ocupar por conta própria, comparados com os migrantes retornados com características opostas. Conforme os resultados da regressão (41) em primeiro estágio, presentes na Tabela B.2 na segunda parte do apêndice, indicam que os migrantes de retorno declarados de raça branca, que possuem mais idade, com 9 anos ou mais de estudos (comparados com os que menos de um ano de estudo), que possuem mais moradores no domicílio, que vivem com o cônjuge, não possuem filhos menores de 14 anos e que retornaram antes do ano de 2000, tendo acumulado riqueza durante sua juventude são os que possuem mais acúmulo de riqueza, comparados com os migrantes de retorno que possuem características contrárias.

4.8. Considerações finais

O objetivo deste capítulo foi analisar os determinantes da escolha ocupacional dos migrantes interestaduais de retorno. E dentre eles, mostrar como a acumulação de capital físico impacta nessa escolha de ocupação após o retorno à região de origem.

Os resultados dos fatos observados mostram que os migrantes de retorno têm maior presença na ocupação como autônomo ou empreendedor, em relação aos migrantes não retornados e os não migrantes. Onde tais evidências corroboram os estudos de outros autores como Dustmann e Kirchkamp (2001), Mesnard (2004) e Piracha e Vadean (2009). Esses migrantes de retorno, ocupados como autônomos/empreendedores, são menos instruídos do que os migrantes não retornados e não migrantes e em relação aos ocupados como assalariados. No tocante às grandes regiões brasileiras, a maioria dos migrantes de retorno ocupados por conta-própria se concentra na Região Nordeste. Também em relação à média de salário por hora, esses migrantes retornados ocupados como autônomo/empreendedor são os que auferem maiores rendimentos que os outros trabalhadores inseridos em outra ocupação. Esses resultados são vistos para esses migrantes retornados (autônomos/empreendedores) em todas as regiões, exceto na Região Nordeste. Em relação à posse de riqueza, também são os migrantes de retorno autônomos ou empreendedores que residem nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul que obtém maior acúmulo de riqueza, comparados aos residentes de outras regiões e em outras ocupações.

No geral, as evidências sobre o modelo de determinação de escolha ocupacional dos migrantes interestaduais de retorno mostram que o acúmulo de riqueza afeta positivamente a escolha por ser autônomo ou empreendedor. Além disso, o impacto desse acúmulo de riqueza é mais intenso quando existe a correção de viés de endogeneidade. No tocante às características dos migrantes de retorno, os trabalhadores mais propensos a se ocupar como autônomo ou empreendedor são: os homens, declarados de raça branca, com mais idade, com baixa escolaridade, com menos moradores em seus domicílios e que residem nas regiões do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (em comparação aos da Região Sudeste).

Referente à acumulação de riqueza, os resultados apontam que os trabalhadores de raça branca, com mais idade, com nove anos ou mais de estudos (comparados com menos de um ano de estudo), que moram nas regiões Sudeste e que retornaram antes da década de 2000 são os que mais acumularam riqueza.

4.9. Apêndice

4.9.1. Parte I

Demonstração de uma única solução existente:

a) Para o trabalhador que retorna à região de origem como assalariado.

O Lagrangiano é da seguinte forma:

$$\begin{aligned} L(t, c_f, c_h, t, \mu_1, \mu_2, \mu, \gamma, \lambda) \\ = tu_f(c_f) + (1-t)u_h(c_h) + \lambda(tu_f + (1-t)y_h - tc_f - (1-t)c_h \\ + \mu_1 c_f + \mu_2 c_h + \mu t + \gamma(1-t)) \end{aligned}$$

Pela condição de Kuhn Tucker, a solução ótima (t, c_f, c_h) é:

$$\begin{aligned} \frac{\delta L}{\delta t} = 0 &\Leftrightarrow \\ u_f(c_f) - u_h(c_h) + \lambda[y_f + c_f - y_h + c_h] &= 0 \\ \frac{\delta L}{\delta t} = 0 &\Leftrightarrow \\ \frac{\delta L}{\delta c_h} = 0 &\Leftrightarrow \\ (1-t)u'_h(c_h) - \lambda(1-t) + \mu_2 &= 0 \\ \frac{\delta L}{\delta c_f} = 0 &\Leftrightarrow tu'_f(c_f) - \lambda t + \mu_1 = 0 \\ \lambda[ty_f + (1-t)y_h - tc_f - (1-t)c_h] &= 0 \\ \mu_1 c_f &= 0 \\ \mu_2 c_h &= 0 \\ \mu t &= 0 \\ (1-t)\gamma &= 0 \end{aligned}$$

Desse modo, para a existência de uma solução única, a função objetiva é contínua, definida de \mathbb{R}^3 em \mathbb{R} , e as restrições determinam o impacto em \mathbb{R} . Portanto, se há existência de uma solução interior, então: $\gamma = 0, \mu = 0, \mu_1 = 0, \mu_2 = 0$. Assim, a condição de Kuhn e Tucker produz as seguintes equações

$$u_f(c_f) - u_h(c_h) + u'_f(c_f)[y_f - c_f - y_h + c_h] = 0 \quad (\text{B.1})$$

$$u'_h(c_h) = \lambda$$

$$u'_f(c_f) = \lambda$$

Assim, obtemos:

$$u'_h(c_h) = u'_f(c_f) \quad (\text{B.2})$$

Portanto, com as condições de Inada e equação (B.2), implica que: $c_f < c_h$.

Agora, usando a restrição de orçamento verificamos que: $0 < c_f < y_f$ e $y_h < c_h$.

Então, para demonstrar a existência de um ótimo interior único, da equação (B.2), nós temos: $c_f = u_f'^{-1}(u'_h(c_h))$. Depois, nós definimos $c_f = X(c_h)$ e $\phi(c_h) = u_f(X(c_h)) - u_h(c_h) + u'_h(c_h)[y_f - X(c_h) - y_h + c_h]$. Para depois de desenvolver e simplificar (B.2), e assim, obtemos:

$$\phi'(c_h) = u_h''[y_f - X(c_h) - y_h + c_h]$$

Desde $c_f < c_h$, $y_h < y_f$ e $u_h'' < 0$, nós obtemos: $\phi'(c_h) < 0$. Portanto (B.1) não tem mais do que uma solução.

Agora, passamos para a existência do ótimo interior:

A restrição de orçamento, nós obtemos t em função de c_f e c_h .

$$t = \frac{y_h - c_h}{c_f - c_h - y_f + y_h} \quad (\text{B.3})$$

Desde que $c_f < y_f$ e $c_h > y_h$, nós verificamos facilmente que $0 < t < 1$. Portanto, o programa tem uma solução anterior.

Assim, apresentamos a solução é um máximo. Deixando H ser uma matriz Hessiana.

Usando (B.1) e (B.2), assim obtém:

$$H = \begin{bmatrix} 0 & 0 & 0 \\ 0 & u''_f(c_f) & 0 \\ 0 & 0 & u''_h(c_h) \end{bmatrix}$$

Onde: H é semidefinida negativa, que atinge a prova.

Contudo, conclui-se que, programa tem uma única solução interior e é um ponto de máximo.

b) Caso o trabalhador retorne à região de origem como autônomo.

O Lagrangiano é da seguinte forma:

$$\begin{aligned} L(t, c_f, c_h, W_t, \mu_1, \mu_2, \mu, \gamma, \lambda_1, \lambda_2, \lambda_3) \\ &= tu_f(c_f) + (1-t)u_h(c_h) + \lambda_1(tu_f - tc_f - W_t) + \lambda_2(W_t + \\ &= (1-t)\bar{y} - B - (1-t)c_h + \mu_2c_h + \mu t + \gamma(1-t) \end{aligned}$$

Pela condição de Kuhn e Tucker:

$$\begin{aligned} \frac{\delta L}{\delta t} &= 0 \Leftrightarrow \\ u_f(c_f) - u_h(c_h) + \lambda_1[y_f - c_f] - \lambda_2\bar{y} + \lambda_2c_h + \mu - \gamma &= 0 \\ \frac{\delta L}{\delta c_h} &= 0 \Leftrightarrow \\ (1-t)u'_h(c_h) - \lambda_2(1-t) + \mu_2 &= 0 \\ \frac{\delta L}{\delta c_f} &= 0 \Leftrightarrow tu'_f(c_f) - \lambda_1t + \mu_1 = 0 \\ \frac{\delta L}{\delta W_t} &= 0 \Leftrightarrow -\lambda_1 + \lambda_2 + \lambda_3 = 0 \\ \lambda_1[-W_t + ty_f - tc_f] &= 0 \\ \lambda_2[-W_t + (1-t)\bar{y} - (1-t) + \mu_2] &= 0 \\ \lambda_3[W_t - B] &= 0 \\ \mu_1c_f &= 0 \\ \mu_2c_h &= 0 \\ \mu t &= 0 \\ (1-t)\gamma &= 0 \end{aligned}$$

Se o programa de um autônomo tem uma solução, podem haver seis casos possíveis. O primeiro caso é quando a restrição de liquidez é obrigatória ($W_t = B$) e a data de retorno à região de origem é interior ($0 < t < 1$). O segundo também possui restrição de liquidez obrigatória e a data de retorno de canto ($t = 0$ ou $t = 1$). O terceiro é quando a poupança é maior que a garantia de investimento ($W_t > B$) e a data de retorno é interior (se $0 < t < 1$). O quarto caso é quando a poupança é maior que a garantia de investimento e a data do retorno é de canto ($t = 0$ ou $t = 1$).

Todavia, a restrição de liquidez é necessariamente ótima quando $W_t = B$, pois não há razão para o trabalhador acumular mais do que o valor necessário para o investimento após o retorno ao seu país de origem, até porque a renda de um autônomo na região de nascimento é superior aos rendimentos do trabalhador necessariamente assalariado no país de migração e ele ainda prefere consumir no seu país de origem do que no país da migração.

Portanto, a solução do programa de um trabalhador que retorna ao seu país de nascimento como autônomo é interior com restrição de liquidez. Agora, demonstra-se que essa solução é um máxima e única. Para o caso de uma solução interior pelas condições de

Khun e Tucker são preenchidas como: $\lambda_3 > 0$ ($W_t = B$), $\mu = 0$, $\gamma = 0$ ($0 < t < 1$), $\mu_1 = 0$ ($c_f > 0$) e $\mu_2 = 0$ ($c_h > 0$).

Usamos a igualdade: $W_t = B$ na equação (2) e (3), tem-se:

$$c_f = y_f + \frac{-B}{t} \quad (\text{B.4})$$

$$c_h = \bar{y} \quad (\text{B.5})$$

De (13) e $W_t = B$, temos:

$$t = \frac{B}{y_f - c_f} \quad (\text{B.6})$$

De B.4 e $c_f > 0$, nós temos $t > \frac{B}{y_f}$. Denotamos $t_0 = \frac{B}{y_f}$. Assim, a maximização é:

$$\max_{t \in [t_0, 1]} t u_f \left(y_f + \frac{-B}{t} \right) + (1 - t) u_h \bar{y} \quad (\text{B.7})$$

Para ótimo, a seguinte condição é necessariamente preenchida:

$$u_f(c_f) - u_h(c_h) + \frac{B}{t} u'_f(c_f) = 0 \quad (\text{B.8})$$

De (B.7) e $B < y_f$, maximiza-se a função contínua em $[t_0, 1]$. De (B.4) e (B.5), obtém c_f e c_h como função de t para existir uma solução.

Então, caso uma solução existe, $Q(t) \forall t \in]t_0, 1[$ é definido como:

$$Q(t) = t u_f \left(y_f + \frac{-B}{t} \right) + (1 - t) u_h(\bar{y})$$

Assim:

$$\frac{\delta Q}{\delta t}(t) = u_f(c_f) - u_h(c_h) + \frac{-B}{t} u'_f(c_f) \quad (\text{B.9})$$

Em que: $\frac{\delta^2 Q}{\delta^2 t}(t) < 0$

De (B.4), se tem: $\frac{\delta c_f}{\delta t} = \frac{B}{t^2}$

Ademais, de (B.5), obtém: $\frac{\delta c_h}{\delta t} = 0$

Depois da derivação (B. 9) e utilizando (B. 4) e (B. 5) e simplificando, obtêm:

$$\frac{\delta^2 Q}{\delta^2 t}(t) = \frac{B^2}{t^3} u''_f(c_f)$$

Desse modo, $\frac{\delta^2 Q}{\delta^2 t}(t) < 0$, e, portanto, a solução é única e é máxima.

4.9.2. Parte II

Tabela B.1: Descrição das variáveis utilizadas nas regressões

Atributos pessoais	Descrição
Migrante de retorno	Migrante interestadual de retorno - voltou nos últimos 9 anos
Sexo	Variável binária: 1 - Masculino; 0 - Feminino
Raça	Variável binária: 1 - Branca; 0 - Não branca
Idade	Idade do indivíduo
Idade2	Idade ao quadrado
Sindicato	Variável binária: 1 - Sim; 0 - Não
Faixa de educação	
Menos de 1 ano	Variável binária: 1 - Possui menos de um ano de estudos; 0 - caso contrário
1 a 4 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 1 a 4 anos de estudos; 0 - caso contrário
5 a 8 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 5 a 8 anos de estudos; 0 - caso contrário
9 a 12 anos de estudos	Variável binária: 1 - Possui de 9 a 12 anos de estudos; 0 - caso contrário
12 anos ou mais de estudos	Variável binária: 1 - Possui 12 ou mais anos de estudos; 0 - caso contrário
Posição de ocupação	
Emp. Com carteira	Variável binária: 1 - Empregado com carteira assinada; 0 - caso contrário
Funcionário público	Variável binária: 1 - Funcionário público estatutário; 0 - caso contrário
Emp. Sem carteira	Variável binária: 1 - Empregado sem carteira assinada; 0 - caso contrário
Autônomo	Variável binária: 1 - Autônomo/conta própria; 0 - caso contrário
Empregador	Variável binária: 1 - Empregador; 0 - caso contrário
Ocupação	
Autônomo	Variável binária: 1 – Autônomo/empreendedor; 0 - Empregado
Família	
Chefe	Variável binária: 1 - Responsável pela família; 0 - Caso contrário
Casado	Variável binária: 1 - Homem/mulher vive com cônjuge; 0 - Caso contrário
Filhos menores de 14 anos	Variável binária: 1 - Possui filhos menores de 14 anos; 0 - Caso contrário
Total de moradores	Total de moradores no domicílio
Localização	
Urbana	Variável binária: 1 - Reside em zona urbana; 0 - Caso contrário
Metropolitana	Variável binária: 1 - Reside em área metropolitana; 0 - Caso contrário
Norte	Variável binária: 1 - Reside na região Norte; 0 - Caso contrário
Nordeste	Variável binária: 1 - Reside na região Nordeste; 0 - Caso contrário
Sudeste	Variável binária: 1 - Reside na região Sudeste ; 0 - Caso contrário
Centro-Oeste	Variável binária: 1 - Reside na região Centro-Oeste; 0 - Caso contrário
Sul	Variável binária: 1 - Reside na região Sul; 0 - Caso contrário

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Tabela B.2: Brasil - Determinantes da escolha ocupacional do migrante interestadual de retorno pelo *método de dois estágios* e determinantes da acumulação de riqueza (regressões de primeiro estágio) linear e não linear

	(1)		(2)	
	Ocupação	Riqueza	Ocupação	Riqueza ao quadrado
Riqueza	0,2129***			
	(0,0500)			

Riqueza ao quadrado			0,0968*** (0,0115)	
Homem	0,2532*** (0,0373)	-0,0512 (0,0629)	0,2462*** (0,0564)	-0,0339 (0,4745)
Branca	0,0849** (0,0383)	0,1090* (0,0648)	-0,3685*** (0,0858)	1,3523* (0,4881)
Idade	0,0172*** (0,0027)	0,0334*** (0,0032)	-0,0235 (0,0606)	0,4721*** (0,1284)
1 a 4 anos de estudos	-0,0505 (0,0713)	0,1300 (0,1240)	0,4683*** (0,1034)	1,7885 (0,9351)
5 a 8 anos de estudos	0,0184 (0,0708)	0,0271 (0,1236)	-0,1990* (0,1112)	1,4541 (0,9328)
9 a 11 anos de estudos	-0,1675** (0,0709)	0,2358* (0,1224)	-0,1209 (0,1089)	3,7431* (0,9228)
12 anos ou mais de estudos	-0,4718*** (0,0843)	0,8278*** (0,1302)	-0,4764*** (0,1102)	9,4324*** (0,9819)
Total de moradores	-0,0391*** (0,0129)	0,1014*** (0,0200)	-1,2099*** (0,1499)	0,8526*** (0,1512)
Casado	-0,0489 (0,0508)	0,4215*** (0,0759)	-0,1015*** (0,0207)	4,2063*** (0,5724)
Filhos menores de 14 anos	0,0626 (0,0432)	-0,1633** (0,0713)	0,1874** (0,0732)	-1,5630** (0,5377)
Região Norte	0,1744** (0,0752)	0,0179 (0,1275)	0,2151* (0,1146)	-0,3580 (0,9607)
Região Nordeste	0,3157*** (0,0455)	0,0608 (0,0780)	0,3614*** (0,0699)	-0,3566 (0,5881)
Região Sul	-0,0075 (0,0523)	0,1327 (0,0884)	-0,1200 (0,0805)	1,4242 (0,6663)
Região Centro-Oeste	0,2352*** (0,0662)	-0,3223*** (0,1084)	0,3707*** (0,1016)	-2,0962*** (0,8172)
Período		-0,7980*** (0,0673)		-6,5042*** (0,5086)
Idade ao quadrado				-0,0028* (0,0017)
Intercepto	-1,9382*** (0,1522)	2,3212*** (0,1983)	-2,1105*** (0,2392)	2,9594 (2,6044)
ρ				
Teste de Wald	16,18		13,91	
$Prob > \chi^2$	0,0001		0,0002	
Número de observações	6550		6550	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD de 2009.

Notas: Desvios-padrão robustos à heteroscedasticidade entre parênteses para a estimativa do *probit* padrão e do *probit* com variáveis instrumentais por máxima verossimilhança. ***Estatisticamente significativa a 1%.

**Estatisticamente significativa a 5%. *Estatisticamente significativa a 10%.

5. Conclusão

Geralmente, os indivíduos são encorajados a migrarem para outras localidades na procura de melhores condições de emprego e salários. Porém, alguns desses indivíduos decidem permanecer por algum certo tempo no estado diferente do seu de nascimento para depois retornar à terra natal. Nas últimas décadas, a migração de retorno apresentou-se bastante evidente no fluxo migratório brasileiro. Porém, a causa do retorno ao ponto inicial do trabalhador é ainda mais complexa, podendo ser devido ao planejamento ótimo de vida, pelos erros de expectativas, por motivos familiares, ou ainda, por motivos de sentimentos de patriotismo. Portanto, independentemente do motivo do regresso às origens, eles podem ter trazido consigo mais capacidades, habilidades e etc. que foram acumulados na região estrangeira durante a migração e que podem ser mais bem aproveitados na região de origem. Diante desse cenário, o objetivo geral deste trabalho foi analisar o impacto da experiência vivida da região de acolhimento sobre os rendimentos e ocupação no mercado de trabalho local.

Por sua vez, o primeiro ensaio buscou evidências sobre a tendência desse tipo de migração dentro dos movimentos populacionais no território brasileiro, bem como identificar o perfil do migrante interestadual de retorno comparando com as características socioeconômicas do não migrante e migrante interestadual não retornado. Desse modo, as evidências mostram que a migração de retorno de curto prazo equivale a quase 1% da população total do país em 2009 e o tempo de retorno está entre um a cinco anos de residência no estado de naturalidade. A maioria dos migrantes de retorno é nordestina, até porque essa região foi a maior emissora populacional na década de 80. Já a região Sudeste se destaca ainda por atrair maior número de pessoas, mas apresenta maior saldo migratório negativo devido à sua forte emigração, o que indica perda de sua capacidade de atração. Essa emigração da região Sudeste está relacionada com os nordestinos que resolveram retornar à terra natal, ou seja, mais de 50% dos migrantes retornados nordestinos são provenientes da região Sudeste. Dentre os estados nordestinos, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia estão entre os que mais receberam seus naturais. Por outro lado, o estado de São Paulo é o que mais emite migrantes de retorno veementemente.

Geralmente, os resultados das características que traçam o perfil dos migrantes de retorno são homens, declarados de raça não branca, residentes em áreas urbanas e chefes de família. Em relação à idade, são mais jovens que os não migrantes e mais velhos do que os migrantes não retornados. No que se refere ao grau de instrução, os migrantes de retorno são

mais escolarizados que os não migrantes e menos educados que os migrantes não retornados. Do mesmo modo, o estudo de Siqueira (2006) mostra que os migrantes de retorno são mais jovens, que obtêm seis anos de estudos, indicando que a migração de retorno foi devida à frustração de expectativas. Contrariamente, a literatura internacional traça o perfil dos migrantes de retorno como sendo mais velhos e menos escolarizados e inseridos em ocupações autônomas ou empreendedoras (DUSTMANN e KIRCHKAMP, 2001; KAUANEN e TERVO, 2002; MESNARD, 2004). Em relação às horas trabalhadas e os salários, em média, os migrantes de retorno auferem maiores salários e trabalham mais horas que os não migrantes, mas auferem menores rendimentos e trabalham menos horas que os migrantes não retornados.

O objetivo do segundo ensaio foi mostrar os impactos provenientes da migração nos salários. Além disso, apresenta a diferença salarial entre os grupos de migrantes retornados, migrantes não retornados e não migrantes pelas características observadas e não observadas. Na década mais recente, os resultados empíricos apontam que os homens, chefes de família, os mais jovens, mais escolarizados (em relação aos trabalhadores que têm menos de um ano de estudos), ocupados por conta própria e no empreendedorismo (em relação aos empregados com carteira assinada), e associados a um sindicato são mais propensos à migração e à remigração. Em relação aos trabalhadores de Sudeste, os da Região Nordeste e Sul são menos propensos a migrar e a retornar à região de nascimento. Além disso, os residentes em áreas metropolitanas são menos propensos à migração.

Quanto aos rendimentos, os trabalhadores homens, declarados de raça branca, mais velhos, mais escolarizados, ocupados no funcionalismo público e como empreendedores (em relação aos empregados com carteira assinada), residentes em áreas metropolitanas, que vivem na Região Sudeste auferem os maiores salários do que os trabalhadores com características contrárias. Depois da correção de seleção amostral dos trabalhadores, os resultados apontam que os migrantes não retornados e migrantes de retorno recebem maiores salários que um indivíduo aleatório na amostra. Por outro lado, os não migrantes auferem menores salários do que um indivíduo escolhido estocasticamente. Tais evidências também são verificadas no estudo de Queiroz (2010) e de Ramalho e Queiroz (2011).

As evidências mostraram, por outro lado, que os migrantes, tanto não retornados quanto os de retorno, auferem maiores rendimentos do que os não migrantes, tal diferença salarial é, sobretudo, explicada pelas características não observadas, o que indica que os migrantes em relação aos não migrantes são positivamente selecionados em atributos não observados, ou seja, possuem mais habilidades, experiência, etc. Esses achados se

assemelham com os de Santos Júnior et al. (2005). Contrariamente, na pequena parcela que é explicada pelos atributos observáveis, esses migrantes são negativamente selecionados em dotações observadas em relação aos não migrantes. Na comparação dos grupos da mesma condição de migração e por diferentes coortes, os resultados apontaram que os não migrantes entrevistados no ano de 2009 recebem maiores salários que os entrevistados no ano de 1999, e que essa diferença é explicada principalmente pelas características observadas, revelando que os trabalhadores da coorte entrevistados recentemente são mais escolarizados, por exemplo, dos entrevistados em 1999. Por sua vez, na comparação dos migrantes não retornados da década de 90 contra os da década de 2000 e dos migrantes de retorno da década de 90 contra os da década de 2000, a diferença total mostrou-se estatisticamente insignificativa, porém, os salários dos migrantes da década mais recente poderiam ser possivelmente melhores pelos atributos observados do que os da década de 90.

Por último, o objetivo do terceiro ensaio buscou determinar os impactos da acumulação de capital humano, de poupança e/ou riqueza sobre a escolha ocupacional dos remigrados à região de nascimento. De acordo com os fatos observados, os migrantes retornados se ocupam mais como autônomos ou empreendedores do que em relação aos não migrantes e migrantes não retornados. Ademais, os migrantes de retorno ocupados em seu próprio negócio são menos escolarizados do que os trabalhadores ocupados como assalariados e dos não migrantes e migrantes não retornados. Entretanto, os primeiros recebem salários mais altos e possuem mais riqueza que os últimos.

Os resultados empíricos do modelo de determinação da escolha ocupacional dos migrantes interestaduais de retorno sugerem que a riqueza impacta positivamente sobre a probabilidade de o trabalhador ocupar-se como autônomo ou empreendedor, sendo que este impacto é mais forte quando o viés de endogeneidade é corrigido. Dentre as características socioeconômicas dos trabalhadores, as evidências apontaram que os homens, declarados de raça branca, mais velhos, com menos de um ano de estudo (comparados com os trabalhadores que possuem 9 anos ou mais de estudos), com menor número de moradores no domicílio e residentes nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte (comparados com os da região Sudeste) têm mais probabilidade de se empregarem como autônomos ou empreendedores. Já os resultados que tentam capturar o efeito do ciclo de vida indicam que os trabalhadores na juventude acumulam mais riqueza, pelo fato de serem mais produtivos nesse tempo. Além disso, os migrantes de retorno que retornaram antes do ano de 2000 acumularam mais riqueza do que os remigrados à região de origem da década de 2000. Tais fatos também se assemelham ao estudo de Mesnard (2004) e de Piracha e Vadean (2009).

Diante do exposto, a migração é uma forma que os indivíduos encontraram para buscar melhores condições de vida, e o retorno à região de nascimento, geralmente, é o modo de se reinserir no mercado de trabalho de sua terra natal. Portanto, os migrantes de retorno podem contribuir com o desenvolvimento da região por ter adquirido habilidades e ter acumulado riqueza que são investidos na região de origem, podendo, desse modo, ajudar a reduzir o desemprego. Destarte, ainda é necessário investigar em estudos futuros, o impacto da acumulação de capital humano e físico adquiridos na região de migração sobre a economia e desigualdade social da região de nascimento.

6. Referências Bibliográficas

ABUD, D. L. *et al.* **Migração de retorno:** entre significados e materialidades. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16. Anais... Caxambu, 2008.

BAENINGER, R. A. **Novos espaços da migração no Brasil:** anos 80 e 90. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP, 12. Anais... Caxambu, 2000.

_____. Região, MetrÓpole e Interior: Espaços Ganhadores e Espaços Perdedores nas Migrações Recentes. Brasil, 1980-1996. **Tese de Doutorado.** IFCH/UNICAMP, 1999.

_____. **Rotatividade migratória:** um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2008.

BEINE, M.; DOCQUIER, F.; RAPOPORT, H. **Brain drain and human capital formation in developing countries:** winners and losers. UCL Discussion Paper 2006-23, 2001.

BECKER, G. S. **Investment in human capital:** A Theoretical Analysis. *Journal of Political Economy*, University of Chicago Press, vol. 70, pages 9, 1962.

BLINDER, A. S. **Wage discrimination:** Reduced form and structural estimates. *Journal of Human Resources* **8:** 436-55, 1973.

BORJAS, G. Self-selection and the earnings of immigrants. **American Economic Review**, v.77, n.4, p.531-553, 1987.

BORJAS, G; BRATSBERG, B. Who leaves? The outmigration of the foreign-born. **The Review of Economics and Statistics**, v. 87, n.1, fev, 1996, p. 165-176, 1996.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão n. 366. CEDEPLAR, 2009.

CHISWICK, B. Are immigrants favorably self-selected? **American Economic Review**, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.

COHEN, Y.; HABERFELD, Y. **Self-selection and Return Migration:** Israeli-Born Jews Returning Home from the United States during the 1980s. In: *Population Studies*, v.55, n.1, p.79-91, Mar, 2001.

CONSTANT, A. & MASSEY, D. S. **Return Migration y German Guestworkers:** Neoclassical versus New Economics Theories. *International Migration*. Vol. 40 (4). P.5-38, 2002.

COTTON, J. On the Decomposition of Wage Differentials. **The Review of Economics and Statistics**. 70, p. 236-243, 1988.

DA VANZO, J. **Repeat Migration in the United States: Who Moves Back and Who Moves On?** In: *The Review of Economics and Statistics*, Vol. 65, No. 4, p. 552-559, Nov., 1983.

DJAJIC, S.; MILBOURNE, R. **A General Equilibrium Model of Guest-Worker Migration: A Source-Country Perspective.** *Journal of International Economics*, 25, p. 335-351, 1988.

DOLTON, P.J.; MAKEPEACE, G.H.; KLAAU, Van Der. **Occupational Choice and Earnings Determination: The Role of Sample Selection and Non-Pecuniary Factors.** *Oxford Economic Papers*, v. 41, n. 3, p. 573-594, 1989.

DORNELAS, Sidnei Marco. Migração de retorno, o que é isso? **Travessia**, São Paulo: CEM, v.S, n.22, p.5-7, maio/ago, 1995.

DUSTMANN, C. **Savings Behavior of Return Migrants: A Life-Cycle Analysis.** *Zeitschrift für Wirtschafts-und Sozialwissenschaften*, 115, 511-533, 1995.

_____. **Return Migration: The European Experience.** *Economic Policy*, 22, 213-250, 1996.

_____. **Return Migration, Investment in Children, and Intergenerational Mobility: Comparing Sons of Foreign and Native Born Fathers.** IZA Discussion Papers 3080, Institute for the Study of Labor (IZA), 2007

DUSTMANN, C.; BENTOLILA, S.; FAINI, R. **Return Migration: The European Experience.** *Economic Policy*, Vol. 11, No. 22, pp. 213-250, 1996.

DUSTMANN, C.; FADLON, I.; WEISS, Y. **Return Migration, Human Capital Accumulation and the Brain Drain**, *Journal of Development Economics*, forthcoming, 2010a.

DUSTMANN, C.; KIRCHKAMP, O. **The optimal migration duration and activity choice after re-migration.** *Journal of Development Economics*. v. 67, p. 351-372, 2001.

DUSTMANN, C.; GLITZ, A. **Migration e education.** *Handbook of the Economics of Education*, Vol. 4, 2011.

FALARIS, E.M. **A Nested Logit Migration Model with Selectivity.** *International Economic Review*, v. 28, n. 2, p. 429-443, 1987.

FAZITO, D. **A configuração estrutural dos arranjos familiares nos processos migratórios: a força dos laços fortes para a intermediação**. Texto submetido para avaliação e participação no seminário “As famílias e as políticas públicas no Brasil”, 21-22 de novembro, ABEP, Belo Horizonte, 2005.

FIESS, N. M.; VERNER, D. **Migration and human capital in Brazil during 1990s.** *World Bank Policy Research Working Paper*, v. 3093, p. 1-39, 2003.

FUSCO, W. **Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos.** In: CASTRO, Mary Garcia (Coord.). **Migrações internacionais: contribuições para políticas.** Brasília: CNPD, p. 427-445, 2001.

GREENE, W. H. **Econometrics Analysis**. Prentice Hall; 5 ed., 2002.

IARA, A. Skill Diffusion by Temporary Migration? Returns to Western European Working Experience in the EU Accession Countries. **A Global Development Network Working Paper**, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: Resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, p. 1-239, 2012.

JANN, B. The Blinder-Oaxaca decomposition for linear regression models. **The Stata Journal** 8 (4), p. 453-479, 2008.

KIRDAR, M. G. Return Migration and Saving Behavior of Foreign Workers in Germany. ERC Working Papers 0506, **ERC - Economic Research Center**, Middle East Technical University, revised Nov, 2005.

LALL, S.; SELOD, H.; SHALIZI, Z. **Rural-urban migration in developing countries: a survey of theoretical predictions and empirical findings**. Policy Research Working Paper no. 3915, World Bank, Washington D. C., 2006.

LAVINAS, L.; FERRAZ, C. **Inclusão Financeira, Crédito e Desenvolvimento: que papel uma renda básica de cidadania pode jogar nesse processo?**. In: XIII Congresso Internacional da Rede Mundial de Renda Básica, São Paulo, 2010.

LEE, Lung-Fei. **Unionism and wage rates: a simultaneous equations model with qualitative and limited dependent variables**. *International Economic Review*, v. 19, n. 2, p. 415-433, 1978.

_____. Generalized Econometric Models with Selectivity. **Econometrica**, v. 51, n. 2, p. 507-512, 1983.

MADDALA, G. **Limited-dependent and qualitative variables in Econometrics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

MASSEY, D.; ALARCÓN, R.; DURAND, J.; GONZÁLEZ, H. **Return to Aztlan: The social process of international migration from western Mexico**. California: University of California Press, Ltd., 1987.

MCCORMICK, B; WAHBA, J. Overseas work experience, savings, and entrepreneurship amongst return migrants to LDSs. **Scottish Journal of Political Economy**, 48(2), 164-178, 2001.

MENG, X. The Informal Sector and Rural-Urban Migration – A Chinese Case Study. **Asian Economic Journal**, v.15, n.1, p.71-89, 2001.

MENEZES-FILHO, N.; SCORZAFAVE, P. **Female Labor Supply in Brazil: Evolution and Determinants**, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 31, no.3, pp.441-478, 2001.

MESNARD, A. Temporary migration and capital market imperfections. **Oxford Economic Papers**, v.56, p.242-262, 2004.

MUNIZ, Jerônimo O. Um ensaio sobre as causas e características da migração. **Mimeo**, 2002. Disponível em: http://www.ssc.wisc.edu/~jmuniz/ensaio_migracao.pdf Acesso em: 16 de abril de 2011.

NEUMARK, D. Employers' Discriminatory Behavior and the Estimation of Wage Discrimination. **The Journal of Human Resources**. 23: p. 279–295, 1988.

OAXACA, R. Male-female wage differentials in urban labor markets. **International Economic Review**, v. 14, n. 4, p. 693-790, 1973.

OAXACA, R; RANSOM, M. On discrimination and the decomposition of wage differentials, **Journal of Econometrics**, 61, 5-22, 1994.

OLIVEIRA, A. T. R.; OLIVEIRA, L. A. P. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**, Chapter Reflexões Teórica: Algumas Abordagens teóricas a respeito do fenômeno migratório. IBGE, 2011.

PIRACHA, M.; VADEAN, F. Return Migration and Occupational Choice. **IZA Discussion Paper** No. 3922, January, 2009.

QUEIROZ, V. S. **Migração de retorno, diferenciais de salários e autoseleção**: evidências para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

QUEIROZ, S.; TARGINO, I. **Ceará**: migração de retorno e de não-naturais durante a década de 1990. In: V Encontro Nacional sobre Migrações, 2007, Campinas/SP. Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2007.

REINHOLD, S.; THOM K. **Temporary Migration and Skill Upgrading**: Evidence from Mexican Migrants, MEA Discussion Paper No. 09182; 2009.

RAMALHO, H. M.; SILVEIRA NETO, R. M. **Migração Inter-Regional de Retorno e Escolha Ocupacional no Brasil**. In: VII ENABER - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 2009.

_____. **A importância do setor informal na migração rural-urbana**: evidências para o Brasil. In. XXXVIII Encontro Nacional da ANPEC, Bahia, 2010. Anais do XXXVIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia, 2010.

RAMALHO, H. M. B.; QUEIROZ, V. S. Migração Interestadual de Retorno e Autoseleção: Evidências para o Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico* (Rio de Janeiro), v. 41, p. 369-396, 2011.

RAVENSTEIN, E. G. The Laws of migration. **Journal of the Statistical Society of London**, Vol. 48, No. 2, pp. 167-235, 1885.

REIMERS, C. W. Labor Market Discrimination Against Hispanic and Black Men. **The Review of Economics and Statistics** 65: p. 570–579, 1983.

SABOIA, J. A dinâmica da descentralização industrial no Brasil. – Rio de Janeiro: UFRJ/Instituto de Economia, 2001.

SALLES, T. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

_____. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 13, n. 1, jan./jun, 1996.

SANTOS JÚNIOR, E. R.; MENEZES-FILHO, N; FERREIRA, P.C. Migração, seleção e diferenças regionais de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.35, n.3, p. 299-331, 2005.

SHIMA, I. **Return migration and labour market outcomes of the returnees**: Does the return really pay off? The case-study of Romania and Bulgaria. In: FIW Research Reports, No. 7, Fev, 2010.

SHULTZ, T. W. Investment in Human Capital. **The American Economic Review**. Vol. 51, No 1, 1-17, 1961.

SHUMWALL, J. M; HALL, G. **Self-Selection, Earnings and Chicano Migration**: Differences between Return and Onward Migrants. In: International Migration Review, Vol. 30, No. 4, pp. 979-994, 1996.

SILVEIRA NETO, R. M.; AZZONI, C. R.. Non-spatial government policies and regional income inequality in Brazil. *Regional Studies*, v. 45, p. 453-461, 2011.

SIQUEIRA, L. B. O. **Uma análise de fluxo migratório brasileiro**: migração para regiões pobres e migração de retorno. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

SIQUEIRA, L. B. O.; MAGALHÃES, A. M.; SILVEIRA NETO, R. M. **Perfil do migrante de retorno no Brasil**. In: XII Encontro Regional de Economia - ANPEC Nordeste, 2007, Fortaleza. Anais do XII Encontro Regional de Economia, 2007.

SJAASTAD, L. A. The Costs and Returns of Human Migration. **The Journal of Political Economy**, Vol. 70, No. 5, Part 2: Investment in Human Beings, pp. 80-93, 1962.

STARK, O.; EDWARD, T.; YITZHAKI, S. Remittances and Inequality. **The Economic Journal**, Vol. 96, No. 383. pp. 722-740, 1986.

STARK, O.; LUCAS, R. E. Migration, Remittances, and the Family. **Economic Development and Cultural Change**, v. 36, n. 3, p. 465-481, 1988.

VANDERKAMP, J. Migration flows, their determinants and effects of return of return migration. **Journal of Political Economy**, 79, p. 1012-1031, Sept/ Oct, 1971.

VIJVERBERG, W. P. M. **Dual Selection Criteria with Multiple Alternatives:** Migration, Work Status, and Wages. *International Economic Review*, v. 36, n. 1, p. 159-185, 1995.

WOOLDRIDGE, J. M. "Introductory Econometrics: a modern approach", Thomson: South-Western, 2nd edition., 2003.

WORLD BANK. *Global Economic Prospects 2008*. Washington, DC, 2008.

YAMAUCHI, F.; TANABE, S. **Nonmarket networks among migrants:** evidence from metropolitan Bangkok, Thailand. *Journal of Population Economics*, v. 21, n. 3, p. 649-664, 2008.

ZHAO, Y. **Causes and consequence of return migration:** recent evidence from China. *Journal of Comparative Economics*, v. 30, n. 2, p. 376-394, 2002.